ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre nos Paços do Município, pelas 09h30, do dia 2014/11/19

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Declaração de Dia de Luto Municipal			Aprovação
2	Ata nº 21/2014, da reunião de câmara de 2014/10/08, ata nº 22/2014, da reunião de câmara de 2014/10/22, ata nº 23/2014, da reunião de câmara extraordinária pública de 2014/10/30, ata nº 25/2014, da reunião de câmara extraordinária e privada de 2014/11/09			Aprovação
3	ERSAR - Selos de qualidade exemplar da água para consumo humano 2014 - SMAS			Conhecimento
4	Tabela de Tarifas e Preços dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira para o ano de 2015			Aprovação
5	Abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado de 3 postos de trabalho na categoria de Assistente Operacional (Cabouqueiro) - Recrutamento excecional - SMAS			Aprovação
6	Abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado de 1 posto de trabalho na categoria de Técnico Superior (área de contabilidade e administração) - Recrutamento excecional - SMAS			Aprovação
7	Abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado de 1 posto de trabalho na categoria de Assistente Técnico (área administrativa) - Recrutamento excecional - SMAS			Aprovação
8	Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado de 1 posto de trabalho na categoria de Assistente Operacional (Pedreiro), Reserva de recrutamento - Recrutamento excecional - SMAS			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre nos Paços do Município, pelas 09h30, do dia 2014/11/19

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
9	Abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Assistente Técnico (área administrativa)			Aprovação
10	Abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza)			Aprovação
11	Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Assistente Técnico (generalista) - Recrutamento excecional			Aprovação
12	Parecer prévio vinculativo, prorrogação de contrato de prestação de serviços por avença e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual	Luís Miguel Trindade Falcão de Vasconcelos		Aprovação
13	Aquisição de cabazes alimentares para famílias carenciadas para o ano 2015 - Remessa à assembleia municipal para autorização prévia nos termos do artigo 22º do DL nº 197/99, de 08/06			Aprovação
14	Contratação de serviços de manutenção simples aos elevadores instalados na passagem superior do Caminho Ribeirinho, no Pavilhão Multiusos de Vila Franca de Xira e Jardim de Infância EB1 nº 1 de Alhandra - Remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
15	Comparticipação financeira municipal à Junta de Freguesia da União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, na obra de requalificação da nova sede da junta de freguesia	Junta de Freguesia da União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
16	Comparticipação financeira municipal à Junta de Freguesia de Vialonga, para requalificação do Largo da República	Junta de Freguesia de Vialonga	Vialonga	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre nos Paços do Município, pelas 09h30, do dia 2014/11/19

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
~~17~~	~~Refeitório da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho~~			~~Análise~~
18	Cedência de parcela de terreno a integrar no domínio público - Casal dos Bacelos	José Francisco Rodrigues	Vila Franca de Xira	Aceitação
19	Cedência de parcela de terreno a integrar no domínio público - Quinta da Carapinha - Quintas	Francisco José Ramalho André	Castanheira do Ribatejo	Aceitação
20	Cedência de parcela de terreno a integrar no domínio público - Estrada Municipal nº 524	António Pereira Mesquita	Cachoeiras	Aceitação
21	Aceitação da cedência e afetação de parcela de terreno particular ao domínio público municipal	Casa de S. Pedro	Alverca do Ribatejo	Aceitação
22	Realização da Festa de Natal de 2014 dos filhos dos trabalhadores da câmara municipal e SMAS	Xira Clube		Aprovação
23	I Mostra de Vinhos - Protocolo	Clube Taurino Vilafranquense		Aprovação
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
24	Relação de atos da competência da câmara municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
25	Alteração ao loteamento industrial sito no Cabeceiro dos Álamos - Quinta das Areias - Castanheira do Ribatejo - Alvará de Loteamento nº 4/97 de 25/09 - Aceitação de princípio e abertura de inquérito público	Gasodata - Operações Sobre Imóveis, Lda	Castanheira do Ribatejo	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre nos Paços do Município, pelas 09h30, do dia 2014/11/19

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
26	Execução da esquadra da PSP - Póvoa de Santa Iria / Forte da casa - Conta Final	Costa & Carvalho, SA		Aprovação
27	Execução do Jardim de Infância de Povos - Conta final, auto de vistoria e receção definitiva e liberação de caução	Constrope, Construções, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
28	Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo - Auto de Vistoria e liberação parcial da caução	Alexandre Barbosa Borges, SA	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
29	Execução da Escola Básica do 1º Ciclo do Sobralinho - Trabalhos a menos	Construtora UDRA, Lda	Sobralinho	Aprovação
30	Execução da Escola Básica do 1º Ciclo do Sobralinho - Alteração do Projeto (arranjos exteriores)	Construtora UDRA, Lda	Sobralinho	Aprovação
31	Execução da Escola Básica do 1º Ciclo do Sobralinho - Alteração da data de conclusão da obra	Construtora UDRA, Lda	Sobralinho	Aprovação
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência do Presidente da C.M.			
32	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
33	Legislação síntese			Conhecimento
34	Pagamentos autorizados			Conhecimento
35	Balancetes			Conhecimento

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre nos Paços do Município, pelas 09h30, do dia 2014/11/19

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	. Outros assuntos			
36	Aquisição de serviços de limpeza e manutenção de zonas verdes no concelho - Restituição de valor retido	Recolte - Serviços e Meio Ambiente, SA		Aprovação
37	Fornecimento em contínuo de gás natural veicular para abastecimento das viaturas afetas à frota ambiente do município, durante os anos de 2015 e 2016 - Minuta do contrato			Aprovação
~~38~~	~~Extinção da Casa do Povo de Vila Franca de Xira - Utilização vitalícia do pátio do imóvel~~	~~António Francisco da Silva~~	~~Vila Franca de Xira~~	~~Aprovação~~
	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO			
39	Transportes Escolares no ano letivo 2014/2015 - Subsídio atribuído a alunos a estudar fora do concelho - Compromisso e transferência de verba	Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira		Aprovação
40	Barco Varino em cerâmica - Preço de venda ao público			Aprovação
41	Salão de Artesanato - Devolução de taxa de participação	Alberto Carvalhinho		Aprovação
42	Doação do espólio do Padre Dr. Vasco Moniz à câmara municipal para incorporação no acervo do Museu Municipal, por Pedro Miguel Gil			Aceitação
~~43~~	~~Proposta nº 4 - Centro Cultural do Bom Sucesso - Dotação de Equipamentos~~			~~Análise~~
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
~~44~~	~~Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos para 2015~~			~~Aprovação~~
45	Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos - Discussão pública			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre nos Paços do Município, pelas 09h30, do dia 2014/11/19

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
46	Compra e venda da fração de habitação municipal sita na rua Soda Póvoa, nº 13, 3º dto	Joaquim Marques Moreira	Forte da Casa	Aprovação
47	Compra e venda da fração de habitação municipal sita na rua Bernardo Santareno, nº 2, 1º dto	Estevão Landim da Veiga	Vialonga	Aprovação
48	Compra e venda da fração de habitação municipal sita na rua Bernardo Santareno, nº 4, 3º esq	Eloísa Helena Vaz da Silva	Vialonga	Aprovação
~~49~~	~~Orçamento Participativo 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014 e 2014/2015 - Ponto de situação atualizado~~			~~Análise~~
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
50	Ata em minuta da reunião			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2014/11/19

Aos dezanove dias do mês de novembro de dois mil e catorze, pelas 9h30, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:----------

. Nuno Miguel Marques Libório; ----------

. Fernando Paulo Ferreira; ----------

. Ana Lídia Alves Cardoso; ----------

. António José Sequeira Félix;----------

. Aurélio dos Santos Marques; ----------

. José António da Silva de Oliveira;----------

. Margarida Cavaleiro;----------

. Maria de Fátima Pires Antunes; ----------

. Vítor Manuel Jorge da Silva. ----------

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores João Manuel Correia Pires de Carvalho e Paulo Sérgio Pinto Rodrigues, tendo sido substituídos pelos Srs. Vítor Manuel Jorge da Silva e Margarida Cavaleiro, respetivamente. ----------

---

Entrou no decurso da reunião, pelas 9h45, durante o período antes da ordem do dia, o Sr. Vereador Rui Ribeiro Rei. ----------

---

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Telma Alexandra Guerreiro Marques, Assistente Operacional.----------

---

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:----------

---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro_____
Fl. Ata 002
Reunião de 2014/11/19
Procº _____
Deliberação nº_____

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS----------

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA----------

. Adjunto ----------

Mário Nuno Duarte ----------

Jorge Zacarias----------

. Técnico Superior----------

Dr. Renato Gonçalves ----------

GABINETE DE APOIO À VEREAÇÃO ----------

. Adjuntos----------

Dr. Alexandre Sargento ----------

Adão Conde----------

. Secretária----------

Fernanda Gomes----------

. Assessoria ----------

Drª Susana Santos----------

João Pedro Baião ----------

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS----------

. Coordenador----------

Dr. Cláudio Lotra ----------

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS----------

. Coordenadora ----------

Drª Isabel Araújo ----------

. Prestador de serviços de apoio ao gabinete----------

Dr. Luís Vasconcelos ----------

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA ----------

. Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno ----------

Drª Nélida Soares ----------

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental----------

Dr. Luís Marques ----------

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA----------

. Diretor ----------

Arqtº Nuno Santos

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS

.Técnica Superior da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas

Engª Fernanda Rocha

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

. Diretora

Drª Maria de Fátima Faria Roque

. Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus

Drª Maria João Carraça

. Chefe da Divisão de Educação e Coordenador do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude

Dr. Pedro Montes

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público

Arqtª Catarina Conde

. Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social

Drª Ana Carla Costa

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO

. Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

Drª Teresa Botelho

. Técnicas Superiores

Drª Sandra Marcelino

Engª Vitória Simões

Drª Carla Santos

OUTRAS PRESENÇAS

. Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PONTO DE SITUAÇÃO SOBRE O SURTO DE LEGIONELLA----------

O Sr. Presidente deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes, dando uma breve nota sobre o surto de "legionella" que assolou este concelho e município, e sobretudo a população mais afetada, das zonas mais atingidas, Forte da Casa, Póvoa de Santa Iria e Vialonga. ----------

Referiu que, de facto, depois daqueles 3 primeiros dias muito difíceis, todos reagiram, a comunidade, entidades locais e administração central, e a partir do dia 7 até ao dia de hoje tem-se vindo a fazer um trabalho com o envolvimento da proteção civil, câmara municipal, SMAS, entidades públicas de saúde e ambiente e Serviço Nacional de Saúde, e pensa que, estando-se perante uma situação rara, mesmo a nível mundial, se teve uma resposta adequada dentro daquilo que era possível fazer.----------

Como se sabe, a primeira preocupação foi tratar das pessoas infetadas, que foram transportadas para o hospital de Vila Franca de Xira numa primeira fase, e que, devido à rutura e número, começaram a ser transferidas também para hospitais de Lisboa. De facto, a eficácia do transporte dos doentes foi total, e as corporações de bombeiros fizeram um trabalho, a esse nível, bastante importante. ----------

O Serviço Nacional de Saúde tem sido nos últimos tempos envolto em diversas críticas sobre o trabalho que tem, muitas vezes também criticado, e justamente, pela falta de condições que por vezes apresenta, mas isso não obviou a que tivesse dado uma resposta importantíssima, o que só foi possível pelo espírito de missão dos médicos, do pessoal de enfermagem e pessoal hospital, pois sem isso teria sido muito mais complicado.----------

É verdade que há a lamentar óbitos, e nesse sentido o primeiro ponto da ordem do dia desta reunião será uma declaração, posta à consideração da câmara municipal, de um dia de luto municipal, justamente para evocar esta tragédia e problema, e sobretudo enviar, através disso, um abraço de condolências às famílias enlutadas. Espera que rapidamente as pessoas que ainda estão hospitalizadas, nomeadamente o colega, Sr. Vereador Paulo Rodrigues, que infelizmente também foi afetado por este problema, tenham rápidas melhoras.----------

Após isto terão que se retirar as ilações do que se passou, e a seu ver há ilações a

tirar sobre a questão de uma melhor fiscalização, prevenção, e provavelmente uma legislação que, a seu ver, tem de ser melhorada. ----------

A câmara municipal tomou as medidas preventivas que foram recomendadas, quer pela DGS - Direção-Geral de Saúde, quer pela ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, e outras entidades na área do ambiente. Elas estão estabilizadas, já não é necessário continuar a mantê-las, e depois de sexta-feira passada, daquela conferência de imprensa que aconteceu no Ministério da Saúde, em que estiveram presentes os Srs. Ministros da saúde e do ambiente, e secretários de Estado das mesmas áreas, foi dito por vários intervenientes, nomeadamente o Sr. Diretor da DGS e o Sr. Ministro da Saúde, que a tranquilidade e a normalidade do dia a dia das populações, principalmente das afetadas, estava adquirida.----------

Esteve presente nessa reunião, que foi antecedida de uma reunião técnica, e depois é que foi com o próprio e o Sr. Presidente do conselho de administração dos SMAS, que neste processo esteve sempre presente em todos os momentos de reuniões e trabalho. É justo referir o trabalho intenso, sem regatear esforços, dos técnicos e trabalhadores dos serviços municipalizados, que naqueles primeiros dias praticamente não dormiram, sendo justo fazer esse reconhecimento. ----------

A câmara municipal tinha decidido tomar algumas medidas, de fecho de piscinas e pavilhões desportivos nas zonas afetadas, e no sábado, depois daquela declaração de se ter readquirido a normalidade, ou pelo menos aquilo que foi informado pela DGS, que é a entidade que sobre esta matéria tem responsabilidades na área da saúde, decidiu-se que não tinha sentido manter os pavilhões e piscinas fechados, tanto mais que a população já reclamava a sua abertura. Por isso, depois de se fazerem contactos com as entidades respetivas, reabriram-se estes equipamentos na passada segunda-feira.----------

Foram momentos muito intensos, naturalmente que há fatores de caráter psicológico e de outro tipo, e a população ainda não vai adquirir esta serenidade e tranquilidade, o que é normal e compreensível. Contudo, julga que daqui a alguns dias essa serenidade e tranquilidade serão adquiridas no seu todo, e isto será lembrado como um momento mau da comunidade, e tudo tem que se fazer para que não se repita. ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, cumprimentando todos os presentes, deixando, por parte dos membros da CDU, as condolências às famílias que perderam os seus entes queridos, desejando as rápidas melhoras a todos, aproveitando para colocar uma questão relacionada com este surto de "legionella". Foi dito pela comunicação social que a câmara municipal iria prestar apoio jurídico, quer às pessoas infetadas e que estão neste momento a recuperar, quer às famílias que perderam os seus familiares, e a questão que gostariam de colocar é se de facto corresponde à verdade, e que tipo de apoio jurídico será dado a estas pessoas. ----------

Depois, será de todo necessário que as responsabilidades sejam colocadas em cima da mesa, e que independentemente das entidades que possam ser responsabilizadas sejam retiradas as ilações necessárias. Têm que se apurar as responsabilidades, sob pena de toda esta situação e desgraça que assolou o concelho cair em "saco vazio". De facto, não era de todo prudente, nem sequer seria algo que deixaria em "bons lençóis" o Governo e também a imagem do país. -

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, cumprimentando todos os presentes, referindo que o essencial está dito, e este momento ainda é dramático para muitas famílias no concelho, e do ponto de vista político a CDU reserva-se do direito de não acompanhar na totalidade todas as apreciações do Sr. Presidente no que diz respeito ao comportamento do Governo sobre esta matéria.----------

Depois, informa que o grupo parlamentar do Partido Comunista Português, na segunda-feira imediatamente a seguir à reunião de câmara extraordinária realizada para o efeito, tomou a iniciativa de colocar duas questões ao Ministério da Saúde, e na opinião do PCP e dos vereadores da CDU há muito tempo, em sede da Assembleia da República e de discussão prévia do orçamento de Estado, que vinham identificando um conjunto de insuficiências no funcionamento de serviços gerais do Estado na área da saúde e ambiente. Infelizmente vieram a confirmar que houve dificuldades no terreno, que poderiam e deveriam ter sido melhor acauteladas se a opção do Governo não tivesse sido um claro desinvestimento nos serviços centrais do Estado, designadamente no Serviço Nacional de Saúde. ----------

Contudo, há uma questão que compete à câmara municipal, no que diz respeito às suas atribuições, resguardar, prevenir e acautelar. No âmbito das intervenções

inspetivas e de todos os trabalhos de avaliação, cujos resultados definitivos ainda se aguardam, era importante que a câmara municipal salvaguardasse, do ponto de vista da saúde, e até do próprio acompanhamento social e psicológico, os trabalhadores do município que estiveram envolvidos em todo este conjunto de operações. Com isto dever-se-ia ter em linha de conta que há situações que devem continuar a ser devidamente acompanhadas, do ponto de vista até da própria saúde desses mesmos trabalhadores. ----------

Por outro lado, poder-se-ia dizer, e disseram-no na reunião extraordinária convocada para o efeito, aliás a única reunião de câmara realizada, que falhou articulação, designadamente com as juntas, e no domingo, antes de segunda-feira e da abertura de um conjunto de equipamentos coletivos, foram solicitados a tomar um conjunto de prudências que felizmente tinha de ser tomado, mas revelou que também da parte da câmara municipal, em cenários futuros, deverá haver uma articulação diferente do ponto de vista das entidades de junta que estão no terreno, que sofreram muita intranquilidade em todo este processo.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando todos os presentes, referindo-se a esta catástrofe que se abateu sobre o concelho, porque efetivamente, além do desastre que aconteceu, é aparentemente o terceiro maior surto em termos mundiais de sempre. Há já 8 mortos, e um estado de preocupação, para não dizer, nos primeiros tempos, de desnorte de todos, onde os vereadores da sua bancada se incluem, porque, no seu caso mora e continua a morar na Póvoa de Santa Iria.---

Aquilo que não tem dito ao longo deste tempo di-lo hoje, que a câmara municipal, durante uma série de dias, fez pouco ou nada para avisar a população, no sentido de coordenar e informar, de dar informação sobre o que se passava no concelho de Vila Franca de Xira, a começar pelos eleitos da câmara municipal, pelas juntas de freguesia, pela coordenação com as forças no terreno. Durante uma série de dias, pelo menos até domingo à noite, receberam zero de informação.----------

Recorda-se que é alertado para o facto pela comunicação social, o que não deixa de ser interessante, sendo que estava num jantar, e um conjunto de pessoas, até do concelho, perguntou-lhe o que se passava, e a determinada altura questionou-se que coisa exótica era esta, que se andava a passar. Não sabia o que era, e não tinha efetivamente sido informado. ----------

Meio a brincar, meio a sério, julga que os vereadores deveriam todos ter sido informados do que se passava. A informação deveria ter corrido, até porque a câmara municipal tem meios mais do que suficientes para fazer isso, e deveriam ter sido estabelecidas medidas desde o primeiro dia. Sobre esta matéria foram emitidos os primeiros dois comunicados, assinados pelo adjunto do Sr. Presidente da câmara municipal, não foram assinados, nem pelo Sr. Presidente da câmara municipal, nem pelo Sr. Presidente do conselho de administração dos SMAS. Não está em causa a pessoa em si, não elegeram nenhum adjunto, nenhum chefe de gabinete, elegeram o primeiro responsável da proteção civil, que é o presidente da câmara, e consequentemente, numa dúvida que se levanta, sobre a rede de abastecimento de água, o presidente dos SMAS, e nenhum dos dois, durante esses dias, assinou um documento ou informou o que quer que seja aos eleitos, e presume que aos presidentes de junta. ----------

Isso justifica-se pelas intervenções que alguns presidentes de junta tiveram, e até havia alguns que diziam: "Vejam lá, que o surto teria começado numa associação de crianças na Póvoa de Santa Iria". O próprio disse isto em privado, mas foi assim, houve telefonemas feitos, de pessoas com responsabilidade, que ampliavam os boatos e diziam "começou ali", o que pensa ser absolutamente extraordinário. Percebe o boato junto das pessoas que não têm formação, mas junto dos responsáveis roça um pouco a incompetência, para não dizer a irresponsabilidade. - Portanto, foram andando, passando, até que a situação saiu do controlo do município e passou para o controlo do Estado, porque a partir do momento em que é um surto não há controlo local, passa para o controlo nacional. ----------

O que diz ainda é que a câmara municipal, quando tentou descansar as pessoas, numa primeira fase, dizendo que a água estava própria para consumo, ainda não tinha feito as análises às condutas, até porque se se lerem os comunicados da câmara municipal, é sempre sistematicamente sobre a água, e não sobre o resto. Quando existem até medidas apontadas pela Direção-Geral de Saúde, elas são de certa forma contraditórias com a informação prestada pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, porque, se de alguma forma pudesse existir na casa de cada um, como o próprio fez também, ao colocar os chuveiros em lixívia ou algo misturado que diluísse a pureza da lixívia e a pudesse tornar

ligeiramente mais suave, menos agressiva, mas combatesse a "legionella", ela não aparecia por artes mágicas no chuveiro de cada um, teria que vir de algum lado.----
Como se percebeu, não viria pelo ar, a não ser que entrassem as gotículas dentro da casa de cada um, como infelizmente aconteceu a uma senhora acamada no Forte da Casa, mas não era da água da rede, era de uma empresa aparentemente ao lado. ----------
Assim, têm que se tirar lições de todos estes processos, porque todos são fantásticos gestores quando a coisa corre normalmente, quando se faz a gestão do dia a dia, e às vezes tem que se planear alguma coisa para futuro. Quando se tem este nível de problema e stress, efetivamente tem que se reunir com mais algumas pessoas, que em teoria devem estar preparadas para o efeito, devem-se coordenar as ações e implementar as medidas. ----------
Continua a dizer que a câmara municipal, até ao dia de hoje, porque não atuou e não fez as coordenações que devia, e que fez agora, nos últimos dias, as reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil, não sabia quantos meios tinha o Estado central em Vila Franca de Xira, nem quantos eram, nem quem eram, nem o que estavam a fazer. Isto, do seu ponto de vista, é grave, porque tem que se saber, que se coordenar, e que se informar, e é fundamental que isso aconteça. ----------
Passadas estas questões, elogia aquilo que foi possível fazer, quer da câmara municipal, quer do que foi informado já no domingo, da fantástica dedicação de todos os trabalhadores do município, em particular dos SMAS, que se mostraram disponíveis para fazerem tudo o que se tinha que fazer.----------
Contudo, não se pode estar descansado se não há nenhuma perspetiva, nem partidária, nem o que quer que seja destas matérias, que não são melhores ou piores porque é o Partido Socialista que governa, ou porque poderia governar o Partido Comunista ou o Partido Social Democrata, já que este tipo de problemas, às vezes de coordenação, não tem a ver com um problema de identidade partidária, e se assim fosse acabava-se com todos os partidos, ficava eventualmente só um, que seria o melhor, e esse seria isento de erros. Como as organizações são constituídas de homens e de mulheres, não há nenhuma dúvida que o erro ou a determinação poderá assistir a todos, não é uma questão de crítica partidária, longe disso, e não é mesmo.----------

Os membros da Coligação Novo Rumo chamam também à atenção que de facto houve uma atuação dos organismos centrais, independentemente de quem lá está neste momento, pois amanhã estarão outros, e esperam que o concelho não mais seja assolado por nada deste género, mas estão absolutamente convencidos que os organismos funcionariam de igual forma, cada um com o seu estilo. A verdade é que os organismos do Estado atuaram, o poder político atuou, conseguiu-se identificar aparentemente a causa, e o próprio só pensa, mas pode estar a cometer algum erro, que se deveria ter divulgado claramente, após terem sido efetuadas as análises e dado positivas, de onde veio, no singular ou plural, onde estava o foco de contaminação.----------

A ser verdade tudo o que se tem dito, o que se fala e o que se escreve, e só está a falar do que leu, não está a falar de nenhuma outra informação, o ato roça o criminoso, e não lhe devem vir falar que é um problema da legislação do ar interior, que afeta o problema da "legionella" que era expelida por uma qualquer central de arrefecimento. O problema que está em causa é se as empresas e os empresários, naquele caso em concreto, no singular ou plural, tinham verdadeira consciência do que se estava a fazer e a acontecer. ----------

O Sr. Ministro do Ambiente ainda ontem disse, afirmou e reafirmou, que a "culpa não morrerá solteira", não tem nenhuma outra informação em contrário, e espera que não morra, da mesma forma que disse, no domingo à noite, que a vida humana não tem preço. Assim, independentemente das custas que forçosamente estas empresas têm de ter, porque têm de ter, pois não se pode ter uma empresa a laborar que faça o que estas ou esta fizeram no concelho, que é "matar" silenciosamente os cidadãos que nele moram e habitam, os membros da Coligação Novo Rumo pensam que não pode haver nenhuma espécie de contemplação sobre este aspeto. Tem que ser absolutamente responsabilizado quem tomou decisões e quem não tomou, pelo que, independentemente de alguns "fait-divers" a que assistiu durante esta semana, se for necessário trarão uma proposta a reunião de câmara para que a autarquia acione diretamente a empresa ou as empresas, lhes "saque" a indemnização que deve ser, e obrigue à responsabilidade civil e criminal que essa gente tem de ter, e têm que ser claramente responsabilizadas, para ser o exemplo para o concelho e para o país. Não se pode mais admitir que haja gente

que ache que pode sequer pensar que valha a pena uma situação destas, e é inaceitável o que se possa pensar. ----------

Em relação ao Serviço Nacional de Saúde, daquilo que foram tendo conhecimento, atuou, fez o que era possível fazer, e o possível fazer serviu todos os cidadãos do concelho, e não só, aqueles que não eram de Vila Franca de Xira e que saíram do concelho, pelo que esperam que, apesar de alguns dos cidadãos ainda estarem a merecer alguns cuidados, não haja mais nenhuma morte a lamentar, e que a partir de agora se deixe só toda a situação para os responsáveis, e que esses responsáveis possam vir a assumir verdadeiramente a responsabilidade de indemnização e criminal que lhes está associada.----------

Continuou, referindo que, terminada esta questão da "legionella", tem ainda duas outras questões que gostaria de colocar.----------

Interveio o Sr. Presidente, chamando à atenção que restam apenas cerca de 7 minutos para terminar este período antes da ordem do dia.----------

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que tem pouco hábito de se fazer de vítima, não é vítima de coisa nenhuma, mas esteve a olhar para o relógio, e começou a falar às 10h10. Se eram 10h10, neste momento o que poderia ter feito era terminar esta intervenção, passava ao seu camarada Sr. Vítor Silva, e quando o Sr. Presidente fosse usar da palavra, pedir-lhe-ia para esperar, pois tinha-se esquecido de mais uns assuntos, porque não queria misturá-los.----------

Portanto, como não tem nenhuma perspetiva de vítima, aquilo que diz é que é o Sr. Presidente que gere esta reunião, e fala-se todas as reuniões da mesma coisa. Pensa que o Sr. Presidente tem de começar a gerir e a pôr regra na casa, e é só isto, porque, caso contrário, o próprio tem que fazer a sua intervenção, e fez a sua intervenção em pouco mais de 10 minutos. Assim, da próxima vez o Sr. Presidente pode trazer o cronómetro, e mede-se o tempo. Poderá também estabelecer-se como se faz na Assembleia da República, não tem problema nenhum. ----------

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, cumprimentando todos os presentes, referindo que gostaria só de manifestar que, pelo facto de se estar um pouco mais liberto das preocupações sobre o desastre que aconteceu há semanas anteriores, o problema causado pela "legionella", os membros da Coligação Novo Rumo não deixam de estar transtornados, e apresentam as condolências às famílias dos 8

defuntos, desejando as rápidas melhoras a todos os que ainda estão atingidos por toda esta situação, desgraçadamente, que aconteceu neste concelho.----------

Do mesmo modo, esperam, conforme disse o seu companheiro, Sr. Vereador Rui Rei, e também fazendo fé nas palavras que o Sr. Ministro do Ambiente transmitiu, que disse que a "culpa não morrerá solteira", que se possa em breve e muito rapidamente saber as razões e o que é que motivou toda esta desgraça. ----------

O Sr. Presidente interveio, respondendo à Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso que não é propriamente apoio jurídico, são recomendações jurídicas, porque os juristas da câmara municipal não podem de facto ir à barra do tribunal defender as pessoas.---

Podem, isso sim, e vão fazê-lo, dar as recomendações que as pessoas necessitarem. Nesse sentido já houve dois pedidos, que despachou para o Dr. Fernando Barreiros, no sentido de ouvir as pessoas, perceber o que efetivamente pretendem, dando depois as recomendações para as orientar, e é isso que se vai fazer.----------

Quanto à questão das responsabilidades, naturalmente que todos estão na expectativa, como disse a bancada da Coligação Novo Rumo, que a "culpa não morra solteira", e elas venham a ser apuradas, apesar de que este processo está no âmbito do Ministério Público, e há dados que só nessa sede competem depois, publicamente, ser analisados.----------

O Sr. Vereador Nuno Libório falou numa intervenção do grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República, acha muito bem, e julga que os outros grupos parlamentares também deveriam acompanhar estas iniciativas, no sentido de colocarem questões, neste caso ao Ministério do Ambiente.----------

Sobre a intervenção do Sr. Vereador Rui Rei, o mesmo disse, e bem, que nestas situações de grande dificuldade não se deve fazer "politiquice", nem está em causa o partido A, B ou C. Não pode estar mais de acordo, e aquilo que pode dizer é que desde o primeiro minuto que a câmara municipal e os serviços municipalizados fizeram aquilo que deviam fazer. ----------

Aquilo que foi enviado desde o primeiro minuto aos gabinetes da Coligação Novo Rumo e CDU foi a informação do que estava a acontecer, tendo-se feito, com o comunicado de ontem, na sequência da Comissão Municipal de Proteção Civil, que se anexa, cerca de 12 comunicados. Todos os dias, ao final do dia, fazia-se um

comunicado a referir o ponto da situação, e enviaram-se esses comunicados para as instituições, juntas de freguesia, e todos aqueles que de facto necessitavam de ser informadas.----------

Esteve-se a trabalhar, fez-se uma reunião extraordinária no domingo, altura em que efetivamente havia informação para prestar. No resto dos dias esteve-se a trabalhar, e a trabalhar, não tendo havido, com todo o respeito pelos Srs. Vereadores, tempo para mais. Aquilo que se fez foi uma coordenação muito próxima com a DGS, com as equipas de ambiente, que solicitaram várias coisas, a que imediatamente se acedeu, como naturalmente se tinha de fazer.----------

Na sexta-feira, dia 7, esteve juntamente com o Sr. Presidente do conselho de administração dos SMAS, numa reunião na DGS, onde também participou o Sr. Ministro da Saúde, bem como alguns técnicos, e elaborou-se um plano de ação, que depois teve sequência no sábado de manhã, plano esse que foi executado no terreno durante os dias que se seguiram, pela madrugada, todos os dias. ----------

Numa altura em que efetivamente todas as questões se podiam colocar no sentido de perceber qual era o foco da bactéria, qual era a origem, todas as possibilidades se colocavam. No entanto, desde o primeiro minuto foi dito, e tem que referir as intervenções do diretor clínico do hospital de Vila Franca de Xira, do Sr. Ministro e do Professor Francisco George, pela forma pedagógica e tranquila como se referiram a este processo.----------

A câmara municipal, sobre tudo isto, e no que diz respeito à sua pessoa, procurou ter uma atitude de responsabilidade e seriedade, não acrescentar mais problemas e dificuldades ao próprio problema, e por isso foi a atitude duma situação em que não há manuais para dizer como se faz, desta ou daquela forma, e fez-se aquilo que se entendeu que se deveria fazer, com o bom senso que deve presidir a todos os atos da vida, principalmente a uma situação tão grave como esta. ----------

Portanto, responsabilidade e seriedade foi aquilo que se pôs na ação da câmara municipal, sendo que tudo o que se disser à volta desta matéria é da vida, e não tem muito mais a acrescentar. Pode-se dizer que a câmara municipal devia fazer "o pino", dar "cambalhotas", "rebolar" ou fazer uma série de coisas, e é evidente que sobre essa matéria pode-se dizer o que se quiser, mas tem a consciência que se deveria ter feito o que se fez, e julga que o que se fez fez-se bem, com a

responsabilidade e seriedade que este processo devia ter. ----------

O comandante da proteção civil municipal articulou todo este trabalho com o próprio, e todo o trabalho que era necessário fazer foi feito, ou seja, o acompanhamento dos doentes aos diversos hospitais. Tudo isso foi feito, com eficácia, pelo que essa articulação foi feita diariamente, quase hora a hora, e não percebe o que se poderia fazer mais sobre esta matéria.----------

Também já disse que há ilações a tirar, de responsabilização e de outras situações que certamente, quem tem responsabilidade na matéria, deve ter, sendo que a coordenação dum trabalho deste tipo é eminentemente de saúde pública, e teve também um trabalho complementar, e bem, do Ministério do Ambiente. A câmara municipal acompanhou este trabalho, e não tinha que se "meter" no trabalho que estava a ser feito dentro das empresas, tinha de fazer o que fez, o acompanhamento relativamente às medidas de prevenção, conforme lhe pediram que fossem feitas, com a ERSAR, EPAL e também técnicos da área do ambiente. ----

Agora, não tinha que se "meter", porque não é da sua competência, é da competência da entidade pública de saúde e das entidades do ambiente, que fizeram o seu trabalho. Tudo o que pediram, fez-se, tendo-se estado num trabalho complementar e de parceria muito chegada, e foi através disso que se conseguiu, rapidamente, chegar a algumas conclusões, pois sobre esta matéria tem de haver algum cuidado. Há que responsabilizar e que ter os dados concretos. A informação que tem hoje é que não há mais casos, até esta hora, de pessoas que foram transportadas para o hospital, que estejam infetadas, o que quer dizer que este processo está controlado.----------

Outros países que tiveram surtos desta dimensão não tiveram a eficácia que se teve em Vila Franca de Xira, apesar de serem países reconhecidamente com outras condições que não se têm, em termos económicos e financeiros. No concelho teve-se aquilo que, provavelmente, eles não conseguiram ter, que foi rapidamente ter os melhores especialistas em todas as áreas a trabalhar, e muito, no sentido de despistar, fazer o inquérito à população e, através disso, chegar a uma pista que é aquela que poderá, eventualmente, ser a pista mais correta.----------

Como já disse, este processo foi para o Ministério Público, e é ao Ministério Público que caberá mais tarde ajuizar e tomar as decisões que achar oportunas. ----------

Portanto, sobre esta matéria é o que gostaria de dizer. ----------

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que gostaria só de colocar mais uma questão, ao que o Sr. Presidente respondeu que o Sr. Vereador dirá no final. ----------

O Sr. Vereador interveio novamente, perguntando sobre o quê, ao que o Sr. Presidente respondeu que sobre isto.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo então que no ponto 1, sobre a declaração de luto municipal, falará sobre a responsabilidade e seriedade que o Sr. Presidente falou. ----------

Questionou o Sr. Presidente se o Sr. Vereador põe isso em dúvida. ----------

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que não, o que põe em dúvida é o que o Sr. Presidente colocou em dúvida agora, em relação à intervenção do próprio. ----------

O Sr. Presidente tomou a palavra, mencionando que falou em responsabilidade e seriedade, sobre o trabalho da câmara municipal e dos serviços municipalizados na condução deste processo, nada mais. Não pôs em causa a responsabilidade e seriedade do Sr. Vereador. ----------

Terminou, referindo que o Sr. Vereador Rui Rei dirá aquilo que bem entender, mas a câmara municipal está consciente do que fez, e se o Sr. Vereador quisesse que se desse uma "cambalhota" para trás ou para a frente, o executivo municipal não anda na câmara municipal para dar "cambalhotas" ao sabor de alguns. ----------

Tendo sido interrompido pelo Sr. Vereador Rui Rei, solicitou ao Sr. Vereador para não o interromper, porque está no uso da palavra. Não admite que o Sr. Vereador o esteja interromper, pois tem que ouvir, e há regras que tem de cumprir. Quem está a dirigir a reunião é o próprio, e o Sr. Vereador Rui Rei deve fazer o favor, quando chegar a sua vez, de falar. Ninguém tem intenção de o calar, o Sr. Vereador falará quando tiver que falar, mas agora quem está no uso da palavra é o próprio, e pede ao Sr. Vereador o favor de o ouvir. ----------

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que não é por favor, ouve com todo o gosto.-------

Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que, como é uma pessoa delicada e educada, pede por favor. A questão da educação é uma coisa que também deve estar nos atos da vida. Se está a pedir por favor, é uma questão de educação. Se o Sr. Vereador acha que o próprio não tem que pedir por favor, o próprio não sabe, é um problema do Sr. Vereador. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
REQUALIFICAÇÃO DO BOM RETIRO – VILA FRANCA DE XIRA----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, cumprimentando todos os presentes, referindo que apresentará algumas questões, e procurará ser rápido. ----------
Em primeiro lugar, reporta-se à requalificação do Bom Retiro, em Vila Franca de Xira, no triângulo da rua Gil Vicente, Maria Lamas e Júlio José Pedro Gomes, que já várias vezes, mesmo no anterior mandato, os membros da CDU levantaram. Tem concretamente a ver com a requalificação do pequeno logradouro, dos muros e das escadinhas, que continuam com as rachas. Estão muito degradados, e até podem, na sua opinião, ameaçar alguma ruína. ----------
O Sr. Presidente disse, mesmo quando era vice-presidente, e a Srª Presidente, na altura, que seria para ver e tratar, embora fosse uma obra com alguns custos, e gostariam de saber concretamente quando é que essa requalificação se efetivará.--
Houve munícipes daquela zona, mais concretamente da rua Maria Lamas, do nº 2, que trouxeram aos membros da CDU a questão de um plátano que já lá está há bastante tempo, e já tem sido motivo, segundo julgam saber, de troca de correspondências entre eles, a câmara municipal e a junta. Até, mas não pôde confirmar, nem isso é transcendente, no tempo da anterior presidente chegou a haver um ofício à antiga presidente da junta, que não sabe se era para derrubar o plátano ou não.----------
Aquilo que traz e que os moradores questionaram é que se aproxima janeiro, fevereiro e março, altura da poda, e pedem que seja feita uma poda naquele plátano, porque as ramadas já chegam quase ao edifício, e inclusivamente disseram que quando estendem roupa ela fica em mau estado de conservação. Depois, há, como se sabe, as questões de saúde. ----------
Gostariam de saber qual é a política da câmara municipal em relação às árvores, nestes casos, já se falou algumas vezes, há um regulamento municipal, e sinceramente não teve possibilidades de ler ou reler, mas, pelos acordos de execução, se não está em erro, compete à junta de freguesia fazer essa poda. Sabem o que se passava nalgumas freguesias, e pensa que as outras todas fizeram essas podas, mas houve questões colocadas a alguns presidentes de junta sobre as podas não serem devidamente feitas, em relação ao regulamento.----------

Portanto, deste imbróglio gostariam de saber, e lembra que a câmara municipal já tem conhecimento disto, o que se passa, e sensibilizar a mesma para tratar o mais rapidamente possível, e o que pedem, no mínimo, é a poda.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ENCOSTA DO MONTE GORDO – VILA FRANCA DE XIRA----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo-se à Encosta do Monte Gordo, em Vila Franca de Xira, dizendo que já há muitos meses que os membros da CDU não sabem nada dos prédios do Monte Gordo. Em tempos o Sr. Presidente pediu alguma contenção sobre este assunto, e alguma espera, mas entendem que já passou tempo demasiado, e não quer dizer que o Sr. Presidente e o seu executivo não tenham feito nada.----------

Não é isso que está em causa, mas gostariam de saber qual a evolução dos assuntos que foram falados sobre esta situação, pois também tiveram conhecimento que os inquilinos do lote já pediram uma reunião há cerca de um mês.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo continuam à espera da decisão que a câmara municipal tem que tomar. Estão completamente de acordo com as boas intenções, que regista que o Sr. Presidente manifestou, pelo que só queriam saber onde e quando se poderão começar a implementar, para bem de todos os cidadãos que moram naqueles edifícios, e que foram manifestamente vítimas de situações pouco claras ao longo dos anos, na câmara municipal. ----------

Assim, gostariam de saber quando é que se pode iniciar o fim daquele problema que afeta toda aquela população.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
REQUALIFICAÇÃO E LIMPEZA DE CONTENTORES – CALÇADA DA COSTA BRANCA – VILA FRANCA DE XIRA----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que já se falou em tempos sobre a questão da requalificação e limpeza de contentores do lixo, e em termos genéricos os membros da CDU voltam a levantar a questão, mais concretamente, e devem perdoar-lhe o facto de especificar, no cimo da calçada da Costa Branca, paralela ao muro do cemitério, em Vila Franca de Xira. ----------

Além dos ecopontos que lá estão, estão dois contentores. Um tem pedal, mas nem um palmo levanta, pelo que as pessoas têm que manualmente levantar a tampa, e o outro nem pedal tem. Com as condições climatéricas que existem, poder-se-á ver o que são as pessoas a porem o lixo lá dentro, com os chapéus de chuva, sendo que os moradores sensibilizaram-no para trazer este assunto. ----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 020
Reunião de 2014/11/19
Procº _____
Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DOS MEMBROS DA CDU NO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA DA REUNIÃO ANTERIOR ----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo-se a duas ou três questões que ficaram da reunião anterior ou doutras reuniões anteriores, e em primeiro lugar à sugestão dos matadores de touros virem ao encerramento da exposição de José Falcão.----------

O Sr. Presidente disse, na última reunião, embora no fim e muito rápido, que essa questão estava presente na sua atuação e no futuro, pelo que, possivelmente, mas não fazem questão disso, talvez será na semana tauromáquica ou no Colete Encarnado. Contudo, como o próprio disse anteriormente, o Sr. Presidente "abraçou" a causa com tanto empenho, pelo que deveria ter havido razões de fundo ou do seu executivo, ou então, como disse o Sr. Presidente, que ia consultar a família de José Falcão, foi a família que não quis. Não sabe, não está a afirmar, mas os membros da CDU gostariam que o Sr. Presidente dissesse o porquê, e não é preciso ser muito extensivo, se falou ou não com a família, ou se foi o executivo ou o Sr. Presidente que entenderam que não estavam criadas as condições nesta altura. ----------

Sobre o celebérrimo horário da biblioteca, na última reunião, no fim, e muito rápido, o Sr. Vereador responsável pelas bibliotecas disse que se estava a fazer a análise da situação para se reformularem os horários. Os membros da CDU disseram logo que não faziam qualquer questão disso, até achavam bem, mas o que ainda está em causa é que a alteração parcial do edifício do horário não veio à reunião de câmara, como o próprio disse na última reunião, e até o Sr. Vereador responsável pelo pelouro sabe que não trouxe essa alteração, que foi logo a seguir à inauguração.----------

Confrontou-o na altura que a prática é contraditória naquilo que foi afirmado, pois o Sr. Vereador, em resposta do debate inicial para a aprovação desses horários, ao ser questionado se já estavam em vigor, disse que os horários não estavam em vigor, porque tinham que vir a reunião de câmara. ----------

Tem, e já tinha na altura, um edital, o nº 448/2014, de 28 de agosto, logo a seguir à reunião de câmara, que especifica os respetivos horários, e está lá o descanso

das 13h00 às 14h00, assinado pelo vereador responsável, Fernando Paulo Ferreira. Portanto, gostariam de saber uma questão simples, o porquê dessa situação.---------
Quanto à passagem superior pedonal, e a anomalia dos elevadores da má drenagem de águas, gostariam de saber, embora admitam que passou pouco tempo, só 15 dias, se a Oldbuilder já pagou os cerca de 6 000,00€, que foi o custo da obra. Se não pagou, quando é que vão ser acionadas as garantias?----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

GALA DE MÉRITO DESPORTIVO----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que não tinha nos seus apontamentos, mas tinha ainda em pensamento, e como foi distribuída a questão da gala de mérito desportivo, os membros da CDU agradecem, e dão só uma sugestão para contribuir para as coisas correrem melhor. ----------

Era importante, quando estas atribuições fossem dadas, que fosse dado conhecimento antecipadamente. A questão veio agora, se calhar não estava feito, mas podia ter sido comunicado numa reunião de câmara ou outra via qualquer para os vereadores saberem quem foram os eleitos, os galardoados.----------

Por acaso o próprio, vereador, sabia que pelo menos havia duas equipas que iam ser galardoadas, a equipa feminina de hóquei em patins do Futebol Clube de Alverca e a equipa masculina de hóquei em patins da União Desportiva Vilafranquense. Não sabe se os outros vereadores foram ou não, os do executivo socialista de certeza que não, mas o próprio foi para a gala por ir, bem como o seu camarada, Sr. Vereador Nuno Libório, a quem também não perguntou, só para marcarem presença e foi uma boa presença. ----------

Foram ao palco e isso tudo, mas gostariam de saber antecipadamente, porque não sabiam quem eram os galardoados. Diz isto na intenção do futuro, e destas coisas serem alteradas, sendo esta uma contribuição que julga sem qualquer sentido pejorativo ou sofisma.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

CEMITÉRIO DE SÃO SEBASTIÃO – ALVERCA DO RIBATEJO ----------

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, cumprimentando todos os presentes, referindo que gostaria de colocar três questões muito breves, duas delas da freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, sendo uma relativa ao cemitério de São Sebastião.----------

O cemitério já foi encerrado há 33 anos, encontra-se cada vez mais degradado, como é sabido, existem inclusivamente perspetivas dos bombeiros, de há 33 anos, de verem as suas instalações ampliadas para aquele terreno, e os membros da CDU pretendem saber qual é o ponto de situação, uma vez que a situação se continua a protelar no tempo, para prejuízo de todos, não só de expectativas mais interessantes para o terreno, como da própria imagem da cidade, que tem ali um mau cartão de visita. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

CAMINHO ENTRE A ESCOLA GAGO COUTINHO E O CENTRO DE FORMAÇÃO DO IEFP – ALVERCA DO RIBATEJO ----------

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, referindo-se ao caminho que já foi falado em reunião de câmara, entre a escola Gago Coutinho e o centro de formação do IEFP – Instituto de Emprego e Formação profissional, em Alverca do Ribatejo, onde passam apenas pesados, transportes públicos, autocarros. Neste momento, com as intempéries e tudo o mais, o caminho, se já estava como é sabido, degradado, apresenta perigo, porque tem uma zona com um grande depósito de terra num determinado troço, mais à frente tem imensos buracos, que não são bem buracos, porque o piso está lá, está é todo ondulado, e enche-se de água.----------

Junto à paragem, que fica junto à escola, o piso está mesmo perigoso, e portanto entende que, de facto, aquela artéria, sabendo-se que não tem a solução construtiva adequada para o tráfego que leva, neste momento requer uma intervenção rápida para salvaguardar, inclusivamente, a segurança de quem a percorre, quer seja de autocarro, quer seja a pé, pois acaba por estar em risco.------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PAVILHÃO MUNICIPAL DAS CACHOEIRAS----------

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, referindo-se ao pavilhão municipal das Cachoeiras, que se verifica ainda estar a funcionar com o quadro de obra. O abastecimento elétrico continua a ser feito a partir do quadro de obra, facto que muito os membros da CDU estranham, uma vez que o pavilhão já tem alguns anos. A questão que colocam é se foi ou não realizada a receção definitiva daquela obra, uma vez que à partida não se justifica que se mantenha o quadro, e caso não tenha sido feito, então estaria certamente na altura de corrigir alguns defeitos que começam a surgir, nomeadamente o revestimento cerâmico que existe em vários muros e zonas do edifício, que está completamente a destacar-se em alta velocidade.----------

O edifício está-se praticamente a descascar, é uma pena que não esteja a ser utilizado como merecia, mas melhores tempos virão para ali. Em todo o caso, importa salvaguardar aquele património. ----------

Além deste problema do destaque do revestimento, há portas que estão abertas, não é possível entrar graças a uns estores metálicos existentes, no entanto, se ficarem abertas o interior do edifício fica sujeito a ainda maior degradação, exposto às intempéries. ----------

Desta forma, importa olhar para aquele património municipal e ver como é que se poderá salvaguardar. A melhor forma seria pô-lo a uso, evidentemente, mas enquanto isso não for possível, importa salvaguardar o edifício. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PARQUE URBANO DA FLAMENGA - VIALONGA----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que passaram 15 dias da última reunião de câmara, e o parque urbano da Flamenga, em Vialonga, continua às escuras. Portanto, os membros da CDU gostariam de saber por que razão é que isso acontece, uma vez que se torna impossível agora estar neste espaço a partir das 17h00 ou 17h30.----------

Lamentam profundamente que a situação ainda não esteja resolvida.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
CONSTRUÇÃO DA NOVA EB1 Nº2 DE VIALONGA----------
Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que os membros da CDU gostariam de saber qual o ponto de situação para a construção da nova EB1 Nº2 de Vialonga, já tendo sido aprovada há algum tempo a passagem provisória das crianças para o Ninho de Empresas, e a sua respetiva remodelação, para que as crianças possam estar nas condições devidas neste Ninho de Empresas. Aquilo a que assistem é que se está praticamente no final do ano de 2014. O que se perspetivava era que as crianças, a partir de setembro de 2015, pudessem estar já, nesse ano letivo, no Ninho de Empresas, para que as obras começassem e voltassem à escola, à nova escola, a partir do ano letivo de 2016/2017.----------
Como não têm qualquer tipo de informação em relação às obras de adaptação, gostariam de saber o que é que se passa. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
ALTERAÇÃO DO USO DO SOLO DE UM CAMPO DE FUTEBOL DO UNIÃO ATLÉTICO POVOENSE ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que já há algum tempo foi aprovada em reunião de câmara uma alteração no uso do solo, naquele que tinha sido um dos campos de futebol do União Atlético Povoense, e na altura o pretexto usado para a aprovação que foi feita pelo Partido Socialista e pela Coligação Novo Rumo foi o de que esta solução, a alteração dum campo de futebol para um Continente na zona do UAP, resolveria a situação financeira do clube. ----------

Pela comunicação social os membros da CDU ficaram a saber que o clube está a pouco tempo de ter que fechar as portas, porque infelizmente a situação financeira assim o exige.----------

Portanto, gostariam de saber se esse negócio que era a solução para os problemas do UAP de facto não existiu, ou, se existiu, em que ponto de situação é que se encontra, para que o clube, ainda assim, se venha a queixar da sua situação financeira.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

CENTRO DE FORMAÇÃO DESPORTIVA DO FUTEBOL CLUBE DE ALVERCA ----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que vai ser muito rápido, e aliás os membros da CDU vão remeter por escrito algumas das observações que queriam colocar neste período antes da ordem do dia, para cumprirem com os tempos. -------

De qualquer forma, gostariam, se possível, de obter algumas informações relativamente ao desenvolvimento do centro de formação desportiva do Futebol Clube de Alverca. ----------

Leram na comunicação social que o clube avançará a curto prazo para o empreendimento desportivo, e portanto, havendo uma comparticipação de dinheiros públicos garantida por esta câmara municipal, no mínimo, o que deveriam saber era se os termos do projeto inicial são exatamente e rigorosamente os mesmos que irão ser efetivados ou construídos no âmbito da intenção deste clube desportivo. ----------

Não está em causa, como é óbvio, da parte da CDU, qualquer tipo de impedimento para que o projeto avance, os seus membros pensam é que, tendo em conta a evolução que o mesmo teve, deveria a câmara municipal ser informada com algum detalhe sobre essa matéria.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

OBRAS DE CONTROLO DOS LIXIVIADOS NO ATERRO DO MATO DA CRUZ - CALHANDRIZ ----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o Sr. Presidente ficou de dar aos membros da CDU alguma informação, na sequência da entrega de um relatório confidencial do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, sobre as obras de controlo dos lixiviados no aterro do Mato da Cruz. ----------

Até à data, passados estes meses, não tiveram mais nenhuma informação, e portanto gostariam de informar a câmara municipal de que solicitarão informação formalmente, na ordem do dia da próxima reunião de câmara. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ACIONAMENTO DE GARANTIAS BANCÁRIAS DE VÁRIAS URBANIZAÇÕES – QUINTA DA CRUZ DE PAU ----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se ao acionamento das garantias bancárias de várias urbanizações, designadamente de uma, que é a Quinta da Cruz de Pau, em São João dos Montes. ----------

Não vai detalhar, face ao pouco tempo já disponível para esta bancada, mas os membros da CDU vão deixar algumas fotografias, que confirmam aquilo que têm vindo a identificar e denunciar há largos meses, falta de alcatrão, falta de acessos, espaços públicos mal consolidados e muito por construir nos termos das garantias de obra e de urbanização assumidas pelo construtor. ----------

Parece-lhes que se a câmara municipal decide avançar para a execução das garantias bancárias, deverá haver um qualquer formalismo, o que até à data ainda não aconteceu, no âmbito das deliberações da câmara municipal.----------

Se o Sr. Presidente fizer o favor de informar hoje, podem não se reservar no direito de fazerem um agendamento deste assunto na ordem de trabalhos da próxima reunião de câmara. ----------

De qualquer forma, é uma situação que se aplica não só a esta urbanização. Há outras, como todos sabem, como em Vialonga, da Encosta do Moinho, a própria urbanização Malvarosa, e no âmbito do projeto que é o da câmara municipal, de urbanizações inacabadas, pouco ou nada vieram a conhecer nos últimos tempos sobre essas matérias. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

MOÇÃO SOBRE O ORÇAMENTO DO ESTADO ----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU agendarão, para a ordem do dia da próxima reunião de câmara uma moção relativa ao orçamento do Estado, no que à vida dos portugueses, e também dos municípios, dirá respeito, pelo que será prematuro falar sobre essa proposta, até porque o orçamento ainda não foi objeto de discussão e aprovação eventual na Assembleia da República.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

MOÇÃO SOBRE AS ALTERAÇÕES À LEI DAS RENDAS APOIADAS----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU agendarão, para a ordem do dia da próxima reunião de câmara, uma moção relativa à intenção do Governo relativamente às alterações à lei das rendas apoiadas, que neste momento é a de estabelecer um novo regime de arrendamento apoiado.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ENTRADA NORTE DE VILA FRANCA DE XIRA ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se à entrada norte de Vila Franca de Xira, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo continuam sem ter uma informação da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira que diga qual ou quais foram os pareceres da autarquia face à intervenção da Estradas de Portugal, que enviou o processo à câmara municipal, e a mesma emitiu com certeza um parecer.

Levantaram este assunto em reunião variadíssimas vezes, desde a reunião de 24 de setembro, e dessa data até hoje, 19 de novembro, receberam uma planta e a informação, por terceiros, quando esteve, na última reunião de câmara, em Vila Franca de Xira, um senhor representante da igreja que está à entrada da cidade, em que o Sr. Presidente informou que afinal aquela via que passa por baixo da autoestrada não está incluída na perspetiva de resolver o problema das inundações que ali acontecem permanentemente. ----------

Gostavam de saber o que é que a câmara municipal disse desde o primeiro dia daquela intervenção, porque, mesmo quanto à questão que lá está, da rede, pensam que existem outras formas de impedir os cidadãos de atravessar aquela via. Está-se a falar da entrada da cidade de Vila Franca de Xira, anda-se a discutir a imagem do concelho e da cidade, a paisagem, mas faz-se como se faz no terceiro mundo, que é "agarrar" e colocar uma rede no meio da estrada, na cidade de Vila Franca de Xira. ----------

Do seu ponto de vista, era mais ou menos igual a chegar-se à marginal e, no separador central, meter uma rede em tudo aquilo. Com o devido respeito, pensa que se deve ter cuidado com o território, e devem-se exigir intervenções que sejam de acordo com o território, porque a Estradas de Portugal não faria uma intervenção daquelas na marginal, por exemplo, em frente a Oeiras ou na praia de Paço de Arcos. Não fazia de certeza, porque ninguém lhe autorizava uma coisa daquelas. ----------

Assim, pensa que se deve ter atenção verdadeiramente a isto. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

SUPLEMENTO COMEMORATIVO DA EDIÇÃO Nº 100 DA VOZ RIBATEJANA ----------

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, felicitando a Voz Ribatejana pelo seu suplemento comemorativo da edição nº 100, referente às 100 maiores empresas do concelho de Vila Franca de Xira. ----------

Na pessoa do diretor, Jorge Talixa, os membros da Coligação Novo Rumo querem felicitar a Voz Ribatejana, porque entendem que é uma oportunidade, conforme o mesmo diz no respetivo texto, para todos conhecerem um pouco melhor a realidade, as evoluções e perspetivas da economia local, percebendo que estas e todas as demais 8 000 empresas com atividade no concelho são um motor importante e decisivo para a vida de todos, e para a vida deste país.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

SITUAÇÃO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO ----------

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de perguntar se há alguma evolução ou desenvolvimento na situação do Tribunal do Comércio, ou seja, qual o ponto da situação relativamente a esta matéria. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ASSUNTOS RELACIONADOS COM O DECORRER DO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que apenas irá responder às questões sobre o surto da "legionella", que é a questão mais importante, o resto fica para o final da reunião, se houver tempo. Já terminou o tempo que está previsto para o período antes da ordem do dia, e por isso vai só falar sobre esta matéria, que é de facto aquela, de todas as questões colocadas, que é a mais importante neste período. ----

As outras respostas ficarão para o final da reunião, caso se consiga ser eficaz na discussão dos pontos da ordem do dia. ----------

De seguida, passou à discussão dos pontos da ordem do dia, referindo que há pedidos de intervenção nos pontos 1, 4, 9, 12, 13, 15, 17, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 30, 38, 42, 43, 44, 45 e 49, e destes pontos os pontos 4, 9, 12, 13, 15, 44 e 45 têm que ser presentes à próxima assembleia municipal. Por isso, têm de merecer da parte de todos a absoluta discussão, hoje, nesta reunião de câmara. ----------

Assunto: DECLARAÇÃO DE DIA DE LUTO MUNICIPAL----------

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2014/11/13, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para declaração do dia 21 de novembro de 2014 como dia de luto municipal, em memória e homenagem dos cidadãos falecidos comprovadamente por via do surto de legionella. ----------

Interveio o Sr. Presidente, lendo a declaração. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU não têm intervenção para fazer, e subscrevem a proposta por inteiro. ----------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo estão completamente de acordo, querem só voltar a afirmar que, a propósito do dia de luto, só se está a declarar um dia de luto porque um problema muito sério se abateu sobre Vila Franca de Xira, e não pode deixar de voltar a chamar à atenção que as declarações que o Sr. Presidente fez são de quem não percebeu, não leu e não sabe as suas competências enquanto primeiro responsável da proteção civil. ----------

O Sr. Presidente deveria ter convocado mais cedo aquilo que fez mais tarde, nomeadamente a Comissão Municipal de Proteção Civil e o Conselho Municipal de Segurança, que são da sua responsabilidade, e deveria ter coordenado com as juntas de freguesia, o que é da sua responsabilidade. Os presidentes de junta que estiveram presentes disseram-no variadíssimas vezes, e não os tem por irresponsáveis.----------

Só hoje, aqui, se está a falar sobre este assunto, porque só hoje, aparentemente, não há mais nenhum caso de "legionella", nenhum cidadão que tenha sido infetado recentemente. Quando não se analisa, não se retiram ilações, na perspetiva de amanhã se poder fazer algo novo, só se pode ouvir aquilo que o Sr. Presidente veio dizer, que não havia mais tempo, e não se informou mais ninguém. ----------

A população no sul do concelho não sabia o que havia de fazer, e essa é uma responsabilidade da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, não é uma responsabilidade de nenhuma entidade mais, sendo que a Direção-Geral de Saúde - DGS tinha comunicados no site, e a câmara municipal não tinha sequer ainda feito alarido deles ou feito nada. ----------

Para além disso, quando a câmara municipal mandou fechar os equipamentos municipais, já o diretor da DGS tinha dito para se evitarem os banhos. Portanto, quando está a falar, não está a querer empolar coisa nenhuma, está a querer dizer que se têm responsabilidades, que se deverá avaliar e, para futuro, tentar ver, para, se se voltar a ter um problema, ter uma ação diferente da que se teve. ---------
Recorda-se bem que há uns anos, 2003 ou 2004, houve um problema que se abateu sobre Vila Franca de Xira, umas inundações de norte a sul do concelho, e a coordenação estava tão bem feita que tiveram de vir meios de todo o lado, porque internamente não se conseguiu coordenar com nada, até as máquinas faltaram. ----
Quando está a dizer isso, está a dizer consciente dum conjunto de questões que são absolutamente essenciais, para se avaliar e tomar, não se podendo deixar um presidente de junta, por exemplo, como o de Vialonga, sem uma informação da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Não pode ser, e tem que ser doutra forma. ----------
O Sr. Presidente interveio, mencionando que o Sr. Vereador diz o que diz, é assim, e não vai alimentar isso. ----------
Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que foi pena que o Sr. Vereador Rui Rei não tivesse tido oportunidade de ouvir a declaração inicial do Sr. Presidente sobre esta matéria, porque ela, efetivamente, afasta totalmente qualquer interpretação subjetiva ou partidária.----------
Aliás, a intervenção do Sr. Presidente ao longo de todos estes dias foi a que se pede a um presidente de câmara, cuja comunidade é confrontada, e ele próprio, com uma situação totalmente anómala, quer a nível nacional, quer a nível internacional. ----------
É natural que o Sr. Vereador Rui Rei, sobretudo, como o disse, residindo na Póvoa de Santa Iria, sentisse receio, medo e algumas confrontações e dúvidas, mas felizmente, no caso, quem exerce responsabilidades na câmara municipal, e quem tem de tomar decisões, não pode tomar as suas decisões com base, nem em receios, nem em dúvidas, nem em problemas existenciais que tenha pessoais. Isso é o que se exige a um presidente de câmara, é o que se exige a um coordenador da proteção civil e o próprio é testemunha, mas são testemunhas também todas as instituições no terreno. ----------

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando quando é que reuniu a Comissão Municipal de Proteção Civil pela primeira vez. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, apelando à calma do Sr. Vereador Rui Rei.

Interveio o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vereador Rui Rei para, quando quiser intervir, pedir a palavra ao próprio.----------

O Sr. Vereador Rui Rei interrompeu novamente, perguntando quando reuniu a comissão Municipal de Proteção Civil pela primeira vez, pois tem que se ser verdadeiro, e o executivo está a enganar as pessoas. ----------

Interveio o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vereador Rui Rei para não chamar mentiroso a ninguém, pois está a dizer que não se foi verdadeiro. Depois, o Sr. Vereador Rui Rei não deve interromper, porque o Sr. Vice-Presidente está no uso da palavra, e o Sr. Vereador deve ouvir.----------

Perguntou o Sr. Vereador Rui Rei ao Sr. Presidente a razão deste estar levantado, ao que o mesmo respondeu que é porque tem que se ausentar.----------

Interveio novamente o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que o Sr. Presidente então deve ir, mas não deve falar, porque está a falar o Sr. Vice-Presidente. ----------

Respondeu o Sr. Presidente que quem está a dirigir a reunião é o próprio, e o Sr. Vereador Rui Rei não pode interromper quem estiver a falar. Para além disso, o próprio pode-se levantar, a não ser que não possa, por consideração pelo Sr. Vereador.----------

Disse o Sr. Vereador Rui Rei que não quer saber da consideração, quer saber é da verdade. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo ao Sr. Vereador para ouvir o que está a ser dito, e se tem alguma questão a colocar, coloca-a depois, mas não deve interromper, porque senão é muito difícil.----------

Tomou de novo a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo ao Sr. Vereador Rui Rei que se fosse o mesmo que estivesse na presidência da câmara, teria com certeza o tipo de atitude que teve hoje, na gestão dum problema como o que se atravessou.

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, pedindo ao Sr. Vice-Presidente para não ser mal-educado, porque isso não é verdade, não foi isso que disse. ----------

O Sr. Vice-Presidente recomeçou a sua intervenção, dizendo que é a segunda vez que o Sr. Vereador o interrompe, e não é o próprio que é mal-educado. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo ao Sr. Vice-Presidente que não vale a pena continuar, porque o Sr. Vereador Rui Rei não está para ouvir. Como não está para ouvir, passará à discussão do ponto seguinte, porque quem não quer ouvir, não ouve.----------

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.--

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 042
Reunião de 2014/11/19
Procº _____
Deliberação nº 706

Assunto: ATAS NºS 21/2014, DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2014/10/08, 22/2014, DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2014/10/22, 23/2014, DA REUNIÃO DE CÂMARA EXTRAORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2014/10/30, E 25/2014, DA REUNIÃO DE CÂMARA EXTRAORDINÁRIA E PRIVADA DE 2014/11/09----------

Presente para aprovação as atas das reuniões de câmara ordinárias e públicas de 2014/10/08 e 2014/10/22, da reunião de câmara extraordinária e pública de 2014/10/30, e da reunião de câmara extraordinária e privada de 2014/11/09, com dispensa da sua leitura, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros.----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, pretendendo apenas dizer que na ata nº 23, do dia 30, quando foi discutido o orçamento, abstém-se, porque não esteve presente, bem como a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, que também se abstém nas atas nºs 21 e 22.----------

Deliberado, por maioria, com a abstenção da Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, aprovar as atas nºs 21/2014 e 22/2014, das reuniões de câmara ordinárias e públicas de 2014/10/08 e 2014/10/22.----------

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Aurélio Marques e Margarida Cavaleiro, aprovar a ata nº 23/2014, da reunião de câmara extraordinária e pública de 2014/10/30. ----------

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata nº 25/2014, da reunião de câmara extraordinária e privada de 2014/11/09.----------

---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 043
Reunião de 2014/11/19
Procº _____
Deliberação nº 701

Assunto: SELO DE "QUALIDADE EXEMPLAR DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO 2014"----------

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em 2014/11/12, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para conhecimento da atribuição àqueles serviços do Selo de "Qualidade exemplar da água para consumo humano 2014", pelo Jornal Água & Ambiente e a ERSAR, e posterior remessa à assembleia municipal para conhecimento. ----------

Tomado conhecimento e deliberado, por unanimidade, remeter à assembleia municipal para conhecimento. ----------

Assunto: TABELA DE TARIFAS E PREÇOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VILA FRANCA DE XIRA PARA O ANO DE 2015 ----------

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em 2014/11/12, para aprovação da Tabela de Tarifas e Preços dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira para o ano de 2015, e posterior remessa à assembleia municipal para conhecimento. ----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que o que salta à vista é o aumento de 1% nalgumas rubricas, a manutenção dos preços dos consumos domésticos nas tarifas familiares, a manutenção e renovação dos ramais, aqueles descontos que são normais, durante os 5 anos, tendo sido criado um 4º escalão de consumo doméstico. Depois, há alguns novos valores, novas rubricas.----------

Os membros da CDU gostariam de saber, e não sabem, como é evidente, logo quanto ao ponto 1, sobre os princípios de gestão, se os novos preços serão justos, equilibrados, e como foi feita a adequação dos novos tarifários, porque não têm essa informação, não há a demonstração.----------

Sobre a questão do aumento de 1%, embora possa não ser significativo, não sabem os valores que os SMAS vão conseguir com este 1%, e talvez não seja a questão de fundo, é um aumento, está-se em crise, o custo de vida também aumentou, o que é normal com a evolução das coisas, e pensam que a própria câmara municipal rompe com o compromisso das medidas anticrise que criou há uns anos atrás. Criou algumas medidas anticrise e, havendo este aumento, fica nessa situação.----------

Assim, não sabem se não seria de aguardar mais tempo para implementar estes aumentos. Na ótica que têm não concordam, sendo esse um direito que têm. Os munícipes, não diz todos, mas a grande maioria, embora as questões das tarifas familiares não tenham sido aumentadas, o que já citou, e mesmo outros que não têm esta situação, ficam com uma série de dificuldades, e admitem que os SMAS não sejam, como o próprio costuma dizer, a "santa casa" desses munícipes, mas era de toda a justiça não fazerem este aumento.----------

Por isso, não concordam.----------

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, mencionado que na reunião

passada os membros da CDU colocaram a questão do rompimento daquele que era o acordo, desde há muito, entre os SMAS e as juntas de freguesia, na cobrança da água, na percentagem das juntas de freguesia em relação a essa cobrança, e o Sr. Presidente disse que os contratos interadministrativos e os acordos de execução não permitiam que se continuasse a dar às juntas a percentagem pela cobrança da água que fazem nos seus locais. ----------

Perguntam se é mesmo assim, e se não há possibilidade de fazer com que seja possível continuar com esse valor, sendo que na altura o Sr. Presidente respondeu que haveria de arranjar uma forma de compensar, no caso de não ser possível, essas juntas de freguesia, pela perda dos valores que até aí recebiam, com os quais contavam, inclusivamente, na elaboração dos seus orçamentos.----------

Falou-se na altura, e é verdade, que a Junta de Freguesia de Vialonga, pela cobrança da água da Centralcer, seria a mais prejudicada, e fala em 50 000,00€ a 60 000,00€ por ano, pelo que, a não haver mesmo forma de alterar os contratos interadministrativos e os acordos de execução, porque não há nenhuma verba que compense as juntas de freguesias, nomeadamente a de Vialonga, no orçamento municipal, gostariam de saber como é que a câmara municipal pensa recompensar as juntas, neste caso a de Vialonga, pela perda desta verba, que é de facto avultada e fazia já parte do seu orçamento para a concretização de algumas das obras necessárias à população.----------

O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que esta questão não tem diretamente a ver com o ponto em causa, mas explicará basicamente que não é propriamente o problema dos contratos e acordos interadministrativos não permitirem, é o facto da lei que enquadra os acordos e contratos interadministrativos não o permitir, ou seja, as transferências entre a câmara municipal e as juntas de freguesia têm de corresponder a um serviço ou a um trabalho efetivamente prestado pelas juntas.----------

Como sabe, há um grupo de trabalho feito neste momento sobre essa matéria, e conta-se brevemente trazer à câmara e assembleia municipais, nos termos do contrato e da lei, o primeiro relatório que as juntas de freguesia enviaram, e a avaliação feita sobre a utilização das verbas transferidas pela câmara municipal, por cada uma das juntas, mas no final do ano ter-se-á uma noção mais clara, se

efetivamente as verbas transferidas pelo município, que inclui também os SMAS, para as freguesias, diminuíram, tendo em conta um pressuposto inicial, que foi transmitido logo naquele momento.----------

Esse pressuposto é o facto do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, rural, ser neste momento transferido diretamente do Estado para as juntas, e não como antes acontecia, do Estado para a câmara municipal, e desta para as juntas de freguesia. É uma análise que se está a fazer, e provavelmente, na conta final, essa compensação é feita, sendo que a Junta de Freguesia de Vialonga, mas precisa de ter os números, e vale a pena fazer a reflexão quando se tiverem, será totalmente ressarcida face ao recebimento do ano anterior. É uma análise que só se consegue fazer agora, com o decorrer deste tempo e da entrega dos relatórios que se fizerem sobre essa matéria. A questão é essa, o valor é fixo, determinado, não é uma percentagem sobre um valor variável. ----------

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que em termos jurídicos não vai discutir com o Sr. Vice-Presidente, até porque faz parte da formação profissional do mesmo. Assim, quando o Sr. Vice-Presidente trouxer os valores, poderá analisar, e aí já pode fazer uma "perninha" no direito, mas por enquanto faz na "esquerda" e fica-se por aqui. ----------

Continuou, dizendo que não sabe, quando o Sr. Vice-Presidente diz que o pagamento que o município faz às juntas tem a ver apenas com um serviço, se a cobrança da água não é um serviço. Até nem sabe, e diz com muita sinceridade, se fosse presidente de alguma das juntas, e se o serviço que fazia não fosse ressarcido em nada, se o continuaria a fazer. Se calhar fazia-o, a bem da população, porque se as juntas de freguesia não cobrarem a água, muitas pessoas, nomeadamente as mais idosas, têm alguma dificuldade em fazer pagamento por conta ou Multibanco, mas se calhar diria às pessoas para irem pagar a água às delegações, nomeadamente a Alverca do Ribatejo ou à Póvoa de Santa Iria, porque na sua junta não recebia mais dinheiro absolutamente nenhum. ----------

Em relação ao IMI rústico, gostaria imenso de ver os valores, porque está-se a falar de uma freguesia eminentemente urbana, e o IMI rústico não tem certamente o valor de 50 000,00€ ou 60 000,00€ por ano, mas depois, quando o quadro vier, os membros da CDU farão uma nova análise.----------

O Sr. Vice-Presidente interveio, complementando uma questão, porque é importante ter este dado. Nos acordos estão previstas verbas que são transferidas por via desse trabalho efetivamente realizado pelas juntas de freguesia nessas cobranças, o que acontece é que, quando antes havia a determinação de uma percentagem sobre o valor recebido, havia juntas que recebiam grandes valores, quer de pagamento de água, quer outros, porque não são só os de água, e outras juntas que não recebiam, embora o trabalho fosse exatamente o mesmo, o que significa que, neste momento, isso está previsto, e a ser transferida da câmara municipal para as juntas a compensação financeira pelo trabalho que efetivamente realizam.----------

Essa mais-valia, que é o acaso do número de pessoas ou do valor da fatura paga junta à junta, esse grau de imponderável é que não pode ser constante destes contratos, por via da lei, mas está-se a fazer a avaliação, como disse de início.-------

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, mencionado que, visto que o Sr. Vereador Aurélio Marques não entrou em questões específicas e técnicas da tabela de preços, entrou numa questão generalista, de avaliação, e até de uma posição política, escusa-se de comentar, no entanto, a tabela teve uma grande preocupação, como o Sr. Vereador deve ter visto e analisado, pois sabe que o fez, aos cerca de 158 pontos, e alguns foram introduzidos de novo, porque teve que se fazer uma adaptação às regras que a própria Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR, impôs. ----------

Como o Sr. Vereador deve ter reparado, na documentação que foi distribuída, a tabela teve que ser submetida e validada pela ERSAR, e a questão é que há 2 anos que não era mexida. Como o Sr. Vereador sabe, tão bem ou melhor que o próprio, há os chamados custos industriais, e todo o sistema de abastecimento dos SMAS está dependente de energia, estações elevatórias e todo o funcionamento do sistema de rede de abastecimento. Os SMAS foram confrontados com uma taxa de agravamento da EDP entre os 2,9% e 3%, e na sua gestão diária, em que o rigor está sempre presente, teve que se fazer um reajustamento ligeiro, mínimo, tentando não influenciar as questões sociais que estão presentes, e que foram focadas, e muito bem. ----------

Lembra que na tarifa base que regula todo o aumento de 1%, e no metro cúbico,

que são 1000 litros, a taxa de agravamento do 1º escalão até 5 metros é de 0,0056, não chegando a meio cêntimo por 1000 litros de água. Pode ver-se quanto custa uma garrafa que se compra no café, e não são 1000 litros de água, sendo que o aumento não chega a metade de 1 cêntimo. O que está direcionado são os custos industriais, e sublinha que na elaboração da tabela esteve presente a questão social.----------

A administração dos SMAS tentou, para 2015, ir até onde era possível, mas os custos que lhe são imputados a nível de energia subiram imenso, e quando chegar o momento os Srs. Vereadores irão verificar, a nível orçamental, qual é o valor que se teve de imputar à energia. ----------

O Sr. Vereador Rui Rei tomou a palavra, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo pedem a retirada do ponto para melhor análise.----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que o ponto tem de ir à assembleia municipal.-

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa também não apresentou o orçamento a tempo e horas, e, do que julga saber, não lhe vai acontecer coisa nenhuma.----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que não tem nada a ver com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, tem a ver com aquilo que é o âmbito desta câmara municipal. Contudo, pergunta se há alguma dúvida que possa ser esclarecida. -------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, esclarecendo que os membros da Coligação Novo Rumo precisam de analisar melhor o ponto para o avaliarem, porque têm recebido informações de que há habitações no concelho a pagar taxa de saneamento e não estão ligadas às ETAR - Estações de tratamento de águas residuais, e querem avaliar, trabalhar em conjunto, além de verem os valores, e é isso que pedem.-------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que há um ponto mais à frente onde essa matéria vai ser tratada, e neste momento está-se, única e exclusivamente, a falar da questão da água. Mais à frente ir-se-á falar do saneamento.----------

O Sr. Vereador Rui Rei retomou a palavra, voltando a dizer que os membros da Coligação Novo Rumo pedem a retirada do ponto, para melhor avaliação.----------

Interveio o Sr. Presidente, para dizer, como já falou, que esta matéria tem de ir à assembleia municipal, solicitando à Drª Nélida Soares para intervir, no sentido de, sobre esta matéria, acrescentar alguma coisa que possa elucidar dúvidas que

possam subsistir. ----------

A Drª Nélida Soares tomou a palavra, lembrando, uma vez que o Sr. Vereador Rui Rei falou na taxa de saneamento, que a taxa de saneamento está na tabela de taxas e preços da câmara municipal, que virá à próxima reunião de câmara, de hoje a 15 dias, não estando em discussão a taxa de saneamento. ----------

A taxa de saneamento é uma taxa que é cobrada pela câmara municipal, está na tabela da câmara municipal, e é de tratamento.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, agradecendo a explicação da Drª Nélida Soares, mas os membros da Coligação Novo Rumo precisam de analisar melhor esta tabela, relacionada com a água.----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que são assuntos independentes, sem prejuízo dos Srs. Vereadores poderem mais tarde colocar dúvidas, para que se possam analisar numa próxima oportunidade, e serem introduzidas, mas vai passar à votação do ponto. ----------

Continuou, perguntando quem vota contra e quem se abstém, concluindo que o Partido Socialista vota a favor, e há os votos contra da CDU e da Coligação Novo Rumo, pelo que o ponto não pode ir à próxima assembleia municipal.----------

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, esclarecendo que o problema que está presente é que as tabelas foram homologadas pela ERSAR, e neste momento não pode dizer mais, já que tem de contactar a ERSAR para saber qual é a tabela que entra em vigor no dia 1 de janeiro, sendo certo e sabido que os SMAS, no dia 1 de janeiro, têm de ter uma tabela em vigor.----------

Prosseguiu o Sr. Presidente, perguntando se o parecer da ERSAR, nesta matéria, é vinculativo. ----------

Respondeu o Sr. Vereador António Oliveira que o parecer é vinculativo. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o ponto já está votado, os Srs. Vereadores votaram contra. A decisão está tomada, e a questão agora é verificar, juridicamente, qual é a sequência deste processo.----------

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU e dos membros da Coligação Novo Rumo, reprovar a Tabela de Tarifas e Preços dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira para o ano de 2015.-

---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 050
Reunião de 2014/11/19
Procº _____
Deliberação nº 709

Assunto: ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO, POR TEMPO INDETERMINADO, DE 3 POSTOS DE TRABALHO NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL (CABOUQUEIRO) - RECRUTAMENTO EXCECIONAL ----------

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em 2014/11/12, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para remessa à assembleia municipal, para autorização da abertura do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, para o preenchimento de 3 postos de trabalho, na categoria de assistente operacional (cabouqueiro), com possibilidade de admissão de candidatos sem relação jurídica de emprego público. ----------

Deliberado, por unanimidade, remeter a abertura do procedimento concursal à assembleia municipal, para aprovação nos termos da lei. ----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 051
Reunião de 2014/11/19
Procº _____
Deliberação nº 710

Assunto: ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO, POR TEMPO INDETERMINADO, DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR (ÁREA DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO) - RECRUTAMENTO EXCECIONAL----------

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em 2014/11/12, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para remessa à assembleia municipal, para autorização da abertura do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, para o preenchimento de 1 posto de trabalho, na categoria de técnico superior (área de contabilidade e administração), com possibilidade de admissão de candidatos sem relação jurídica de emprego público.----------

Deliberado, por unanimidade, remeter a abertura do procedimento concursal à assembleia municipal, para aprovação nos termos da lei.----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 052
Reunião de 2014/11/19
Procº _____
Deliberação nº 711

Assunto: ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO (ÁREA ADMINISTRATIVA) – RECRUTAMENTO EXCECIONAL ----------

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em 2014/11/12, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para remessa à assembleia municipal, para autorização da abertura do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, para o preenchimento de um posto de trabalho, na categoria de assistente técnico (área administrativa), com possibilidade de admissão de candidatos sem relação jurídica de emprego público.-

Deliberado, por unanimidade, remeter a abertura do procedimento concursal à assembleia municipal, para aprovação nos termos da lei. ----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 053
Reunião de 2014/11/19
Procº _____
Deliberação nº 712

Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, ÁREA DE PEDREIRO, RESERVA DE RECRUTAMENTO----------

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em 2014/11/12, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para remessa à assembleia municipal, para autorização do recrutamento excecional do candidato classificado em 2º lugar, Paulo Fernando Matos Heitor Cardigos, na lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, para o preenchimento de um posto de trabalho, na categoria de assistente operacional (área de pedreiro).----------

Deliberado, por unanimidade, remeter a autorização do recrutamento excecional à assembleia municipal, para aprovação nos termos da lei.----------

---

1. Assunto: ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ASSISTENTE TÉCNICO (ÁREA ADMINISTRATIVA)----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 119/14, de 12/11, do DGAFJ/DRH, para aprovação da abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de dois postos de trabalho para a categoria de assistente técnico (área administrativa), e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.----------

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 119/14, de 12/11, do DGAFJ/DRH, e comunicação interna nº 353/14, de 11/11, do DEC/DCTPM, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

   Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo não têm nada contra esta abertura de concurso para assistente técnico, área administrativa, no setor de turismo, em termos executivos, pretendem apenas colocar uma questão, porque consideram que têm pouca informação sobre a estratégia e o acompanhamento de um ponto que é fundamental para o concelho, que é o desenvolvimento do turismo. Antigamente havia um conselho municipal, que era um ponto de encontro de vários agentes que tinham intervenção no turismo, e isso deixou de acontecer, pelo que perguntam até que ponto é que podem ter mais informação, e por que é que esse conselho acabou, e se há alguma razão para isso ter acontecido. ----------

   Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que sobre o ponto não há dúvidas, e

sobre a outra questão, como o Sr. Vereador Vítor Silva sabe, foi aprovada a elaboração de um plano de marketing e turismo, que certamente irá responder às questões que foram colocadas.----------

Desta forma, aguardar-se-á por esse plano, para depois todos se pronunciarem com mais detalhe. A Comissão Municipal de Turismo, num determinado contexto, foi uma situação que aconteceu, considerou-se que a sua existência não teria sentido, e hoje poder-se-ão reponderar todas essas matérias.----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

1. Assunto: ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ASSISTENTE OPERACIONAL (CANTONEIRO DE LIMPEZA) ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 136/14, de 12/11, do DGAFJ/DRH, para aprovação da abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de dois postos de trabalho para a categoria de assistente operacional (cantoneiro de limpeza), e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 136/14, de 12/11, do DGAFJ/DRH e comunicação interna nº 581/14, de 04/11, do DASDEDS/DASEP, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------
---

---

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ASSISTENTE TÉCNICO (GENERALISTA) – RECRUTAMENTO EXCECIONAL ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 45/14, de 06/11, do DGAFJ/DRH, para aprovação do recrutamento excecional da candidata Raquel Cristina de Jesus Fernandes, classificada em 4º lugar, na lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para a categoria de assistente técnico (generalista), e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 45/14, de 06/11, do DGAFJ/DRH e comunicação interna nº 399/2014, de 03/11, da DASDEDS/DDE, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------
---

---

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – LUÍS MIGUEL TRINDADE FALCÃO DE VASCONCELOS----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 628/14, de 10/11, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais um ano, de Luís Miguel Trindade Falcão de Vasconcelos, a prestar serviços de apoio ao Gabinete de Planeamento Estratégico, Relações Comunitárias, Promoção do Desenvolvimento Social e Económico e Apoio ao Investidor, no âmbito das atribuições do Gabinete de Apoio ao Munícipe e Atividades Económicas, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação do compromisso plurianual.---------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 628/2014, de 10/11, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------
---

---

1. Assunto: AQUISIÇÃO DE CABAZES ALIMENTARES PARA FAMÍLIAS CARENCIADAS PARA O ANO 2015----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 396/14, de 03/11, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal, com vista à obtenção de autorização prévia nos termos do previsto no artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08/06, relativa à aquisição de cabazes alimentares para famílias carenciadas para o ano de 2015. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 396/14 de 03/11, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que os membros da CDU, já no ano anterior, quando esta questão da aquisição dos cabazes alimentares para as famílias carenciadas veio a reunião de câmara, disseram que não conseguiam perceber os critérios de seleção para a sua atribuição.----------

Compreendem que infelizmente são necessários, quase que se volta à música do "outro senhor", que dizia que andam todos a brincar à "caridadezinha", com festas, com canastras, boas comidinhas, e infelizmente este país está a regredir a nível social, de uma forma muito acelerada.----------

Mas, independentemente da necessidade de existir de facto apoio às famílias, não conseguem perceber como é que se escolhe ou são selecionadas estas famílias, e estes cabazes, que agora não tem de memória o número, mas que são mais ou menos 7 000 cabazes.----------

Na altura, foi-lhes dito que seriam as comissões sociais que fazem a triagem, a

escolha, e que depois as instituições, perante essa escolha, fazem a entrega. Daquilo que sabem essa seleção e triagem não é feita nas melhores condições, continuam a existir casos em que as famílias apoiadas são apoiadas em várias instituições ao mesmo tempo, porque também se sabe que infelizmente há sempre abusos nestas situações. ----------

Assim, enquanto não forem entregues à CDU os critérios da seleção, os seus membros não estão em condições de votarem a favor desta entrega dos cabazes alimentares. São contra, também não têm nada que os faça ser muito a favor, apesar de perceberem a sua importância, mas da maneira que o ponto vem, não esclarece em nada a forma de atribuição, e não estão em condições de votar a favor. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que os critérios estão consagrados através da legislação, do FEAC – Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados, e esses mesmos critérios são analisados e discutidos nas comissões locais de freguesia, existindo um cruzamento de informação, no sentido de não haver sobreposição de apoios às mesmas famílias. ----------

Aquilo que pode dizer é que a câmara municipal irá reforçar este apoio, na medida em que infelizmente é necessário que continue. Em 2014 está prevista a atribuição de 5 820 cabazes, e em 2015 estão previstos 6 612, sendo esta somente uma estimativa. ----------

A atribuição destes produtos alimentares é essencial para algumas famílias, sem os quais tinham uma vida muito mais complicada e difícil. A câmara municipal tem vindo a melhorar, de ano para ano tem vindo a encontrar outras metodologias, mas a legislação de enquadramento existe, e aquilo que pode dizer é que, sobre isto, a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso poderia dar ao executivo um voto de confiança pelo trabalho que está a executar, e poder-se-á, de uma forma exaustiva, dizer quais são os critérios, que apesar de tudo existem na legislação, e também do trabalho que é feito pelas comissões locais de freguesia. ----------

Não é nada que não exista, não é nada que não se saiba, não é nada que não seja público, de qualquer modo, se os membros da CDU se sentirem mais confortáveis, a câmara municipal poderá enviar um relatório, referindo quais são os procedimentos que tem vindo a fazer ao longo do tempo em que este apoio é

concedido. ----------

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que, evidentemente, os membros da Coligação Novo Rumo são a favor, mas parece-lhes que há uma contradição, que gostariam de esclarecer.----------

Quando é apontado que infelizmente é cada vez maior a procura, e até há um acréscimo de 15 000,00€ sobre a verba que é atribuída, por que razão é que este ano o número de famílias é menor? Parece haver uma certa contradição. Quanto à distribuição, até sabem que tem corrido bem, e era uma outra preocupação que tinham, que em certa medida está ultrapassada e esclarecida. ----------

Entendem apenas que há essa ligeira contradição na apresentação deste assunto, mas votam a favor, certamente. ----------

O Sr. Presidente tomou de novo a palavra, para dizer que o que se tem vindo a verificar é que se tem verificado o aumento de famílias, e embora todos esperem que estes processos acabem rapidamente, e tem que se fazer um esforço coletivo nesse sentido, pensando até que neste ponto de vista estão todos de acordo, não é possível deixar de ter este apoio. ----------

Inclusivamente, em termos financeiros, o apoio é superior, para garantir uma qualidade cada vez maior nos produtos que são disponibilizados, e é isso que pode dizer. Quanto à contradição que falou o Sr. Vereador Vítor Silva, a informação que tem é que há mais famílias a solicitar este apoio.----------

Interveio novamente o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que comparativamente ao ano passado o número de famílias é menor, mas o valor é maior, e é essa a contradição de que falava. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que sem prejuízo de solicitar outros esclarecimentos à técnica que está presente, aquilo que pode dizer é que há vários apoios, desde que as cantinas sociais começaram a acontecer, e hoje em dia as instituições de solidariedade social, em parceria com o Ministério da Segurança Social, têm vindo a disponibilizar muito apoio alimentar através das cantinas sociais. ----------

Apesar de ter havido, eventualmente, menos procura neste apoio, o que é um facto é que ainda continuam a ser muitas famílias, e estas famílias necessitam justamente destes alimentos, que são preconizados e estão referidos. Se há

menos, as que estão continuam a ser muitas. ----------

De facto, quanto à questão dos vários complementos de apoio, hoje em dia, através das juntas de freguesia e das comissões locais de freguesia, faz-se um cruzamento de informação, justamente para apoiar um maior número de famílias possível, porque no passado, quando este processo começou, veio-se a perceber que havia famílias que recebiam vários apoios, pois às vezes também acontecem estas coisas. Tem que se chegar muito mais longe, e para chegar muito mais longe tem que se fazer esse cruzamento de informação, que é o que se tem vindo a fazer e a melhorar consideravelmente. ----------

As juntas de freguesia têm tido um trabalho muito importante neste processo, numa interligação também com as instituições de solidariedade social, e as pessoas, em alguns casos, inscrevem-se na junta de freguesia, que faz essa triagem, enviando os pedidos para as instituições de solidariedade social. Através disso há condições de não haver as tais sobreposições que aconteceram no passado, o que não quer dizer que não haja um caso ou outro, mas agora mais dificilmente. ----------

A Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso tomou a palavra, referindo que os membros da CDU não conseguem perceber por que é que, se tudo é tão fácil de explicar, nunca lhes entregam os critérios, nunca é feito um relatório sobre esta atividade que anualmente se faz, que se faz graças também, diga-se de passagem, à comparticipação financeira dada pela Central de Cervejas, que anualmente fornece 100 000,00€ ao concelho de Vila Franca de Xira, que, de há alguns anos para cá, o município canalizou para este tipo de apoio. ----------

Aquilo que sabem é que, uma vez por ano, é-lhes dado a conhecer o número de cabazes que se compram, e aquilo que compõe cada cabaz, ponto final, e estão a falar dum apoio de 100 000,00€ que, no entender que têm, deveria vir acompanhado de outra forma. ----------

Quanto à questão da duplicação de apoios, que deixou de existir, já no ano passado disseram, e este ano voltam a dizer, com grande convicção, que nas triagens das comissões sociais de freguesia, sem colocar em causa o esforço que é feito, quer pelos Srs. Presidentes de junta, pelas instituições, e pelos técnicos da câmara municipal, há duplicação. Assim, pensam que deve haver um maior esforço

nesse sentido. Há os critérios do FEAC, e por isso muitas destas famílias são ajudadas desta forma, e também pelas instituições, através do FEAC e do Banco Alimentar, mas não há necessidade, no entender que têm, que todos os anos se venha, em reunião de câmara, assumir um compromisso destes sem ter rede absolutamente nenhuma. Portanto, o voto da CDU vai ser igual ao do ano passado, porque a informação é exatamente igual, independentemente dos pedidos de esclarecimentos que fazem. ----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que independentemente do voto da CDU sobre esta matéria solicita à Srª Vereadora Fátima Antunes que rapidamente os serviços façam um relatório para enviar às duas bancadas. ----------

O Sr. Vereador Rui Rei tomou a palavra, dizendo, tal como disse o seu camarada e companheiro, Sr. Vereador Vítor Silva, que os membros da Coligação Novo Rumo votam a favor, mas o Sr. Vereador Vítor Silva levantou algumas questões que são importantes para a avaliação futura, tendo sido muito concreto.----------

Ao contrário do que diz a câmara municipal, aparentemente o número de famílias diminui, mas o valor aumenta. Foi isso que o Sr. Vereador disse, e não é preciso ser uma questão agora, mas tem que se ver a coerência dos documentos quando se trazem a reunião de câmara. Se se diz que aumenta, e o valor diminui, há uma coisa que não está certa, pelo que se poderá não estar a apoiar mais pessoas e dever-se-iam apoiar. Estão disponíveis para votar a favor, tal como disse o Sr. Vereador Vítor Silva, de mais apoios, se for essa a necessidade, mas dever-se-ia verificar e avaliar, ao mesmo tempo, por que é que, pelos mesmos produtos, se paga mais este ano, já que aparentemente há um decréscimo dos valores em muitos destes produtos nos supermercados. ----------

Não estão nada preocupados com o que as famílias, que necessitam, recebem, ou seja, se recebem aquilo ou deveriam receber ainda mais, melhor, desde que se consiga garantir que não há situações de necessidade nas famílias que realmente precisam. Agora, se se puder gastar menos e apoiar mais famílias, melhor ainda, porque se atinge um maior objetivo.----------

Terminou, reportando-se a uma situação que não deixa de ser fantástica, até porque quem, sucessivamente traz a coerência entre o poder local e o poder nacional, na Assembleia da República, não são os membros da Coligação Novo

Rumo. Assim, não deixa de ser interessante que o Sr. Ministro Mota Soares e este Governo sejam acusados sistematicamente de quererem controlar os apoios sociais, e em Vila Franca de Xira quem tenta controlar e "esganar" os apoios sociais são os mesmos que no parlamento acusam o Sr. Ministro Mota Soares de reagir em sentido contrário. Não deixa de ser interessante, "o mundo muda, e aqui tudo permanece na mesma".----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que aquilo que pode dizer, quanto à aparente contradição, é que a câmara municipal entendeu que estes cabazes devem ter cada vez mais qualidade, e naturalmente que isso se reflete no valor, e é essa a questão. Se se reparar, na informação é dito que se irão fazer convites a empresas que garantam essa mesma qualidade, sendo evidente que entre a qualidade e o valor tem de haver algum equilíbrio, porque, apesar de se aumentar 15 000,00€ relativamente ao ano passado, isso justifica-se justamente porque se entendeu que, da avaliação que se fez este ano, se deveria encontrar um preço-base para que houvesse empresas que fornecessem produtos de melhor qualidade do que foram este ano.----------

Estas pessoas merecem, e numa situação ou outra os serviços verificaram, e inclusivamente rejeitaram, algum fornecimento. Para obviar essa situação, decidiu-se que o aumento deveria corresponder necessariamente a esse aumento também de qualidade.----------

De seguida, colocou o ponto à consideração, concluindo que foi aprovado, com os votos contra da CDU, e recomendando ainda, mais uma vez, para que rapidamente o relatório circunstanciado seja enviado às três bancadas, pois o executivo também precisa dele, antes da próxima reunião de câmara, e crê que não é nada difícil de fazer. ----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

---

---

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SIMPLES AOS ELEVADORES INSTALADOS NA PASSAGEM SUPERIOR DO CAMINHO RIBEIRINHO, NO PAVILHÃO MULTIUSOS DE VILA FRANCA DE XIRA E NO JARDIM DE INFÂNCIA/EB1 Nº 1 DE ALHANDRA ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 419/14, de 12/11, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal, para autorização prévia do compromisso plurianual relativa à contratação de serviços de manutenção simples aos elevadores instalados na passagem superior do caminho ribeirinho, no pavilhão multiusos de Vila Franca de Xira e no Jardim de Infância/EB1 nº 1 de Alhandra.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 419/14, de 12/11, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

Assunto: APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PÓVOA DE SANTA IRIA E FORTE DA CASA ----------

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2014/11/13, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parta de ata, para atribuição de um apoio financeiro municipal à Junta de Freguesia da União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, no montante de 25 000,00€, no âmbito das obras de requalificação da antiga Escola Básica 1 nº 2 da Póvoa de Santa Iria e respetiva adaptação a nova sede da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. ----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que há um provérbio popular que diz "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura", mas não se vai aplicar em relação ao caso da CDU. Os seus membros mantêm, rigorosamente, a posição que têm, que, para além das questões de princípio, tem subjacente uma crítica profunda, relativamente ao espírito, pois não está devidamente resguardado o Código dos Contratos Públicos. ----------

Portanto, não se alteraram nenhum dos pressupostos que os levem a alterar a sua posição, e entendem mesmo, tal como já têm vindo a dizer nas sucessivas tentativas de aprovar à força um procedimento que, na opinião que têm, está ferido, que se devem encontrar maneiras objetivas imediatas para compensar a junta de freguesia, tal como o município tem vindo a realizar com outras autarquias de freguesia. ----------

Pensam que se deve encontrar rapidamente uma solução. É a isso que apelam, e também apelam a um pouco de bom senso no meio de todo um processo que infelizmente, por opção do Sr. Presidente, continua a não ter um desfecho feliz. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo continuam sem ter um documento da câmara municipal que aconselhe a junta de freguesia nos procedimentos que faz normalmente. ----------

Já disseram que consideram da mais elementar justiça que se faça esta transferência para a junta de freguesia, até porque a opção tomada pela recuperação da escola básica 1 nº 2, a escola mais pequena da Póvoa antiga, é uma ideia feliz, interessante, e uma forma que se tem e se deve ter, de aproveitar

e reaproveitar o património do concelho, colocando-o ao serviço da população e, neste caso, primeiro dos serviços, e depois ao serviço das pessoas. ----------

Já disseram isto por variadíssimas vezes, e efetivamente "água mole em pedra dura, às vezes bate, e às vezes fura", e votarão a favor deste processo, mas não votarão mais nenhum processo que venha instruído desta forma.----------

Já tiveram oportunidade de dizer, e vieram vários processos ao longo deste tempo, de várias juntas de freguesia, que do seu ponto de vista foram excelentemente instruídos, documentados e entregues à câmara municipal para decidir. Não é a câmara municipal decidir em nome do presidente de junta, do seu executivo e da sua população, é decidir com base nos documentos que são apresentados, e das escolhas legítimas que são decorrentes do voto da população.----------

Já disseram isso sobre uma proposta que veio da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, que vinha bem instruída, da Junta de Freguesia de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, que vinha bem instruída, pensa que Vialonga, Alhandra e Alverca do Ribatejo também já vieram, estavam corretamente instruídas, tinham os orçamentos e tudo tratado. Continuam a dizer, e esperam não vir a ter nenhum problema com isto, que têm fundadas dúvidas sobre a forma como foi executada aquela obra e como foram adquiridos os materiais para a execução.----------

Não têm nenhuma dúvida face à seriedade, boa vontade e empenhamento que as pessoas usaram na execução daquela obra, não têm dúvidas sobre essa matéria, e estão a falar no volume de obras de coisas que não valem nada, mas deve-se ter cuidado, porque entendem que este tipo de intervenções não pode ser feito a adquirir coisas no AKI, Rodilux e outros. Não se pode fazer uma obra, hoje adquirir os parafusos, e amanhã adquirir outra coisa, pois a isto pode-se chamar repartição de despesa.----------

Tem que se ter cuidado, pelo que, pela primeira e última vez, vão votar a favor deste assunto para o encerrar, mas não votarão mais nenhuma proposta que venha instruída desta forma. Não votarão mais nenhuma, que é para ficar claro e depois não haver mal entendidos. ----------

Consideram que é da mais elementar justiça a decisão que a junta tomou na recuperação daquela escola, e a devolução aos serviços e à população, o que está perfeito, mas o procedimento não está correto, e por isso disseram à câmara

municipal que deveria ajudar a junta de freguesia a avaliar, e a verificar se os seus procedimentos estão de acordo com a legislação que se aplica neste momento em Portugal. ----------

O Sr. Presidente interveio, fazendo um pequeno comentário, dizendo que quando este processo começou, e ir-se-á ver se para o ano há condições de o continuar, mas espera que sim, não se colocou aos Srs. Presidentes de junta a metodologia a seguir. A metodologia pode ser de duas formas, através de uma empreitada, cujos orçamentos são enviados, o mapa de trabalhos, e outros, como aliás a generalidade das juntas fez chegar, ou através de obras feitas por administração direta, para as quais é necessário adquirir materiais, sendo a mão de obra interna, dessas próprias juntas de freguesia. ----------

Contudo, obviamente que se ficar decidido hoje que a metodologia a seguir tem de ser sempre através de empreitada, onde vêm mapas de trabalhos, orçamentos e outros, assim será, mas quando esta metodologia não é colocada à partida, parece-lhe que se estaria a cometer uma injustiça relativamente a uma das freguesias. ----------

Efetivamente, e para ficar claro, se a partir de agora, em termos futuros, a situação é de obras através de empreitadas, onde as questões são claras, com memórias descritivas, mapas de quantidade e orçamentos, assim será, ficando assumido que a partir de hoje assim será. ----------

Interveio de novo o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que o seu companheiro e camarada, Sr. Vereador Vítor Silva, disse-lhe agora que, nem sempre, nem nunca, ou seja, a câmara municipal não tem que se "meter" na gestão das juntas de freguesia, a não ser que lhe entreguem um documento para votar que não esteja, em teoria, de acordo. ----------

Aquilo que se tem de encontrar é um mecanismo, sobre a forma como se transferem valores para as juntas de freguesia, sendo que os contratos-programa, ou o que seja, carecem que se dê um orçamento ou se diga que se transfere um valor "x" para a junta de freguesia A, B, C ou D, e ela gere. ----------

O próprio considera que há obras que as juntas de freguesia, tal como a câmara municipal, conseguem fazer por administração direta, mas mesmo nas obras que a câmara municipal faz por administração direta, há procedimentos internos, umas

vezes por ajuste direto, outras por convite, e outras por concurso público, e faz a aquisição da areia, disto, daquilo e daqueloutro. Depois, quando faz uma obra por ajuste direto, retira as quantidades dessas aquisições que já fez. A câmara municipal, para obras por administração direta, não adquire o material para aquela obra em concreto, já o tem, ou depois tem que adquirir mais.----------

Pergunta, ao se tomar uma determinada decisão, se se pode condicionar a junta, mas esta deveria ser uma decisão tomada em conjunto, com os Srs. Presidentes de junta, definindo a melhor metodologia a aplicar.----------

Quando fez a sugestão é porque acredita que a Junta de Freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, e o seu presidente, quando tomam um conjunto de decisões, tomam-no pensando que é a melhor solução. Não tem dúvidas disso, porque não acredita que haja alguém que tome uma decisão sabendo que não é a melhor decisão que está a tomar. Aí, não tem nenhuma dúvida.----------

Quando diz que é preciso aconselhar, é verificar se, para o caso em concreto de uma obra que se sabe que se vai executar com uma determinada dimensão, se pode adquirir desta forma. Esta é a sua dúvida, e não quer condicionar, a dizer que amanhã todos têm que fazer empreitadas, mesmo tendo serviços internos que a podem fazer, se calhar, por metade do preço.----------

Pode-se é estabelecer uma regra, de que forma é que se aplica, ou que fique em orçamento, em contrato-programa, ou o "diabo", à luz da lei, e como é que a câmara municipal transfere um conjunto de verbas por ano para que as juntas de freguesia façam as obras que entendem que têm de fazer. Assim o diz, mas com um objetivo, que dizia que era para investimento.----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que está de acordo com essa metodologia, porque se poderá estar a coartar a possibilidade de uma junta poder realizar alguns trabalhos de outra forma, e não compete à câmara municipal dizer que não. Agora, podem-se é encontrar outras metodologias, juntamente com os Srs. Presidentes de junta, para que não haja dúvidas, para que quando as coisas venham a reunião já se saiba que os procedimentos são aqueles, e não podem ser outros.----------

O Sr. Vereador Nuno Libório tomou a palavra, dizendo que para os membros da CDU as coisas são muito simples de justificar e de demonstrar. Assiste à câmara

municipal, não a obrigação, antes o dever, de cooperar com as autarquias de freguesia no seu relacionamento institucional, quer através de formas concretas de apoio financeiro, quer através de formas concretas de relacionamento com as juntas de freguesia. Têm esse espírito desde que estão no poder local democrático, e nem sequer concebem que não possa haver uma atitude de colaboração permanente intrínseca entre as autarquias, seja a do município, seja a das freguesias. Desta forma, a questão nem sequer se coloca. ----------

Quando se solicita, nos termos do regulamento de apoio ao movimento associativo, por exemplo, a possibilidade de formalização de candidaturas, coloca-se ou não a esse movimento, como condição legal, e na opinião que têm correta, a necessidade de apresentação de mapas de quantidades, da verificação prévia de que o valor para o qual se solicita um montante de comparticipação municipal corresponde a uma efetiva necessidade estudada do ponto de vista de uma futura obra? Exige-se, não porque se ter o princípio da desconfiança subjacente à iniciativa municipal, mas porque é assim que tem de ser, é assim que deve acontecer. ----------

O relacionamento entre uma autarquia e uma entidade deve-se pautar por regras de segurança, e as juntas de freguesia não são diferentes, até tendo presente a natureza desta intervenção, que é uma obra de construção civil, apesar de perceberem, compreenderem e valorizarem que poderá haver, nalgumas juntas, e diria, praticamente, que felizmente em todas, no concelho, possibilidades, por administração direta, de resolver por meio próprio aquilo que poderá ser resolvido, poupando assim recursos financeiros, o que é de louvar e estimular.----------

O seu camarada, Sr. Vereador Paulo Rodrigues, das primeiras vezes, porque é preciso assinalar que não é a primeira, nem a segunda, nem a terceira tentativa de tentar aprovar isto à força, fez a demonstração cabal das dúvidas dos membros da CDU e do que lhes assistia, e levantou uma série de exemplos, como as deslocações desta junta de freguesia a uma superfície comercial, e até se poupa a dizer qual é a superfície comercial de relevante dimensão, porque é a questão menos importante. Foram feitas dezenas de deslocações, e a pergunta que fazem é: Se isto fosse adquirido no âmbito de um procedimento de outra maneira, não poderia significar poupança? ----------

Não sabe se o Sr. Presidente está em condições de poder responder, porque, como já foi dito, e muito bem, entra-se na esfera de competência de uma tutela que não é da câmara municipal, é da junta de freguesia, mas têm o direito de perguntar, porque são quem paga, e neste caso a 100%. Mas a obra está bem-feita, faz falta à população, e disso não deve haver dúvidas.----------

Foram-se sucessivas vezes a esta superfície comercial, e se se tivesse feito um procedimento de negociação? Pensa que é possível, informando previamente uma entidade vendedora de que, em vez de ir lá 17 ou 19 vezes, que é o caso, comprar bastantes coisas, se quer comprar um lote qualquer. Não poderá haver uma compensação para quem adquire, seja ele qual for, seja uma junta de freguesia, uma entidade coletiva ou particular? Em teoria pode, e não sabe se esse caminho foi feito, mas por aquilo que lhes é dado a conhecer, das deslocações feitas, sucessivas, a uma mesma entidade, provavelmente não foi feito.----------

Por fim, deixam ainda uma sugestão, apesar de que não vão mudar de opinião, a opinião que têm está expressa nas anteriores reuniões da câmara, mas gostariam muito de fazer uma pergunta, e provavelmente o Sr. Presidente não terá condições para responder, ou se responder não vai responder aquilo que queriam ouvir. Até que ponto é que as outras juntas de freguesia, que felizmente estão a ser contempladas com este apoio, estavam a ter este apoio se a CDU não tivesse levantado este problema? Fica para os membros da CDU essa dúvida, e não põem em causa a seriedade e boa vontade do Sr. Presidente. ----------

Fica essa dúvida, pois quando o Sr. Presidente diz que se têm de adotar procedimentos e metodologias, louvam tudo o que o Sr. Presidente queira fazer sobre essa matéria, mas desconheciam que tinha essa intenção, de privilegiar na cooperação institucional as juntas de freguesia com este apoio financeiro, que faz falta, até deveria ser mais, atendendo a algumas necessidades efetivas de todas as juntas, mas fica esta dúvida. ----------

É um homem de dúvidas, e a CDU gosta de colocar questões, mas efetivamente para este caso não há muitas mais dúvidas, e mantêm o sentido de voto.----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador Nuno Libório é católico e tem fé, e deveria ter mais fé nas pessoas, neste caso no próprio. O Sr. Vereador colocou uma dúvida, pelo que tentará esclarecer. Assim, o que responde é que o

Sr. Vereador deverá ir ao orçamento e ver se não está lá consagrada rubrica para o efeito.----------

Perguntou o Sr. Vereador Nuno Libório quando foi aprovado o orçamento, e de quando vem este processo.----------

Respondeu o Sr. Presidente que o orçamento de 2014 foi aprovado o ano passado.-

Perguntou o Sr. Vereador Nuno Libório se para este fim em particular. ----------

Continuou o Sr. Presidente, dizendo que está lá, que o Sr. Vereador deve ver o orçamento, pois provavelmente talvez lhe tenha escapado a questão.----------

Referiu o Sr. Vereador Nuno Libório que os membros da CDU gostam de ler as coisas e sabem lê-las muito bem, e que não escapou.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando se o Sr. Presidente chamará os Srs. Presidentes de junta para poderem encontrar um mecanismo. ----------

Respondeu o Sr. Presidente que encontrarão uma metodologia mais de acordo com as necessidades. ----------

Continuou o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que, de facto, são todos seres humanos, vivem e aprendem todos os dias, e hoje já leva grandes lições, e uma delas é que é um homem de esquerda. ----------

Quando se diz que se pode abrir a hipótese de não ser por empreitada, o que se está a dizer é que se aceita que se beneficiem os funcionários públicos, os funcionários dessas juntas de freguesia e da câmara municipal, que têm como competência e incumbência a realização de obras por administração direta. Se se fizer o que ainda agora acabou de ser dito, o que se vai fazer é privatizar tudo, que é dizer que só os privados é que vão poder fazer obras nas juntas de freguesia, o que de facto não deixa de ser uma contradição para quem sistematicamente vem dizer exatamente o contrário.----------

É esta chamada de atenção que é fundamental, que é o rigor, mas percebendo que as juntas de freguesia têm efetivamente a sua autonomia. O próprio está à vontade, pois já criticou variadíssimas vezes, a começar até pela Póvoa de Santa Iria, algumas intervenções que são um autêntico disparate, como todos sabem, mas pensa é que deve ser salvaguardada a sua autonomia, enquanto a legislação permitir e o povo assim quiser. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, passando à votação, perguntando o sentido de

voto, e concluindo que o ponto foi aprovado com os votos contra da CDU. ----------
Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 074
Reunião de 2014/11/19
Procº _____
Deliberação nº 720

Assunto: APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE VIALONGA PARA REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DA REPÚBLICA ----------

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2014/11/12, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parta de ata, para atribuição de um apoio financeiro municipal à Junta de Freguesia de Vialonga, no montante de 25 000,00€, destinado a comparticipar a obra de requalificação do Largo da República, em Vialonga, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. ----------

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.--

Assunto: REFEITÓRIO DA JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALVERCA DO RIBATEJO E SOBRALINHO----------

Presente o processo instruído com requerimento nº 29/2014 dos membros da Coligação Novo Rumo, datado de 2014/11/10, e comunicação interna nº 333/14, de 17/11, do NPM, documentos que se anexam e dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata, para análise da situação atual do refeitório da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que tem de pedir à Coligação Novo Rumo que este ponto possa ser reagendado, na medida em que os documentos foram entregues muito tarde, por dificuldade de os conseguir encontrar, pelo menos os que parecem essenciais para uma boa análise do assunto, e por isso julga que, tanto uma bancada como a outra, provavelmente não terão tido condições de analisar este mesmo assunto.----------

Portanto, solicita à força política requerente que possa ser reagendado para a próxima reunião de câmara.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que ainda bem, e que os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo, porque era essa também a intenção que tinham, de pedir para ser retirado, sendo também importante que viesse junto um parecer jurídico, uma decisão jurídica, dizendo que não há outra alternativa, se for essa, senão a entrega da casa. ----------

Pensam que ainda se tem de lutar e que o assunto ainda dá muita luta. Efetivamente, e desenvolvendo depois o tema, consideram que só "in extremis" é que a última decisão será a entrega da casa a quem agora a reclama. ----------

Gostariam de esgotar todas as tentativas que lhes parecem justas, e que também se lute por elas.----------

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, referindo que os membros da CDU não vão falar sobre aquilo que não conhecem, aliás têm idêntico problema, e só fazem um apelo. Assim, não querendo antecipar a posição que têm sobre a matéria, o que pensam é que aquilo que tiver de ser feito que seja feito enquanto há tempo para ser feito, do ponto de vista da salvaguarda dos interesses do município.----------

Pensa que o Sr. Presidente percebe a posição dos vereadores da CDU, que, como é óbvio, aguardam com tranquilidade pela respetiva remessa da documentação, para

terem uma opinião fundamentada sobre a mesma. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que tem consciência de que era impossível estar a pedir aos Srs. Vereadores uma avaliação deste processo. Não sabe a que horas seguiu o e-mail, ou se foi ontem, contudo, sendo ontem, no domingo ou no sábado, estava fora do tempo habitual de envio de documentos, pelo que, sabendo que era difícil para os Srs. Vereadores fazerem uma análise aprofundada, o que propõe é o que aparentemente está aceite, é o reagendamento do ponto para a próxima reunião de câmara.----------

Reagendado para a próxima reunião de câmara.----------

1. Assunto: CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO PARTICULAR A INTEGRAR NO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - CASAL DOS BACELOS – VILA FRANCA DE XIRA --------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 87/14, de 12/11, do DPGQU/D, para aceitação da cedência de uma parcela de terreno, pertença de José Francisco Rodrigues, a integrar no domínio público municipal, no Casal dos Bacelos, freguesia de Vila Franca de Xira, destinada ao alargamento do Caminho Municipal 1240, com a área de 382,50m2, com o valor atribuído de 382,50€, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 87/14, de 12/11, do DPGQU/D, informação técnica nº 660/14 DGUPRU/DF/SFT, e planta de cedências, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação.

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------
---

---

1. Assunto: CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO PARTICULAR A INTEGRAR NO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - QUINTA DA CARAPINHA - QUINTAS – CASTANHEIRA DO RIBATEJO ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 614/14, de 13/11, do DPGQU/DGU, para aceitação da cedência de uma parcela de terreno, pertença de Francisco José Ramalho André, a integrar no domínio público municipal, com a área de 163m2, do prédio denominado Quinta da Carapinha, nas Quintas, Castanheira do Ribatejo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira com o nº 1664, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 24 da secção J, e urbana sob o artigo 573, com o valor atribuído de 163,00€, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. ----------

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 614/14, de 13/11, do DPGQU/DGU, planta de localização, e planta de cedências, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano----------Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: CEDÊNCIA E AFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO PARTICULAR AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – ESTRADA MUNICIPAL 524 - CACHOEIRAS----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 151/14, de 06/11, do DOVI/DOVI, para aceitação da cedência de uma parcela de terreno, pertença de António Pereira Mesquita, para afetar ao domínio público municipal, destinada à execução da Estrada Municipal 524 (rua Gago Coutinho), nas Cachoeiras, com a área de 696,30m2, saída do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 25 da secção "H", da União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, registado na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira, com a descrição nº 12303, do livro 31, bem como do pagamento do valor atribuído de 696,30€, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 151/14, de 06/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. ----------
---

---

1. Assunto: CEDÊNCIA E AFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO PARTICULAR AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – CASA DE SÃO PEDRO – ALVERCA DO RIBATEJO-------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1544/14, de 10/11, do DOVI/DOVI, para aceitação da cedência de uma parcela de terreno, pertença da Casa de São Pedro, para afetar ao domínio público municipal, destinada ao passeio pedonal da rua José Raimundo Nogueira contíguo ao muro da Casa de S. Pedro, em Alverca do Ribatejo, com a área de 11,45m^2, saída do prédio urbano inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 6546, secção da freguesia de Alverca do Ribatejo, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira, com o nº 29328, do livro 87, bem como do pagamento do valor atribuído de 11,45€, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1544/14, de 10/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. ----------
---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 081
Reunião de 2014/11/19
Procº _____
Deliberação nº 725

1. Assunto: PROTOCOLO A CELEBRAR COM O XIRA CLUBE PARA A REALIZAÇÃO DA FESTA DE NATAL 2014 DOS FILHOS DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 70/14, de 12/11, do GAP/Adjunto, para aprovação da minuta do protocolo a estabelecer com o Xira Clube, para a realização da Festa de Natal 2014 dos filhos dos trabalhadores da câmara municipal e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 70/14, de 12/11, do GAP/Adjunto, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

   Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, colocando uma questão ao Sr. Presidente, porque na leitura do ponto não conseguiu perceber, e os membros da CDU pensam que faz sentido. A festa de Natal é dos trabalhadores da câmara e dos SMAS, e então os SMAS não comparticipam com uma parte que seja equivalente àquela que diz respeito aos funcionários?----------

   Tomou a palavra o Sr. Presidente, explicando que, como habitualmente, nos últimos anos, ou pelo menos nos últimos 3 anos, a câmara municipal reúne atempadamente com o Xira Clube para trocar impressões e avaliar de que forma a festa se vai realizar. Este ano vai ser realizada no Pavilhão do Cevadeiro, no dia 13 de dezembro, e foi colocado um valor global dos custos de aquisição de brinquedos e outras questões da animação, no valor de cerca de 11 102,00€.----------

   Falou com o Sr. Presidente do conselho de administração dos SMAS, no sentido de se fazer uma alteração àquilo que era habitual, ou seja, o Xira Clube também entrava com uma parte simbólica, é certo, mas que para as suas finanças era

muito, e nesse sentido os SMAS também vão comparticipar no remanescente do valor de 8 500,00€, que no caso são 2 650,00€.----------
Naturalmente que agora há procedimentos internos dos próprios SMAS, mas isso está absolutamente assumido. O Xira Clube já colabora, e muito, e a câmara municipal aprecia bastante, louvando o esforço que faz na organização desta festa, e por isso era injusto ainda estar-lhe a exigir uma comparticipação financeira. A comparticipação financeira ficará para a realização de muitas das atividades que o Xira Clube desenvolve a favor dos seus associados.----------
Portanto, de uma forma sintética, é o que pode referir, e crê que se está em condições de votar por unanimidade este ponto.----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------
---

---

1. Assunto: MOSTRA DE VINHOS – VILA FRANCA DE XIRA ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 71/14, de 12/11, do GAP/Adjunto, para aprovação da minuta do protocolo a estabelecer com o Clube Taurino Vilafranquense, referente ao apoio à realização da Mostra de Vinhos de Vila Franca de Xira, no dia 6 de dezembro. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 71/14, de 12/11, do GAP/Adjunto, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

   Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que, como é normal, os membros da CDU estão sempre de acordo e acham bem tudo o que seja para dinamizar, não só a cidade, como o concelho. ----------

   Contudo, pensam que esta situação da Mostra de Vinhos de Vila Franca de Xira apresentada pelo Clube Taurino devia vir mais fundamentada. Não sabem bem o que é isto, há um défice de informação. Falta o horário, não diz quando é que é o horário, como é ou como é que não é. Diz-se que é uma Mostra de Vinhos de Vila Franca de Xira, e pergunta: Que vinhos? São vinhos só do concelho? Desconhece os vinhos do concelho, mas há, até em Subserra, e a câmara municipal também tem vinhos, como é evidente. É o quê? É para venda? É para dinamizar? É extra Vila Franca de Xira também, ou é extensível a outras marcas de vinho? ----------

   Não sabem, e também gostariam de saber se a câmara municipal está disponível, se vai dinamizar os outros mercados, ou se espera que sejam algumas associações ou instituições a fazerem isso. Acham bem tudo o que é dinamização, e admiram a solicitude e rapidez da autarquia em apoiar estas questões, só lamentam é que esta rapidez e solicitude, que é de louvar, não aconteça para outras instituições,

principalmente para os comerciantes de Vila Franca de Xira, que têm apresentado algumas propostas, tendo o Sr. Presidente dito na última reunião, e rapidamente, já de saída, pois a reunião já tinha ultrapassado um minuto ou dois, que ia haver qualquer coisa pelo Natal. Portanto, os comerciantes continuam sem saber, pelo menos da parte da câmara municipal, e os próprios membros da CDU, o que é que a autarquia apoia. Contudo, do que se está a falar é desta mostra, e esperam que o Sr. Presidente os elucide sobre as questões, que são fáceis de responder. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo apenas pretendem registar duas coisas, uma é que a iniciativa do Clube Taurino vem na sequência da Feira das Sopas, que foi realmente um êxito. Outra é a utilização do mercado, também na sequência da outra iniciativa, e pensam que é dar um bocado de vida, não só ao sítio, como à própria cidade. --------

Perguntam ainda, relativamente à indicação dada pelo Sr. Presidente à anterior vereadora, Marina Tiago, de começar a analisar até que ponto se poderia aproveitar o mercado para iniciativas deste género, mais ligadas à restauração, se continua o estudo dessa dinâmica e vontade, ou se, com a substituição da digníssima vereadora, o estudo ficou parado.----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que a estratégia continua, pois não é por mudarem as pessoas que a estratégia não continua, porque o que deve nortear a todos é uma estratégia política sobre o trabalho que se faz, que naturalmente tem de ter caras, rostos e pessoas à frente para a sua concretização. Por isso, de facto é uma matéria que a câmara municipal vai continuar a desenvolver. ----------

Crê que quanto mais possibilidades a câmara municipal tiver de fazer parcerias, mais longe vai. Não tem que fazer tudo, tem é que estimular parcerias, acolher aquelas sugestões, e inclusivamente algumas delas também tem dinamizado, para que possam vir a acontecer. ----------

Teve-se uma Feira das Sopas, que se acolheu, e não era para ser feita no mercado, foi por sugestão da câmara municipal que se fez, vindo também ao encontro de várias dificuldades logísticas que estavam a acontecer, como a intempérie que se abateu nesse tempo. Portanto, encontrou-se esta metodologia, que vai prosseguir.

A Feira das Sopas, como os Srs. Vereadores sabem, foi um sucesso, a câmara municipal convidou, como vai convidar agora, os vendedores, para se associarem e

terem as suas bancas a funcionar, para poderem ter também uma possibilidade de dinamizar o seu próprio negócio.----------

Desta forma, são iniciativas que julga que são muito importantes para essa mesma dinamização dos mercados, neste caso de Vila Franca de Xira, e do próprio comércio.----------

Aquilo que foi colocado à câmara municipal foi a possibilidade de uma Mostra de Vinhos, que vai para além disso, e a própria câmara municipal vai ter um "stand", no sentido de mostrar aquilo que o turismo tem, e outras ofertas que existem no concelho, para as pessoas também poderem divulgar essas mesmas possibilidades que a autarquia desenvolve, que às vezes são menos conhecidas. ----------

Por outro lado, há vinhos da região que vão lá estar em prova, e tanto quanto sabe as pessoas, para terem a possibilidade de fazer essas provas, adquirem um pequeno copo que o Clube Taurino disponibiliza, através de uma venda simbólica, e, ao fim ao cabo, é uma metodologia semelhante à da Feira das Sopas.----------

Para além disso há outras atividades ligadas à indústria agroalimentar, a LactAçores também estará lá com os seus produtos, para os divulgar, bem assim como outras empresas que lá estarão, que efetivamente ainda são contactos que o próprio Clube Taurino está a fazer. ----------

Assim, independentemente de ter sido importante trazer o pormenor, há determinado tipo de pormenores que o próprio Clube Taurino ainda está a desenvolver. Em termos da ideia geral, é aquela que acabou de referir, e pensa que esta parceria que a câmara municipal está a fazer mais uma vez com o Clube Taurino vai atrair pessoas ao mercado, àquela zona, que tem algum comércio, e desta forma vai-se dinamizando o comércio, como se tem vindo a fazer.----------

Quanto à questão do que é que a câmara municipal vai fazer, como os Srs. Vereadores já devem ter reparado, há estruturas já montadas na rua Alves Redol e não só, da iluminação que vai acontecer a partir do início de dezembro. Essa era uma das matérias que tinha sido falada, e também estava, de algum modo, incluída naquele documento, mas também pela ACIS – Associação Empresarial dos Concelhos de Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos, com quem a câmara municipal tem vindo a falar. Falou-se com a Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, com a Junta de Freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, bem assim

como com a Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, para as três cidades, e também aí vai haver iluminação, sendo de facto uma possibilidade de atrair pessoas ao comércio daquelas três zonas. ----------

A câmara municipal está a fazer um esforço financeiro como provavelmente nunca terá sido feito ao longo destes anos, e julga que esse esforço vai ter repercussões.

Quanto às parcerias, a câmara municipal deseja que sejam as mais abrangentes possíveis. Há conversas que se fizeram com a AISC - Associação de Intervenção Social e Comunitária, que vai desenvolver alguma animação de rua, não só em Vila Franca de Xira, como em Alverca e na Póvoa. Isso ficará sobre a responsabilidade da ACIS, e também as juntas de freguesias, por si, farão algumas iniciativas, nomeadamente a de Vila Franca de Xira, com quem se tem vindo a conversar e vai continuar, porque pretende adquirir uns equipamentos, e ainda se está a conversar sobre isso.----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que não sabe se o Sr. Presidente lhe pode responder, mas gostaria de saber se a Mostra de Vinhos é o dia todo, porque não vem referido, e se tem horário. ----------

Toma a palavra o Sr. Presidente, referindo que a Mostra de Vinhos terá um horário semelhante ao da Feira das Sopas, começa no dia 6 de dezembro, ao fim da tarde, e vai por ali fora.----------

Interveio de novo o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que o horário é igual, mas não vem escrito, e só gostaria de ficar esclarecido. Também hão de vir os cartazes, que por acaso não apareceram antes de vir o assunto à reunião, mas se calhar já estão feitos e acha bem. ----------

Depois, fará apenas um desabafo, e é claro que logo na sua intervenção realçou estas situações, todos estão de acordo, e está de acordo com aquilo que o Sr. Presidente disse, mas quanto ao facto de se falar com toda a gente, volta a insistir, e não é que tenha alguma percentagem dos comerciantes de Vila Franca de Xira, que só com os comerciantes da rua Serpa Pinto e da zona é que o Sr. Presidente e o seu executivo não falam, com o resto falam, e fazem parcerias com toda a gente.

A Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso interveio, referindo que ficou um tanto ou quanto espantada com a afirmação do Sr. Presidente, porque há pouco disse, e bem, e a própria acredita plenamente, que não faz qualquer tipo de distinção entre

as 6 freguesias do concelho, que agora infelizmente são só 6, pois veio agora dizer que a câmara municipal paga iluminação às três cidades. ----------

Não lhe parece muito correto, e o Sr. Presidente deve deixá-la lembrar-lhe o que o mesmo disse, que pode ter razão, e certamente acredita no que diz, ou seja, que é o maior dos apoios dados nesta época natalícia. Pode estar muito enganada, mas pensa que há uns anos havia, inclusivamente, um subsídio para ajuda às juntas de freguesia no pagamento da luz durante a época natalícia. ----------

Portanto, não lhe parece muito correto, pois estas três freguesias, que são as cidades, já por serem cidades têm delegações e outros benefícios, e bem, pois devem continuar a tê-los, e não lhe parece que as freguesias como Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, Castanheira e Cachoeiras, e Vialonga, não tenham os mesmos direitos, e terem alguma ajuda por parte da câmara municipal, porque lá também há comércio. Depois, não se querendo intrometer naquilo que é o trabalho da ACIS, lá certamente também existirão alguns sócios da associação de comerciantes do concelho. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que pensa que este é um princípio, porque antigamente as coisas concentravam-se quase exclusivamente numa determinada zona. Considera que, paulatinamente, a câmara municipal poderá continuar a avançar e a analisar outras possibilidades. Por isso, está absolutamente disponível para analisar isso num quadro futuro. ----------

Este ano vão-se abranger as três cidades, num quadro futuro a câmara municipal poderá verificar de que forma pode ir mais longe. ----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

---

---

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPALMUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 775/14, de 12/11, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2014/10/29 e 2014/11/11, no âmbito do licenciamento de obras particulares previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 775/14, de 12/11, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que vai colocar uma questão muito breve, dizendo que consta no mapa uma questão relacionada com o parque eólico dos Casais de Santa Cruz, em Vialonga, e quando são, e já foram algumas, colocadas aquelas hélices nos Casais de Santa Cruz e na Fonte Santa, pela dimensão que as estruturas têm normalmente há necessidade de partir alguns passeios e outras coisas para facilitar a deslocação, mas depois há sempre muita dificuldade em que sejam repostas.----------
Portanto, se esta autorização é para colocar novas hélices no monte, ou o que isso se possa chamar, era bom que depois a estrada e os acessos ficassem pelo menos nas condições em que se encontravam. A estrada de acesso aos Casais de Santa Cruz é já por si muito debilitada, foi requalificada só até ao fim do parque residencial de Vialonga, e deveria ter tido outro tipo de requalificação, pelo que se se vai utilizar para novamente colocar mais hélices daquelas, certamente que vai ficar alguma parte do trajeto destruído, e acontecer o que aconteceu da última vez, pois tem quase a certeza que não foi a empresa que depois colocou ou recolocou o

troço como estava antes da passagem destas estruturas.----------

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo têm duas questões para colocar.----------

A primeira é sobre o mesmo tema, do parque eólico, e a pergunta é saber se o parque está instalado em terreno do domínio público ou se é privado. Se é domínio público, há algumas contrapartidas da utilização do parque eólico? Depois, gostariam ainda de saber se a nível do concelho haverá mais algum outro parque eólico, que não conhecem, não estando suficientemente divulgado. ----------

Quanto à outra questão, há dias, passando pelo loteamento do Cabo industrial, viram que estava um sentido em obras, e que se estava a desviar o trânsito. Não voltou lá a passar, foi há 2 ou 3 dias, e não sabe se as obras são de iniciativa da câmara municipal, para alindar, pois já era uma reclamação, há algum tempo, de alguns proprietários de lotes e utentes, para a melhoria dos passeios, das chamadas infraestruturas, ou se é alguma obra pontual para efeitos de cabos. Não sabe, pois sinceramente não teve oportunidade de aprofundar isso. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, começando pelo último pedido de informação, respondendo que aquilo que pode dizer é que efetivamente há intenção da câmara municipal de melhorar ali aquela zona. É um polo industrial que começa a ser bastante importante, alguns dos espaços que estavam vazios começam a ser reaproveitados, mas de qualquer modo vai tentar perceber melhor se é uma intervenção de algum operador ou não, pois não sabe dizer neste momento.----------

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio novamente, mencionando que fica satisfeito com o reconhecimento que o Sr. Presidente faz da importância daquele polo industrial, porque é na continuidade da cidade de Vila Franca de Xira, é aquele que tem mais visibilidade, porque está junto à autoestrada e tudo o mais, e é importante alindar e criar condições de boa visibilidade. Se se quer a atratividade para novos investimentos em Vila Franca de Xira, a câmara municipal tem que, pelo menos, dotar aqueles que já existem do mínimo de boas condições e visibilidade, para ser reconhecido o interesse da câmara municipal em dar e proporcionar essas boas condições de instalação. ----------

Interveio de novo o Sr. Presidente, referindo que a câmara municipal tem vindo a fazer esse trabalho, há bem pouco tempo fizeram-se lá trabalhos de desmatação e

limpeza, que eram muito necessários. Portanto, ir-se-á continuar a fazer esse trabalho, e também tem que se contar com a preciosa ajuda, tanto da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, como da Castanheira do Ribatejo, pois há ali uma fronteira.----------

Quanto ao parque eólico, as questões que a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso referiu são importantes, sendo que quando foram montados parque eólicos, não no território do concelho, mas tiveram de passar por ele, ainda no tempo do anterior presidente da junta, recorda-se perfeitamente que foi necessário passar por cima de alguns passeios, que ficaram bastante danificados. Está-se a falar de toneladas, de veículos muito pesados, e os passeios de facto ficaram danificados.----------

Na altura a empresa repôs, e provavelmente, como a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso disse, talvez não nas condições ideais, e neste momento aquilo que lhe diz, e recomenda ao diretor do departamento de urbanismo, é que acompanhe estes trabalhos para que, após a colocação deste parque eólico, não se fique com problemas ao nível que a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso colocou. ----------

Por último, e respondendo ao Sr. Vereador Vítor Silva, está-se a falar de terrenos privados.----------

---

---

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

---

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO INDUSTRIAL SITO NO CABECEIRO DOS ÁLAMOS – QUINTA DAS AREIAS - CASTANHEIRA DO RIBATEJO - ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 4/97 DE 25/09 ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 611/14, de 11/11, do DGUPRU/DGU, para aceitação de princípio e submissão a discussão pública, por um período de 10 dias úteis, da alteração ao loteamento industrial sito no Cabeceiro dos Álamos, Quinta das Areias, União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, titulado pelo alvará de loteamento nº 4/97, de 25/09, promovido por Gasodata, Operações Sobre Imóveis, Lda. ----------

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 611/14, de 11/11, do DGUPRU/DGU, planta de localização, e planta de síntese, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
   Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo reafirmam aquilo que disseram no ponto anterior. Ainda bem que o Sr. Presidente está a fazer tudo para criar outras condições, não só de visibilidade, como também de acessos, porque é realmente uma montra muito importante que se tem ali, que se tem de aproveitar, no interesse da tal maior atratividade empresarial, sendo preciso dotar aquilo que se tem com as melhores condições possíveis.----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

1. Assunto: EXECUÇÃO DA ESQUADRA DA PSP - PÓVOA DE SANTA IRIA/FORTE DA CASA – CONTA FINAL----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1479/14, de 27/10, do DOVI/DOVI, para aprovação da conta final referente à empreitada de execução da esquadra da PSP, Póvoa de Santa Iria/Forte da Casa, adjudicada à Costa & Carvalho, SA.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1479/14, de 27/10, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. ----------

1. Assunto: EXECUÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE POVOS - VILA FRANCA DE XIRA – CONTA FINAL, RECEÇÃO DEFINITIVA E LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1502/14, de 31/10, do DOVI/DOVI, para aprovação da conta final, do auto de vistoria e receção definitiva, bem como da liberação de todas e quaisquer quantias retidas como garantia e extinção da caução, relativas à empreitada de execução do jardim de infância de Povos, em Vila Franca de Xira, adjudicada à Constrope, Construções, SA. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1502/14, de 31/10, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

   O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, referindo-se a uma questão de pormenor. A documentação vem instruída com cerca de 20 fotografias, que registam. Contudo, apesar de ser para libertar igualmente a caução, visto já terem passado 5 anos, não vem na documentação indicação do valor da caução, nem do que falta ainda libertar.----------

   Depois, na documentação existe uma gralha logo na primeira página, no ponto 1.5, que diz que o valor final da obra importa em 536 295,01€, mais IVA, de acordo com a conta final elaborada em 23 de novembro de 2014. A conta final foi elaborada e assinada a 22 de novembro de 2013, mas é indicado o dia 23 de novembro de 2014.----------

   São só estas questões de pormenor, quanto ao resto não têm nada a opor. ----------

   Tomou a palavra o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vereador e ao Engº José Fernandes para corrigirem a gralha, no ponto 1.5, pois a conta final foi elaborada

há alguns dias atrás, certamente, não pode ser num dia que ainda não aconteceu. -

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.----

1. Assunto: PARQUE LINEAR RIBEIRINHO DO ESTUÁRIO DO TEJO – PÓVOA DE SANTA IRIA – AUTO DE VISTORIA E LIBERAÇÃO PARCIAL DA CAUÇÃO----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1542/14, de 07/11, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria, bem como da liberação de 30% da caução prestada, no valor de 48 685,99€, referentes à empreitada do Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à Alexandre Barbosa Borges, SA. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1542/14, de 07/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara municipal para aprovação. ----------
Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, dizendo que os membros da CDU gostariam de colocar uma questão que respeita à manutenção do parque linear. De facto verificam que a intervenção teve por objetivos a utilização de materiais mais naturais, alguns percursos em terra batida, utilização de muita madeira, e também tem um percurso altamente naturalizado, com muita vegetação. ----------
A natureza desta intervenção e do percurso em si exigem naturalmente um plano de manutenção, e crê que já há cerca de um ano perguntaram sobre a existência desse plano, se existe um plano de manutenção de toda aquela zona, e em que é que consta. Mais do que isso, importa-lhes saber o custo estimativo dessa manutenção, o custo anual, porque verificam que, não havendo manutenção frequente daquele tipo de intervenção, as coisas começam a deteriorar-se, como algumas vêm referidas nas vistorias que foram feitas, tendo a obra pouco mais de um ano. ----------
Estão em crer que, se essa manutenção escassear, o tipo de intervenção

necessário, "à posteriori", para corrigir problemas que se avolumem, será certamente superior, e importa-lhes conhecer a existência desse plano e os custos que acarreta.----------

Tomou a palavra do Sr. Vereador Rui Rei, referindo que sobre esta libertação de garantias bancárias os membros da Coligação Novo Rumo ficam satisfeitos, pelo facto de terem no documento muitas fotografias, o que lhes permite ter uma visualização melhor do parque. No entanto, há um conjunto de questões de reclamações, que foram inclusivamente levantadas pelos serviços, e gostariam de ter a certeza de que estão corrigidas. ----------

A câmara municipal coloca algumas fotografias, onde demonstra fissurações nas madeiras e no ripado, depois demonstra algumas correções, e há alguns pontos, nomeadamente na cafetaria que lá existe, a que a câmara municipal chama à atenção, por uma tela que não foi colocada. Não sabe se a ausência de tela leva àquela fissuração, mas não lhe parece, se a madeira tiver a qualidade necessária para estar no espaço exterior, que é o que se pede. A madeira não pode ficar assim ao fim de um ano, e já chamaram à atenção em reunião de câmara variadíssimas vezes, que ao fim de uns meses, nalguns casos, já apresentava aquele tipo de fissurações. Chamaram à atenção que há, efetivamente, em todos aqueles trilhos e passadiços, alguns sinais de deterioração das madeiras que lá se encontram.----------

Chamam à atenção que agora a câmara municipal teve um forte incentivo de comparticipação à construção daquele parque linear, e a futura manutenção, quando for completamente da responsabilidade do município, se não se salvaguardar agora, com a responsabilidade do empreiteiro, a partir da receção definitiva da obra é da responsabilidade total da câmara municipal e do orçamento municipal. ----------

Chamam pois à atenção da matéria, para uma fiscalização e vistoria atentas, até porque de vez em quando passa por lá, umas vezes a andar e outras a correr, e a madeira no passadiço, nos últimos dias, nomeadamente no trilho do Forte da Casa, apresentava muitas zonas onde, quando o pé batia, parecia estar solta. Na Póvoa de Santa Iria, na zona do trilho entre a Somague e a ex-Eurofil, é exatamente igual, pelo que é fundamental, não só que se peça para corrigir, mas que se verifique

porque é que isto acontece. Se for um problema da qualidade da madeira, o empreiteiro tem de alterar a madeira, senão será mais tarde ou mais cedo responsabilidade do município. ----------

Outra pergunta é sobre a iluminação, que pensa que se enquadra neste processo, a iluminação que lá se encontra, que funciona com iluminação solar. Gostava de saber se é executada de acordo o projeto, e pensa que a câmara municipal ali não terá feito nenhuma alteração. Portanto, se foi executada de acordo com o projeto, e se o projetista escreveu e o empreiteiro executou, os membros da Coligação Novo Rumo gostavam de saber como é que se vai resolver aquele problema que ali está, que é, sistematicamente, o facto do troço entre a linha de água encostada à Eurofil e a zona da praia dos pescadores, 80 a 90% das vezes não ter iluminação.---

Gostavam de saber o que se vai efetivamente fazer nesta matéria, até porque o que o executivo propõe é a libertação de uma parte da garantia bancária, e se se quiser acionar alguém, ficar-se-á com menos estes milhares de euros para uma futura correção ou responsabilização. ----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que há dois tipos de perguntas, uma que é da responsabilidade do Sr. Vice-Presidente e a outra da responsabilidade do Sr. Vereador António Oliveira.----------

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, respondendo à Sr. Vereadora Margarida Cavaleiro, referindo que deixará as questões mais técnicas para os engenheiros, mas secunda um pouco a preocupação manifestada pela Srª Vereadora, uma vez que efetivamente se trata de uma infraestrutura que ainda está colocada há relativamente pouco tempo, relativamente à qual são fundamentalmente verificadas duas questões. ----------

Umas dizem respeito ainda à decorrência própria da obra e acertos que ainda são precisos fazer no âmbito da própria empreitada, que têm vindo a ser feitos. Portanto, quem passa mais por ali tem visto que há reparação regular de algumas dessas situações que são encontradas. Outras dizem respeito também a algumas danificações decorrentes de mau uso, e é um problema que se tem levantado várias vezes em reunião de câmara, com alguma veemência, e espera que venha a ser reduzido com a implementação dos processos de videovigilância, cujo procedimento decorre junto das entidades competentes. ----------

Há uma terceira parte que diz respeito à manutenção regular, ainda não se tendo uma noção muito exata relativamente aos custos desenvolvidos na totalidade nesse processo, até porque a instalação ainda lá está há pouco tempo, e há uma parte que ainda está a ser assegurada por parte de quem lá a colocou. Contudo, é umas das indicações que os serviços têm, a preparação de um caderno de manutenção regular que permita ter uma noção mais exata, só na parte relativa à manutenção propriamente dita, do que se está efetivamente a falar, e logo que se tenha essa informação mais específica, partilhá-la-á com certeza.----------

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, mencionando, em relação às questões levantadas pelo Sr. Vereador Rui Rei, e à data, que a resposta se divide em dois pontos, e se o Sr. Presidente autorizar, o Engº José Fernandes poderá complementar. ----------

No âmbito das questões já levantadas na câmara municipal, as mesmas foram transmitidas ao próprio construtor e às empresas que intervieram, que já fizeram todas as intervenções que tinham sido indicadas.----------

Depois, recorda que à câmara municipal veio um pedido, e um procedimento, que se encontra em desenvolvimento, relativamente à ribeira da Solvay, até à praia dos pescadores, no sentido de fazer um ramal de iluminação autónomo para aquele troço. ----------

Tomou a palavra o Engº José Fernandes, respondendo, em relação às luminárias que estão na via de acesso à praia dos pescadores, que foram executadas conforme estava definido no projeto. Todos os materiais satisfizeram os requisitos que estavam definidos no projeto, porém, tem havido problemas com o funcionamento daquelas luminárias, que têm vindo a ser acompanhados pelo fabricante, que agora detetou uns problemas eletrónicos no sistema eletrónico de funcionamento. Isto não tem nada a ver com a qualidade do material fornecido pelo empreiteiro, não tem nada a ver com a obra, tem a ver com um problema da própria luminária que estava definida, e é isso que se tem vindo a acompanhar, tentando-se resolver aquela situação.----------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, referindo que percebe e aceita que a obra foi executada de acordo com o projeto, mas o facto de ter sido executada de acordo com o projeto implica que não atinge o fim para o qual foi projetada, ou seja, se

passar lá dali a pouco, ou agora, não tem iluminação, se passar lá às 19h00 não tem iluminação, e se passar às 20h00 não tem iluminação. ----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que tem de se ver o problema no seu todo, mas está-se a localizar uma parte, e a parte de que o Sr. Vereador está a falar não faz parte. ----------

O Sr. Vereador Rui Rei retomou a palavra, referindo que a parte de que está a falar começa na ribeira encostada à Eurofil e termina no Forte da Casa. Este é o parque linear ribeirinho, se não está enganado é isso tudo, estando a seguir exatamente as fotografias, que inclusivamente têm o trilho da Póvoa, que faz parte dessa empreitada, com as tais luminárias de que o Engº José Fernandes acabou de falar. -

O Sr. Presidente interveio, dizendo que então é o próprio que está enganado, e pede desculpa por ter interrompido o Sr. Vereador. ----------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio novamente, referindo que já passou um ano, e se a empresa que ganhou o concurso executou de acordo com o caderno de encargos, em princípio não há nada a pedir-lhe. Tem que se verificar, mas atendendo a que é assim, nada há a apontar. ----------

Contudo, há a apontar ao projetista, a quem se pagou o projeto, e que apresentou tudo o que era para executar, tendo que se lhe dar um prazo para resolver o problema, porque entretanto já passou um ano, e continua-se sem resolver o problema. ----------

O que gostava que a câmara municipal lhe dissesse é se já escreveu ou não ao projetista, que tem um prazo para resolver o problema, e o facto de este dizer que não é um problema dele, é da empresa, não é assim, o problema é do projetista, pois a câmara municipal pagou-lhe um projeto, e legislação protege-a nesse aspeto. Se pagou ao projetista este projeto, tem que exigir que o mesmo resolva. Se a empresa está a detetar problemas, há duas hipóteses, ou apresenta um prazo e resolve, ou, não resolvendo, tem que substituir por material que funcione. ----------

A autarquia é que não tem de ficar com um prejuízo para o qual pagou, para que funcionasse de acordo com um conjunto de regras. Quando pediu ao projetista, de certeza que não pediu que a iluminação só funcionasse 5 minutos por dia. Desta forma, tem de haver esta responsabilização, chamá-lo e notificá-lo para resolver, e é importante que isso aconteça.----------

Face ao resto, no ponto 2.3 da comunicação interna dos serviços, se não está a ver mal, e através do ofício nº 1653 é dito que foi chamado à atenção que havia um conjunto de infiltrações, portas descaídas, madeira de guarda e passadiços empenada, degradação pontual de laje de betão, instabilidade na vedação do trilho da Póvoa, deficiência de fixação ou inexistência de fitas refletoras, e há uma parte que, aparentemente, não está corrigida. ----------

O Engº José Fernandes interveio, esclarecendo que essa referência é um pedido inicial do empreiteiro, mas entretanto tinha-se enviado o ofício, e o empreiteiro, para fazer a vistoria, corrigiu todas essas deficiências.----------

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que, passada essa questão, e estando tudo corrigido, preocupa-o seriamente a parte da iluminação, que pensa que não se resolve sem uma notificação às entidades para que resolvam, e um prazo razoável para que se resolva, porque doutra forma a câmara municipal vai arcar com o prejuízo.----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que concorda com a recomendação do Sr. Vereador.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, referindo que não coloca em causa as palavras do Sr. Vereador ou as informações que lhe transmitem, mas o próprio esteve ontem no local, à noite, e a iluminação é desligada à 1h00 da manhã, tendo sido mudadas as baterias daquelas luminárias, porque inicialmente, como disse e bem o Engº José Fernandes, as baterias colocadas tinham um problema técnico, ligavam, desligavam, a iluminação acendia umas vezes, não acendia outras, e o parque de estacionamento estava apagado. Percorreu o parque várias vezes a pé, e o facto é que a iluminação pública naquele setor está regularizada. ----------

Sublinha novamente que entre a ribeira e a praia dos pescadores, aquele corredor, é um procedimento à parte, a sua colocação foi pedida à EDP, e já veio a reunião de câmara a aprovação desse procedimento.----------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionado que há um mal-entendido, pois no dia 6 de novembro, às 22h51, fez 7,78 km, e a iluminação estava desligada. ----------

Respondeu o Sr. Vereador António Oliveira que é verdade. ----------

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que no dia 9 estava desligado, tendo o

Sr. Vereador António Oliveira respondido que é verdade.----------

Continuou o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que, como a câmara municipal reuniu várias vezes a comissão de proteção civil, houve um período de 2 ou 3 dias em que não correu naquela zona. No entanto, o administrador dos SMAS tinha informação, mas o próprio não.----------

Há um mal-entendido qualquer, porque não tem nenhuma dúvida de que veio a reunião de câmara um procedimento, que foi aprovado, à volta de 30.000,00€ que a câmara municipal vai pagar, num acordo com a Somague, contudo, este procedimento não tem nada a ver com esta iluminação, que vai desde a Eurofil, contorna tudo, bem como o passeio em cimento que lá está.----------

Se o Sr. Vereador lhe diz que as baterias foram mudadas e agora há iluminação, não tem problema, hoje ou amanhã vai lá correr, vai registar, e quando registar, ao vir à reunião, resolve essa situação. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, colocando o ponto à consideração, perguntando o sentido de voto, concluindo que o mesmo foi aprovado por unanimidade.----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.----------

---

Pelas 12h43, depois da discussão e votação do ponto 28 da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com a discussão dos restantes pontos da ordem do dia. ----------

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO ----------
RUA CASAIS DE SANTO ANTÓNIO – LOJA NOVA - VILA FRANCA DE XIRA----------

Interveio o munícipe, Sr. Alfredo da Cunha, morador na rua Casais de Santo António, em Vila Franca de Xira, referindo que vem à reunião por causa do caminho, que continua na mesma e ninguém faz nada. As valetas e os pontos de água estão por fazer, e há risco de dois muros caírem dentro da sua propriedade, e cada vez a rua é mais estreita, porque não há intervenção capaz de executar qualquer coisa. ----------

Não se importava nada de ajudar a fazer, porque não pode ajudar de outra maneira, pois tem duas netas, uma filha e a sua mulher, e é o próprio que, praticamente, com a sua reforma, auxilia. Portanto, não pode ajudar, como já ajudou a câmara municipal.----------

Pede desculpa a todos, mas só pede ao Sr. Presidente que faça qualquer coisa, e já o "chateia" vir sempre "chatear" os presentes. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador António Oliveira tem feito esta avaliação, e depois pode dizer as conclusões a que chegou. ----------

---

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO ----------
TRÂNSITO NA RUA COMENDADOR MIGUEL ESGUELHA – VILA FRANCA DE XIRA --------
Interveio o munícipe, Sr. Armando Gonçalves, referindo-se à rua Comendador Miguel Esguelha, em Vila Franca de Xira, em que o trânsito passa a uma velocidade bastante considerável. Inclusive, está presente uma pessoa, o Sr. Vice-Presidente, que passa ali várias vezes ao dia, e é capaz de confirmar. ----------
O Sr. Presidente tomou a palavra, perguntado se é o Sr. Vice-Presidente que anda com velocidade ali.----------
Interveio o munícipe, respondendo que não, o Sr. Vice-Presidente vai sempre a pé, o próprio vê-o, mas ele confirma que passa ali muito trânsito com essa velocidade, e na rua em que ele passa até sabe que passam muitas crianças. ----------
Sabe que a câmara municipal colocou junto à igreja um indicativo de 15km por hora, mas as letras são tão pequeninas que só algumas pessoas é que veem. --------
Por isso, queria pedir à câmara municipal que fizesse alguma coisa para travar a velocidade. Se se puser ali alguém a verificar a velocidade, é capaz de atingir os 60 a 70km por hora.----------
Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que a câmara municipal vai tentar ver o que é possível fazer. Por um lado, recomendar à Polícia de Segurança Pública que possa por ali passar mais vezes e recomendar às pessoas, da forma que entender mais adequada, que não passem com tanta velocidade, ou encontrar outras metodologias que obriguem as pessoas a andar mais devagar. ----------
---

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO ----------
QUINTA DE SANTO AMARO – MONTE GORDO – VILA FRANCA DE XIRA ----------
Interveio o munícipe, Sr. Armando Gonçalves, referindo que houve uma reunião com o Sr. Presidente e os condóminos da Quinta de Santo Amaro, e foi pedida ao Sr. Presidente, já há algum tempo, outra reunião. Sabe que o Sr. Presidente tem andado ocupado com várias coisas, mas as pessoas insistem na marcação da nova reunião, e gostaria de saber se o Sr. Presidente já pensa fazer uma reunião com os condóminos e a presidente, que lhe pediu a reunião. ----------
Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionado que, conforme foi o compromisso da câmara municipal, vai fazer uma reunião, espera que no próximo mês, para dar a conhecer o trabalho que se tem vindo a desenvolver. Ainda não convocou a reunião mais cedo porque há alguns elementos que ainda não tem na sua posse. Já tem quase todos, mas ainda faltam alguns, e espera ainda, até ao final deste mês, tê-los. ----------
Assim que tiver todos os elementos reunidos a reunião será agendada, e a câmara municipal vai dar continuidade ao trabalho e conversas que se tiveram, e espera que se consiga encontrar uma solução que seja a possível, que seja, não a ideal, provavelmente, mas a que for possível encontrar num consenso com os moradores. ----------
Por isso, aquilo que pode dizer é que procurará no próximo mês, porque até lá ainda não tem os elementos todos e o relatório feito, agendar a reunião. ----------
---

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO ----------
OBRAS NA ESTRADA DA VALA DO CARREGADO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO ---------
Interveio o munícipe, Sr. José Viana Elói, dizendo ser morador na estrada da Vala do Carregado, na Castanheira do Ribatejo, ficando a sua casa situada no novo acesso do pontão, com o cruzamento ao bairro da Atral-Cipan. A casa tem 100 anos, não tem placa, caboucos, pilares, não tem nada, e ontem, com as obras que estão a acontecer, à hora de almoço teve que fugir de dentro de casa quando o cilindro começou a trabalhar junto ao pontão, estando aquilo a partir a casa toda por dentro. ----------
A obra parou, não sabe com quem é que se falou, mas às 18h00 o cilindro voltou a trabalhar, já encostado à casa, e teve que voltar a fugir, tendo estado à chuva três pessoas, das 18h00 às 19h00, com uma criança com 2 anos.----------
Assim, gostaria de saber em que situação isto vai ficar, e para onde é que vai morar, pois não pode ficar dentro de casa. ----------
Outra situação é referente ao estacionamento. Tem dois carros, e questiona se junto ao passeio, do lado direito, até que não esteja tudo feito, e até um certo e determinado tempo, os moradores não poderiam ter aquela parte do passeio para poderem estacionar sem que a GNR os possa multar. ----------
Depois, já arranjou o telhado da sua casa, da parte norte, há 15 dias, e esta noite começou a chover-lhe pelo próprio telhado, na parte sul. ----------
Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que o munícipe coloca algumas questões relacionadas com a sua casa, e pede ao Sr. Vereador António Oliveira, e sobretudo ao Engº José Fernandes, que avaliem o que se está a passar, porque as obras têm que ser feitas, naturalmente, mas para beneficiar e não para prejudicar, e por isso, se há alguma dificuldade que está a ser colocada na habitação do munícipe, tem que se avaliar. ----------
O Sr. José Elói interveio, dizendo que já foram tiradas fotografias no dia anterior, mas a obra é para continuar. ----------
Tomou de novo a palavra o Sr. Presidente, dizendo ao Sr. Vereador António Oliveira que se os serviços puderem lá ir hoje seria bom, para tranquilizar ou pelo menos encontrar uma avaliação da situação, porque a câmara municipal não quer, de facto, que com aquelas obras o Sr. José Viana Elói tenha prejuízos, quer que tenha

benefícios, e por isso é que as obras se iniciaram. ----------

Interveio o Sr. José Viana Elói, referindo que tem de ter um sítio para ficar, porque à noite o cilindro está a trabalhar e não podem vir para a rua três pessoas, com uma criança de 2 anos, à chuva. ----------

O Sr. Presidente tomou a palavra, dizendo que o munícipe veio colocar uma questão, e o que está a dizer é que se vai avaliar e tentar encontrar soluções, para que o problema com que o Sr. José Viana Elói se deparou não volte a acontecer.-----

Vai pedir ao Sr. Vereador António Oliveira, que tem responsabilidades nessa área, que depois lhe faça a avaliação e verifique o que é necessário fazer. ----------

Quanto ao estacionamento, é uma matéria que se está a avaliar. Em alguns momentos já tem sido colocada e o próprio já respondeu, no sentido de, no quadro do projeto que se tem, a ver se se conseguem encontrar soluções. Agora não vai dizer se é esta ou aquela, pois os serviços estão a avaliar.----------

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO ----------
QUESTÕES RELACIONADAS COM A URBANIZAÇÃO SOLAR DAS MARINHAS – PÓVOA DE SANTA IRIA ----------

Interveio o munícipe, Sr. Sérgio Morganho, referindo que vem mais uma vez rebater alguns pontos de que já anda a falar há muitos anos, relativamente aos espaços exteriores na urbanização Solar das Marinhas, na Póvoa de Santa Iria, principalmente com alguns elementos da câmara municipal, que infelizmente, ou não se resolvem, ou são muito vagarosos a resolver-se. ----------

Os moradores neste momento já estão a ficar um pouco cansados e saturados de tanta ineficiência por parte da câmara municipal e da junta de freguesia, que também tem alguma responsabilidade na situação, e é mais uma razão do próprio vir mais uma vez falar à reunião, pedindo e solicitando que intervenham, para resolver algumas questões. ----------

Fala basicamente na questão da manutenção dos jardins, que tem sido alvo de muita insistência da sua parte, com alguns elementos da câmara municipal, que já o conhecem, e não tem surtido o efeito que desejaria. ----------

Há momentos estava a ouvir uma Srª Vereadora a falar, e com muita razão, que se não se faz uma manutenção adequada é evidente que os custos mais tarde vão ser superiores, que é o que se passa neste momento no Solar das Marinhas, ou seja, há um sistema de rega que, segundo o construtor, custou largos milhares de euros, pensa que é um sistema super eficaz e bastante bom, mas não está a ser utilizado, está desligado há anos. ----------

Os moradores, por carolice, não o deveriam fazer, estão a trabalhar para a câmara municipal, para o município, não lhes pagam nada, mas é simples, não gostam de ver o espaço morrer. ----------

Fazem regas manuais à noite, depois das horas de trabalho, muitas vezes até às 2h00 da manhã, simplesmente para manter o espaço, e muitas vezes a própria representante da empresa que faz a manutenção diz-lhes que vai lá e vê aquilo bonito e com bom aspeto. É claro que sim, porque os moradores estão lá a trabalhar, pois se não fossem eles a maior parte das coisas já estava morta. ----------

Tiveram um problema por causa da ligação, não sabe se do posto de transformação – PT, porque já há tantas explicações, que chega a um ponto que

não sabe qual delas é a real, e estiveram sem eletricidade naquele condomínio durante 2 anos, e foi-lhe dito há coisa de uma semana que foi reposta a ligação da corrente elétrica à casa onde estão as máquinas, e não sabe se é verdade ou não, porque não fizeram a verificação, não foram lá ver, mas vão acreditar que sim, que está ligada. Contudo, o programador está avariado, precisava de ser substituído, e isso está identificado há imenso tempo. Depois, há aspersores que estão partidos, precisavam de manutenção.----------

Havia anteriormente um contrato com a EDP, em que inclusivamente o próprio interveio para se conseguir realizar, quando a EDP lá foi e cortou a corrente, mas esse contrato foi elaborado por alguém, por um ano, como um contrato de obras. Não percebeu porquê, pois o que os moradores queriam era que fosse feito, físico, real e permanente.----------

Debateram-se novamente com o problema, pois cortaram-lhes outra vez a eletricidade, e recentemente pensa que foi feito alguma coisa pelo Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas – DOVI, tendo sido reposta a corrente elétrica novamente.----------

Contudo têm os outros problemas, ou seja, o programador não funciona, e por sua vez é óbvio que o sistema de regra não funciona como deve ser. Foi-lhe dito também há muitos anos atrás, sobre a bomba da cascata, que alguém ia fazer a limpeza da cascata, pois uma má utilização danificou a bomba, queimou-a, e os moradores têm uma pessoa no condomínio que já esteve a verificar a bomba e diz que duvida muito que esteja queimada, ou seja, supostamente haverá outra razão qualquer para a cascata não funcionar, e o próprio inclina-se mais para custos, do que propriamente para avaria.----------

A questão da cascata poder-se-á tornar um ponto de saúde pública, agora que se fala muito da "legionella", e que toda a gente anda com a "legionella" na ponta da língua. A cascata tem água parada, completamente podre, não é limpa, não é retirada, está ali estagnada há anos. A cascata não funciona, portanto a água não se movimenta, as crianças vão lá para dentro apanhar bolas, com paus, e pensa que está ali um foco potencial de doenças.----------

Gostaria que se chegasse a uma conclusão em relação à cascata, porque funcionou 2 anos no Solar das Marinhas, e nunca mais funcionou. O Solar das Marinhas existe

há 11 anos, e portanto há 9 anos que aquilo está assim. ----------

Já soube, entretanto, que há um projeto para um jardim botânico no espaço, ou seja, tapar a cascata e plantar plantas botânicas no espaço, e não percebe porquê, só se for para, no dia a seguir, desapareceram todas, julga que deve ser a razão. ---

Em relação ao jardim, gostaria de mais algum cuidado, e gostaria de se referir ainda às podas, pois nesta altura, segundo os técnicos dos jardins, é a altura das podas, ou seja, outubro e novembro. Contudo, pode haver podas no concelho todo e na freguesia toda, mas no Solar das Marinhas nunca há, e é um espaço que tem bastante jardim, não só em contorno, como interior.----------

Sempre houve desculpas "esfarrapadas" por parte da câmara municipal, e a junta neste caso não intervém muito, mas talvez haja conflitos de interesse entre órgãos internos, o que não sabe. O certo é que, cada vez que chegava a altura das podas, a empresa que estava a fazer a manutenção dos jardins saía, porque acabava o contrato, e quando entrava a próxima empresa já entrava fora das podas. Os moradores andaram cerca de 4 ou 5 anos constantemente à espera que as podas fossem feitas, e nunca eram feitas a tempo e horas, e pontualmente tinham que pedir para irem lá fazer um desbaste, porque senão neste momento já era uma mata. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o caderno de encargos é extenso, a reunião tem que continuar, e pede ao Sr. Sérgio Morganho o favor de terminar.------

O Sr. Sérgio Morganho tomou de novo a palavra, dizendo que só tem mais dois pontos para falar. Pede para se focar mais a intervenção nos jardins, que é importante, porque, honestamente, os moradores estão muito esquecidos pela câmara municipal.----------

Outra questão, que é muito importante, é sobre a segurança, a PSP, em que questiona como é que foi possível há uns 4 anos atrás um vereador ou uma vereadora, não sabe quem, ter autorizado cafés naquele espaço, uma zona basicamente de dormitório, com abertura até às 2h00 da manhã. ----------

Os moradores têm tido alguns problemas essencialmente com um café no Solar das Marinhas, que tem atraído gente para lá que não interessa para nada, já está referenciada, inclusivamente, na PSP da Póvoa de Santa Iria, por questões de tráfico de droga e consumo. ----------

O Solar das Marinhas é uma zona que tem muitos recantos, muitos buracos e zonas escuras, e é evidente que é difícil de controlar, sendo que o próprio e alguns vizinhos já ligaram centenas de vezes para a PSP, que deve ter registo sobre isso. Gostaria muito que alguém pudesse reforçar ou pedir para reforçar a patrulha naquela zona, porque estão a ter mesmo muitos problemas, não só com isso, como também com ruídos e barulhos. ----------

Interveio o munícipe, Sr. Álvaro Bernardino, referindo que a administração do condomínio do Solar das Marinhas foi intimada relativamente à alteração do número de polícia do condomínio. A administração já comunicou à câmara municipal que não concorda com o que está apresentado, relativamente aos ofícios 4854 e seguintes, pois são 7 blocos, e gostaria efetivamente de saber porquê os editais, pois nada disto a administração tem conhecimento. ----------

Assim, querem saber qual a razão da alteração dos números de polícia.----------

Interveio o munícipe, Sr. António João Espadeiro, mencionando que a questão que o traz à reunião é a da reparação do acesso à urbanização do Solar das Marinhas, da EN10, que está muito desnivelada e com alguns buracos, o que causa ali alguns problemas no trânsito, e por vezes acidentes.----------

Por sua vez, o muro que sustenta uma parte do jardim do Solar das Marinhas está em vias de derrocada. É um muro que delimita com a EN10, e já foi reparado há uns 4 ou 5 anos atrás, ou mais, não se recorda bem, mas está novamente a ficar frágil.----------

Outra situação é um problema que constou este ano, com os ratos, pelo que há necessidade de fazer uma desratização na urbanização, porque este ano era uma coisa impressionante. Foi solicitada, e ninguém compareceu no local para efetuar essa desratização.----------

Outra situação é a das palmeiras, pois algumas estão a ficar contaminadas com a doença do escaravelho, que faz com que a palmeira fique podre. Existem, junto do bloco 4, salvo erro, duas palmeiras contaminadas, que têm um cheiro horrível, a doença causa a caída das folhas, o passeio fica sem se poder circular, e caem também em cima das viaturas que estão ali estacionadas. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. Sérgio Morganho trouxe uma extensa lista de reclamações e reivindicações, algumas, para si, são

recorrentes, em alguns casos já deviam ter sido tratadas, e depois passará a palavra ao Sr. Vice-Presidente, para poder dar mais algum complemento de informação. Há questões que lhe parece que são de fácil resolução, a não ser a última, que tem de se avaliar, que é o problema da cascata.----------

Confessa que não conhecia a questão, o que diz com toda a franqueza, ouviu-a pela primeira vez, e é provável que alguém na câmara municipal a conheça. Como não a conhecia, vai-se ter que avaliar, no sentido de ver o que é possível.----------

Há duas possibilidades, ou repor a cascata em funcionamento, ou encontrar outra solução que se possa adaptar melhor às necessidades das pessoas.----------

Às vezes os projetos são idealizados num determinado sentido, parece que são idílicos e vão ser uma situação agradável, mas há várias situações no concelho que depois deixam de funcionar, com prejuízo para todos, quando se podia ter encontrado uma outra solução, também boa e agradável para as pessoas, cuja manutenção fosse muito mais simples.----------

Se se vier a considerar que, em vez de ter cascata, se pode ter outra coisa, naturalmente que os moradores vão ter que se pronunciar: Ou se põe a cascata em funcionamento, e ver-se-á se de facto foi concebida para se manter a funcionar, ou, em sua substituição, poder-se-á encontrar uma outra solução, também ela interessante para os moradores. Contudo, depois serão convocados para se pronunciarem.----------

Quanto à segurança, a câmara municipal vai, junto da PSP, referir esta questão que o munícipe coloca, estando no fundo a transmitir o estado de espírito dos seus vizinhos e moradores na zona, sendo que pede à Srª Vereadora Fátima Antunes que veja com o serviço das atividades económicas se estes cafés podem trabalhar, se têm alvará para trabalhar até às 2h00.----------

Se, de facto, o problema é grave, então a câmara municipal tem que reponderar o horário.----------

Quanto à alteração dos números de polícia, o Sr. Presidente, mencionou que se vai analisar, e depois, se existir razão aos condóminos, naturalmente que se corrigirá, mas tem que se analisar primeiro. Não pode agora estar a dizer que têm razão ou não, e se se considerar que se tem de alterar, alterar-se-á.----------

Contudo, neste momento não gostaria de se pronunciar sem ter mais informação.--

O Sr. Álvaro Bernardino interveio, dizendo que os condóminos foram intimados, têm um prazo de 15 dias para cumprir, e já enviaram uma carta à câmara municipal. ----------

Respondeu o Sr. Presidente que a câmara municipal já recebeu a carta. Foi-lhe dito pelo diretor do departamento de urbanismo que essa informação, da parte dos condóminos, já tinha chegado, pelo que se vai avaliar.----------

No que se refere ao acesso à urbanização e à questão do muro em vias de derrocada, pediu ao Sr. Vereador António Oliveira para verificar, e para os serviços irem ao local para verem o que se passa, e ver se a câmara municipal tem condições de rapidamente resolver, ou pelos menos de fazer uma avaliação. ---------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que o problema relatado pelo Sr. António Espadeiro não é específico do Solar das Marinhas, é neste momento uma praga que se abate sobre o conjunto do país e da Europa do sul, que acaba, normalmente, por ditar o fim dos espécimes que são afetados pelo escaravelho vermelho. É um escaravelho originário da Ásia tropical, mas fez uma viagem por África e agora está em Portugal, e a verdade é que tem vindo paulatinamente a espalhar-se, e normalmente o que acontece é que a câmara municipal, ou as juntas de freguesia, consoante a localização das palmeiras, ou os particulares, caso sejam palmeiras particulares, acabam por ter que as abater, até com um procedimento que está definido pelo Estado, que acompanha esta matéria. ----------

Relativamente a esse processo, o tratamento, normalmente, não chega para contrariar o escaravelho em causa. ----------

A câmara municipal está no concelho a fazer a monitorização, e regularmente, todos os meses, quer a câmara municipal, quer as juntas de freguesia, têm vindo a fazer esses abates, e num ou noutro caso consegue-se, via tratamento, que a praga não alastre, mas é muito difícil, porque é um escaravelho complicado, sob o ponto de vista do seu combate.----------

Tomou a palavra o Sr. Sérgio Morganho, perguntando, se se chegar à conclusão que as árvores têm de ser abatidas, se se repõem? ----------

O Sr. Vice-Presidente respondeu que a reposição é sempre feita, mas não pelo mesmo espécime, porque o escaravelho em causa ataca, especificamente, para já, um tipo de palmeira preferencial, mas já começa a verificar-se, não diz

especificamente no concelho, que há outro tipo de palmeiras que começam a ser atacadas por este escaravelho.----------

No concelho há um princípio, sempre que é preciso deitar uma árvore abaixo, há sempre uma reposição, e normalmente, no final do ano, planta-se muito mais do que o que se deita abaixo.----------

O Sr. Sérgio Morganho tomou de novo a palavra, dizendo que no Solar das Marinhas, de todas as que foram abatidas, nenhuma foi reposta. ----------

Prosseguiu o Sr. Vice-Presidente, reafirmando que no concelho é o princípio que existe, quando se deita uma árvore abaixo num determinado sítio, a reposição não é naquele sítio em concreto, de qualquer das maneiras pode depois fazer essa contabilidade mais fina junto da arquiteta que acompanha o processo, e que é chefe de divisão, mas este é o princípio e a contabilidade geral que se tem sempre sobre esta matéria. ----------

A questão das palmeiras é esta, se vier a ser deitada abaixo, seguramente não será uma palmeira da mesma espécie que será recolocada. Aliás, de uma forma geral, ninguém está a voltar a plantar palmeiras desta espécie em concreto.----------

Relativamente à desratização, a câmara municipal tem feito um reforço este ano das ações de desratização, a última vez que se esteve no Solar das Marinhas foi no início de outubro, e tem-se vindo a fazer, sobretudo porque as alterações que se verificaram ao longo deste ano, em termos climáticos, têm trazido pragas distintas, quer de baratas, quer de ratos, o que tem obrigado a intervenções suplementares por parte da câmara municipal.----------

A última vez foi em outubro, e crê que de outubro para cá não há queixas dessa natureza, mas é uma questão, e a Arqtª Catarina Conde já tomou nota para se voltar a verificar.----------

Relativamente à questão da manutenção dos jardins, é um assunto que regularmente vem a reunião de câmara e é falado nos serviços, que têm andado muito empenhados na resolução de alguns problemas infraestruturais, que são ou foram complicados de resolver, e que finalmente parece que agora ficaram resolvidos, com a ligação já em definitivo da fonte de alimentação. Este foi um problema que afetou a câmara municipal, e também os moradores, tendo a câmara municipal felizmente tido a colaboração dos moradores nesse processo

manual. A autarquia é testemunha disso, não o próprio, pessoalmente, mas chegava-lhe a informação, com muita regularidade, da colaboração que davam a este processo. ----------

À partida, sob o ponto de vista do automatismo dos sistemas de rega, eles terão ficado, no que respeita à alimentação, resolvidos recentemente nas últimas duas semanas, e há um ou outro ponto do sistema de rega que tem de ser ainda mexido, e sê-lo-á brevemente, mas os pontos que estão mais críticos não afetam o bem-estar das espécies vegetais, uma vez que são em determinadas zonas que não obrigam a uma rega regular. ----------

De qualquer das maneiras dá conta que, à partida, sobretudo desde que a câmara municipal fez um procedimento global para o tratamento das zonas verdes, houve uma melhoria geral do estado das mesmas, no concelho, e também no Solar das Marinhas. Em março foi feita uma poda, que em determinados locais foi um bocadinho mais intensa do que se tinha inicialmente previsto, e está-se a aguardar que chegue o momento certo para fazer as podas e arranjos nos arbustos, que estão previstos para o Solar das Marinhas, o que deve acontecer entre este mês e o que vem. Não começou antes, propositadamente, porque o tempo excessivamente quente, que aconteceu durante o mês de outubro, veio atrasar o processo de desfolhagem normal, que só agora se começou a verificar. ----------

Houve aliás em outubro, estranhamente, por ser inabitual, e a natureza, normalmente, não faz isso, calores tão anormais que houve árvores que voltaram a florir, coisa completamente anacrónica, o que atrasou este processo de poda no concelho mais para novembro ou dezembro, sendo esta a altura certa em que acontecerá, e são as informações que para já pode dar. ----------

O próprio já pediu aos serviços para marcarem consigo uma visita ao Solar das Marinhas para ver a questão da cascata, e aproveita para ver todas as outras que lá estão. ----------

Interveio o Sr. Sérgio Morganho, perguntando se há conhecimento que recentemente foi cortada a água no Solar das Marinhas. Primeiro não havia eletricidade, e agora não há água. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente dizendo que pedirá à Arqtª Catarina Conde para verificar isso, de qualquer das maneiras, como as regas por aspersão foram

suspensas nos últimos dias, há alguns sistemas que na zona da Póvoa de Santa Iria, Forte da Casa e Vialonga têm estado propositadamente parados. ----------

1. Assunto: EXECUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DO SOBRALINHO – TRABALHOS A MENOS ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1505/14, de 03/11, do DOVI/DOVI, para aprovação do orçamento e listagem de trabalhos a menos, no valor de (-) 7 354,32€, acrescido de IVA, bem como da dedução deste valor ao preço contratual, referentes à empreitada de execução da escola básica do 1º ciclo do Sobralinho, adjudicada à Construtora Udra, Lda., não assistindo ao empreiteiro o direito de indemnização previsto no nº 1, do artigo 381º, do Código dos Contratos Públicos.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1505/14, de 03/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. ----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 118
Reunião de 2014/11/19
Procº 35/13 DOVSM-EMP
Deliberação nº 732

1. Assunto: EXECUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DO SOBRALINHO – ALTERAÇÃO DA DATA DE CONCLUSÃO DA OBRA----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1534/14, de 06/11, do DOVI/DOVI, para aprovação da alteração da data de conclusão dos trabalhos da empreitada de execução da escola básica do 1º ciclo do Sobralinho, até ao dia 2015/01/31, de acordo com o plano de trabalhos e cronograma financeiro ajustados em conformidade com o referido prazo, apresentados pelo empreiteiro, Construtora Udra, Lda, ficando este vinculado aos respetivos documentos, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1534/14, de 06/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. ----------
---

---

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL-----
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 95/14, de 10/11, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 27/10/2014 e 07/11/2014. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 95/14, de 10/11, do DGAFJ/DRH e mapa, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.----------
---

6. Propostas: ----------

---

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

Assunto: LEGISLAÇÃO – SÍNTESE ----------

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: ----------

Portaria nº 224-A/2014, de 4 de novembro, I série, que fixa a estrutura nuclear da autoridade nacional de proteção civil; ----------

Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de novembro, I série, que aprova o regulamento de trabalhos arqueológicos;----------

Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, I série, que no uso da autorização legislativa concedida pela Lei nº 45/2014, de 16 de julho, estabelece, com caráter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo; ----------

Decreto-Lei nº 166/2014, de 6 de novembro, I série, que estabelece o regime jurídico do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local;----------

Declaração de Retificação nº 46-A/2014, de 10 de novembro, I série, que retifica o Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que procede à décima terceira alteração ao Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, publicado no Diário da República, I série, nº 173, de 9 de setembro de 2014. ----------

Tomado conhecimento. ----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 125
Reunião de 2014/11/19
Procº _____
Deliberação nº_____

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2014/10/30 e 2014/11/12, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata ----------
---

3. Informações/pareceres: ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 35º, da Lei nº 75/13, de 12 de setembro.----------
---

6. Propostas:----------

---

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

---

34 pagamentos

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 122
Reunião de 2014/11/19
Procº _____
Deliberação nº_____

1. Assunto: BALANCETES ----------

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: ----------

   Câmara Municipal: ----------

   Dotações Orçamentais ---------- 22 618 336,06€

   Dotações não Orçamentais ---------- 1 953 073,79€

   Serviços Municipalizados de Água e Saneamento: ----------

   Dotações Orçamentais ---------- 4 460 269,67€

   Dotações não Orçamentais ---------- 469 366,74€

3. Informações/pareceres: ----------

4. Dotação orçamental: Plano ----------Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: ----------

7. Deliberação: Tomado conhecimento.----------

35 balancetes

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 123
Reunião de 2014/11/19
Procº _____
Deliberação nº 733

1. Assunto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE ZONAS VERDES NO CONCELHO - RESTITUIÇÃO DE VALOR RETIDO ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 202/14, de 14/10, do DGAFJ/DPFCO, para aprovação da restituição do valor retido indevidamente, no montante de 358,52€, à Recolte – Serviços e Meio Ambiente, SA, no âmbito da prestação de serviços de limpeza e manutenção de zonas verdes no concelho. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 202/14, de 14/10, do DGAFJ/DPFCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. ----------

1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE GÁS NATURAL VEICULAR PARA ABASTECIMENTO DAS VIATURAS AFETAS À FROTA AMBIENTE DO MUNICÍPIO, DURANTE OS ANOS DE 2015 E 2016 ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 413/14, de 04/11, do DGAFJ/DPFCO/SCCP, para aprovação da minuta do contrato para o fornecimento em contínuo de gás natural veicular para abastecimento das viaturas afectas à frota ambiente do município, durante os anos de 2015 e 2016, no valor total de 242 500,00€, adjudicada à Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das regiões de Lisboa e Oeste. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 413/14, de 04/11, do DGAFJ/DPFCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. ----------

1. Assunto: TRANSPORTES ESCOLARES 2014/2015 – SUBSÍDIO ATRIBUÍDO A ALUNOS A ESTUDAR FORA DO CONCELHO - COMPROMISSO E TRANSFERÊNCIA DE VERBA ----
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 604/14, de 12/11, do DEC/DE, para aprovação do compromisso de verba no valor de 173,35€, e respetiva transferência para a Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, relativo ao primeiro período do ano letivo 2014/2015, e destinado ao pagamento de subsídios de transporte aos alunos a estudar em escolas fora do concelho, bem como posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 604/14, de 12/11, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----
---

4. Dotação orçamental: Plano----------Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

---

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. ----------
---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 126
Reunião de 2014/11/19
Procº DCTAE-TM-048
Deliberação nº 736

1. Assunto: BARCO VARINO EM CERÂMICA – PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 338/14, de 23/10, do DEC/DCTPM, para aprovação do preço de venda ao público da réplica em cerâmica do barco varino, pelo valor unitário de 15,00€. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 338/14, de 23/10, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------
---

---

1. Assunto: SALÃO DE ARTESANATO – DESISTÊNCIA DO ARTESÃO ALBERTO CARVALHINHO – DEVOLUÇÃO DE TAXA DE PARTICIPAÇÃO ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 352/14, de 11/11, do DEC/DCTPM, para aprovação da devolução, ao artesão Alberto Carvalhinho, da taxa de participação no Salão de Artesanato de 2014, no valor de 50,00€, por motivo de desistência, devido à impossibilidade de participação no certame. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 352/14, de 11/11, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: TARIFÁRIO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PARA 2015 - ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 141/14, de 12/11, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação do tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos para vigorar durante o ano de 2015. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 141/14, de 12/11, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

   Interveio o Sr. Presidente, solicitando aos Srs. Vereadores que se passe à análise dos pontos 44 e 45 da ordem do dia, na medida em que têm que ir à assembleia municipal, e depois se retome a discussão da ordem do dia no ponto 30. ----------

   Com a anuência dos Srs. Vereadores, passou à análise do ponto 44, referindo que se procurou, de acordo com as exigências colocadas através da ERSAR, encontrar uma solução que fosse a mais suave socialmente.----------

   Há várias maneiras de se fazer isto no período de 5 anos que está previsto para o município se adequar às exigências que são colocadas, e o executivo decidiu apresentar uma proposta que fosse a mais adequada em termos sociais aos momentos que se vivem. ----------

   Há uma nova tarifa, a tarifa fixa, e há uma tarifa variável, que era aquela com que a câmara municipal trabalhava, dando a palavra ao Sr. Vice-Presidente para apresentar o ponto. ----------

   Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo, se o Sr. Presidente estiver de acordo, que se poderia fazer, em termos de discussão, uma abordagem um pouco comum aos pontos 44 e 45, porque acabam por estar interligados.----------

Respondeu o Sr. Presidente que, se não houver inconveniente, avançar-se-á com a discussão dos dois pontos, que serão votados separadamente. ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, chamando a atenção para o ponto 45, em que, de acordo com o que foi aprovado no regimento e nos regulamentos municipais, o projeto de regulamento deveria ser distribuído sempre com 5 dias úteis face à reunião de câmara, e deve-se ter isso em atenção, porque aplica-se claramente o regimento aprovado a 27 de novembro de 2013, no artigo 3.2. Convinha que no fim fosse avaliada a necessidade ou não de se aprovar o ponto nesta reunião, ou de se aprovar na reunião de câmara seguinte. ----------

Tomou a palavra a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, dizendo que, sem prejuízo do que já foi referido, a bancada da CDU prefere que os pontos sejam discutidos separadamente, tendo o Sr. Presidente anuído, fazendo-se a discussão do ponto 44. ----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que a legislação sobre esta matéria, nomeadamente dos resíduos, tem sofrido nos últimos anos, especificamente este ano e o ano passado, alterações enormes no que diz respeito, quer à forma como a questão dos resíduos é abordada, quer, sobretudo, relativamente aos normativos que devem enformar a relação, quer dos serviços públicos essenciais, quer também da informação disponível ao cidadão e ao utente desses serviços públicos. ----------

Um dos aspetos fundamentais diz respeito à água e ao saneamento, outro aspeto absolutamente fundamental diz respeito à recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos. ----------

A legislação recente sobre essa matéria diz fundamentalmente que o valor cobrado pelos municípios ou pelos sistemas multimunicipais não pode ser inferior aos custos que direta e indiretamente possam ser suportados por esses municípios ou por esses sistemas multimunicipais. ----------

Continuou, aproveitando este momento para agradecer e realçar o trabalho profundo que foi feito entre os serviços da câmara municipal e dos SMAS na determinação de todos os custos, quer diretos quer indiretos, que estão envolvidos neste procedimento, bem como pela forma como abordaram e elaboraram os documentos que hoje vêm para análise por parte da câmara

municipal. ----------

Um outro aspeto é que as margens de ação dos municípios são neste momento muito pequenas, diria quase nulas, uma vez que a ERSAR e a sua posição sobre estes assuntos obriga a que o tabelamento e a organização dos processos tarifários sejam, e obedeçam, às suas próprias indicações. É por isso vinculativa a posição da ERSAR sobre este processo, o que, sob o ponto de vista da tutela administrativa sobre os municípios, também levanta uma ou outra questão quanto à autonomia, que também deve ser da parte da câmara municipal sempre refletida, chegando-se, quer à elaboração de uma estrutura tarifária, constante deste ponto 44, quer depois do ponto 45, que voltará a abordar mais especificamente, mas chega-se a uma formulação de projeto tarifário para 2015, que corresponde às regras instituídas pelo Governo e instituídas pela ERSAR, com um aspeto absolutamente fundamental, que o Sr. Presidente já referiu. ----------

A única margem deixada aos municípios é o tempo que utiliza para o ajustamento entre os custos para si e os custos para as famílias, e o que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira propõe hoje é que esse tempo de convergência seja o mais alargado possível. Está previsto que o tempo de convergência possa ir até 5 anos, e são esses 5 anos que o executivo está neste momento a propor que sejam utilizados. Isso significa que durante os próximos 5 anos a câmara municipal custeará, do seu próprio orçamento, a diferença existente entre o custo do serviço de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, e o que efetivamente recebe pela cobrança dessas taxas. ----------

Este é um aspeto relevante, que é o de se utilizar o prazo máximo de convergência disponível na lei sobre essa matéria. ----------

Uma referência final diz respeito ao tarifário propriamente dito, que hoje aparece, de acordo com a lei, com uma componente fixa, correspondente, grosso modo, à chamada taxa de disponibilidade, ou seja, a taxa referente à infraestrutura instalada no terreno, aos custos operacionais que se têm no terreno, e depois uma tarifa variável. ----------

Os Srs. Vereadores dar-se-ão conta que as tarifas propostas para o concelho de Vila Franca de Xira, pelas razões que atrás referiu, de se procurar estender ao máximo este período de convergência, mas também porque Vila Franca de Xira é

um município que, sob o ponto de vista da eficácia e organização dos seus próprios serviços, permite que as taxas propostas sejam das mais baixas em todo o distrito de Lisboa, e também no conjunto da Área Metropolitana de Lisboa.----------

Por isso, o executivo é muito conservador no que toca à definição do valor dessas taxas, não podendo, naturalmente, fugir ao que diz a lei, e ao que dita a ERSAR, que acompanha e determina, aliás, "in fine", qual será o valor a aplicar aos residentes do concelho de Vila Franca de Xira, que ainda assim, com a aplicação desta taxa pagarão muito menos do que as pessoas que são residentes nos concelhos à volta, como facilmente se comprovará.----------

Tomou a palavra a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, dizendo que em relação à análise da proposta referente a este ponto os membros da CDU não conseguem perceber, da leitura que fizeram do documento, qual é realmente o impacto que este novo tarifário terá no valor que é cobrado atualmente.----------

Perceberam, pela intervenção do Sr. Vice-Presidente, que será quase de certeza, e pede que os corrija se tiverem interpretado mal as suas palavras, que corresponderá a um acréscimo no valor que é atualmente pago pelos munícipes, mas interessava-lhes saber, e não conseguirão analisar e deliberar sobre este ponto sem essa informação, qual é o real impacto, se é um aumento, se é um decréscimo, se é a manutenção dos valores, e em que percentagem. Qual é a relação destas alterações em relação àquilo que é atualmente o impacto no valor que é pago pelas famílias.----------

Interessava-lhes também saber até que ponto é que o valor que a câmara municipal recebe, enquanto acionista da Valorsul, pela valorização dos resíduos que são recolhidos, não entra também neste encontro de contas, uma vez que não deixa de ser uma receita que tem a ver com a recolha e valorização dos resíduos. -

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que, para melhor avaliar, importa colocar algumas questões. Quem são os utilizadores não-domésticos com tarifa social? Há alguma diferenciação em relação aos utilizadores não-domésticos, empresas industriais/terciário?----------

Dos 3,2 milhões de euros que custa a recolha, qual é a parte que corresponde à tarifa da Valorsul, e está incluída ou ainda é preciso adicionar aos custos diretos

da recolha? Destes últimos, quanto são as partes que correspondem à manutenção do material fixo e circulante, pessoal, recolha indiferenciada, recolha seletiva, por fluxo, resíduos de limpeza de parques e jardins? Desses, qual o destino final? Quanto aos monos, desses, qual o destino final? Qual é a sensibilidade do valor em função da tarifa da Valorsul? ----------

Esta questão é tudo menos irrelevante, uma vez que com a privatização será de esperar um aumento da tarifa do tratamento de resíduos. ----------

Quais os valores das receitas a partir da venda de retomáveis, plásticos, metais, papel, vidro, pneus, e por aí fora? Entram nestas contas da câmara municipal? E de que forma? Uma vez que o indexante da tarifa de resíduos é o consumo de água comprada aos SMAS, quem tem um furo pagará muito menos de água, saneamento e tratamento de esgotos, produzindo a mesma quantidade de esgotos e lixo, logo aqui tem-se uma injustiça. Dever-se-ia gerar valores mínimos e máximos em função da capitação de resíduos e das taxas de recolha seletiva e de retomas, que deverão ser estabelecidas em função dos valores protagonizados pela PERSU 2020 – Agência Portuguesa do Ambiente. ----------

Por outro lado, esta forma de cálculo não protege as famílias numerosas, pois é indiferente à capitação doméstica. Ora, devem-se proteger as famílias numerosas por múltiplos motivos, mais que não seja de mera solidariedade, de proteger os valores da família, da prevenção e combate à pobreza ao incentivo aos nascimentos. ----------

Coloca-se ainda uma outra questão, como é que um indexante com base no consumo de água pode premiar o esforço das famílias na deposição seletiva de resíduos, quando é inferente a esse esforço? ----------

Uma vez que há uma alteração do contrato social da Valorsul, onde os pressupostos que levaram à sua constituição e formação acionista se alteram, qual é a obrigação da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira de continuar a enviar os resíduos para essa empresa? Os valores tarifa tornam-se incomportáveis face aos atuais? O subsídio de compensação tem o valor de um milhão de euros, e vai reduzindo, porquê? Que sinal se pretende dar aos utilizadores, e como se vai comunicá-lo? Qual o impacto sobre a tarifa de água, uma vez que até ao final deste ano o Governo pretende harmonizar as tarifas de água nos diversos

sistemas?----------

Os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de ver estas questões respondidas, e face ao ponto seguinte, gostariam que fosse retirado, para o poderem avaliar convenientemente.----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que este trabalho, como os Srs. Vereadores devem calcular, foi bastante aturado por técnicos da câmara municipal, três dos quais estão presentes, a Drª Nélida Soares, o Dr. Luís Marques e o Dr. Luís Vasconcelos, que coordenou esse grupo de trabalho. Por isso, há matérias que foram colocadas e gostaria que depois o Sr. Vice-Presidente referisse algumas questões, mas dará a palavra em primeiro lugar ao Dr. Luís Vasconcelos, e depois a um dos outros técnicos que mencionou, se assim se entender. Se houver alguma matéria que possa ajudar à compreensão das questões colocadas, também agradece que o façam.----------

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, começando pela intervenção do Sr. Vereador Rui Rei, que levanta algumas questões específicas e outras genéricas. Relativamente às genéricas, elas correspondem exatamente ao previsto na lei, que remete para a determinação das taxas estas duas figuras fundamentais, a taxa fixa e a taxa variável, atribuindo a taxa variável ao consumo efetivo de água.

A câmara municipal, neste processo, não inventa nada fora do que a legislação e o Governo determinou para esta área dos resíduos. ----------

Os valores que foram tidos em conta na determinação, quer dos custos, quer dos proveitos, para encontrar o que o Governo impõe na legislação, que é o equilíbrio entre os custos e as receitas para este serviço dos resíduos, são também os que a ERSAR determinou para encontrar, tanto os custos, como os proveitos.----------

O Sr. Vereador fez uma pergunta muito concreta, porque é que o valor de 1 200 000,00€ vai diminuindo todos os anos, durante 5 anos, e é exatamente porque a proposta que a câmara municipal traz à reunião é de não fazer repercutir a diferença entre os custos e os proveitos diretamente, já em 2015, no bolso das famílias. É para evitar esse impacto, que conforme o Sr. Vereador referiu, é um impacto de cerca de 1 200 000,00€, que é utilizada esta dilação de 5 anos. Não se pode fugir dela, porque é o período máximo que a lei permite, e por isso é que a câmara municipal vai subsidiar diretamente o sistema de recolha nesses

montantes previsíveis, ou seja, 1 200 000,00€ para o ano que vem, reduzindo cerca de 240 000,00€ em cada ano, no sentido de chegar ao quinto ano com esse equilíbrio que o Governo manda aplicar, seguindo um princípio para esta área dos resíduos que a ERSAR também impõe, e que no fundo é o princípio do utilizador/pagador. Esse valor corresponde a subsídios que a câmara municipal atribuirá ao sistema, para que não sejam as famílias a pagar já em 2015 o que se considera que se estendeu ao máximo nestes 5 anos.----------

Tomou a palavra Sr. Presidente, solicitando ao Dr. Luís Vasconcelos que transmita as conclusões que fez do estudo.----------

O Dr. Luís Vasconcelos interveio, cumprimentando os presentes e referindo que não conseguiu apontar todas as questões, pelo que se houver alguma que falhe, entretanto poderá tentar responder.----------

Quanto à questão das famílias numerosas, o tarifário é definido pelo regulamento da ERSAR, o regulamento dos resíduos sólidos, que saiu a 15 de abril deste ano, o qual define que só é possível a aplicação do tarifário para famílias numerosas quando a metodologia de cálculo para efeitos de faturação dos resíduos sólidos seja a de volume ou peso produzido. Neste caso, como no município de Vila Franca de Xira, bem como em todos os outros, essa metodologia não existe, só existe a metodologia de indexação ao consumo de água, não é possível a aplicação do tarifário para famílias numerosas, tal como existia anteriormente.----------

Quanto à questão da Valorsul, pode identificar todos os custos. Os custos anuais com a Valorsul, a nível daquilo que foi considerado, são 1 220 000,00€, destes o município tem um proveito anual de 430 000,00€, proveniente da recolha seletiva, estando tudo isto contabilizado.----------

A nível do material circulante e dos ativos, estão incluídos nestes custos totais, quer as amortizações, quer todos os custos com pessoal, sejam diretos ou indiretos, e não se está a falar só de custos diretos a nível das renumerações, mas também dos encargos da entidade patronal, neste caso da câmara municipal, estando também incluídos todos os fornecimentos e serviços externos considerados, seguros, as manutenções e o combustível dos veículos, e aquilo que está previsto para ações de sensibilização, publicidade, entre outras, para o ano de 2015.----------

Os custos totais apurados, de 3 276 000,00€, são efetivamente aqueles que se julga serem os mais corretos, e o trabalho que foi feito indica isso. ----------

Em relação à tarifa, a câmara municipal tem hipótese, como foi dito, de fazer algum tipo de subsídio à exploração. Esse subsídio serão os 5 anos, obviamente que durante esse prazo a convergência para a recuperação de custos tem que existir, ou seja, a convergência tarifária tem de existir, e daí o valor que vai diminuindo ao longo dos anos. ----------

Quanto aos utilizadores domésticos e não domésticos, a lei define que os utilizadores domésticos são todos aqueles cujo local de consumo se situa no concelho, e que são domésticos. Os não domésticos, hoje em dia passam a ser todos aqueles que não são domésticos, independentemente da sua qualidade, ou seja, está-se a falar de condomínios, IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, câmara municipal, SMAS, autarquias locais, Estado, ou seja, tudo aquilo que não é doméstico, hoje em dia é considerado como não doméstico.-

No que se refere à indexação, que foi referida, a questão do utilizador e dos que produzem mais, efetivamente há um princípio que não é o mais correto, ou seja, não se consegue garantir que a pessoa que produz mais é aquela que paga mais, não é possível garantir isso a 100%. Também não é possível garantir que uma pessoa que consome mais água seja a que produz mais resíduos, como é óbvio.----

Efetivamente, a legislação só permite a utilização de uma de três possibilidades para a questão da faturação dos resíduos sólidos urbanos, que têm a ver com a indexação ao consumo de água, com a metodologia de cálculo do peso que é produzido ou com a metodologia do volume, sendo que estas duas últimas não estão disponíveis no concelho. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, agradecendo ao Dr. Luís Vasconcelos, referindo crer que em termos gerais referiu as questões que a câmara municipal tem que cumprir. ----------

Até este ano a câmara municipal sempre assumiu o encargo desta despesa relativamente à receita, porém, há uma lei que tem que se cumprir, e até não custa dizer que provavelmente faz alguma justiça. ----------

De qualquer forma, poder-se-iam ter encontrado outras metodologias ainda mais favoráveis para as pessoas, mas está-se perante uma exigência da lei à qual a

câmara municipal não pode fugir. Aquilo que o executivo municipal traz hoje para apreciação é uma proposta que, relativamente a outras situações, que não vai mencionar, é extremamente mais favorável, e é assim que o município se quer manter durante os próximos 5 anos, até chegar a um índice zero, assumindo durante esses anos 240 000,00€ relativamente aos custos deste serviço.----------

Era esta matéria que gostava que fosse ponderada, há metodologias que têm que se implementar ao longo do tempo para se melhorar a prestação, contudo há esta legislação, que impõe determinadas regras, que a câmara municipal não pode deixar de cumprir, e são vinculativas. ----------

Mais uma vez repete que se fizeram muitas reuniões e pensou-se muito sobre este assunto, e agradece o trabalho dos técnicos que já mencionou, e outros que também colaboraram, para se chegar a um estudo que, apesar de tudo, era muito importante que fosse feito, para se ter a noção exata do ponto de situação relativamente à recolha.----------

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, dizendo que, de facto, era impossível os membros da CDU deliberarem não tendo um quadro comparativo, ou seja, não tendo uma noção clara e comparativa relativamente àquilo que vai acontecer à tarifa. ----------

Na intervenção anterior referiram que seria importante existir este quadro, e agora, mediante estes novos esclarecimentos, importava que o quadro incluísse estes 5 anos, porque partem do pressuposto que existe efetivamente um aumento para os consumidores, ou neste caso para os produtores de resíduos, que será inversamente proporcional ao subsídio à exploração atribuído pela câmara municipal ao longo destes 5 anos, pensam que com o objetivo, se perceberam bem, de harmonizar esse mesmo aumento. ----------

De facto, não é possível aos membros da CDU deliberarem, não tendo essa informação. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo tinham pedido que pudessem ter, nomeadamente para o ponto 45, mais tempo para poder avaliar. Se isso pudesse ser visto terão condições para votar numa próxima reunião de câmara, e não terão dúvidas em fazê-lo, o que precisavam era de avaliar as respostas que foram dadas e votar na próxima

reunião de câmara, ou em reunião extraordinária convocada para o efeito. Não têm problemas que isso seja feito, só precisavam era de mais algum tempo para poderem avaliar. Compreendem a questão da legislação, que impõe as obrigações, mas se se pudessem adiar os dois pontos seria perfeito, porque só um não resolve o problema da câmara municipal.----------

Esclareceu o Sr. Presidente que o ponto 45 é somente para remessa a discussão pública, única e exclusivamente, não é para aprovar, e durante esse período de discussão pública todos podem contribuir para alterações ao próprio regulamento.

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que os membros da Coligação Novo Rumo podem ver essa questão da remessa a discussão pública, mas em relação ao ponto 44, e a uma ou duas questões que foram respondidas, gostariam de avaliar alguns aspetos em detalhe, nomeadamente a possibilidade de diferenciar aqueles grandes utilizadores no concelho de Vila Franca de Xira, que não tendo uma fatura direta com os SMAS, produzem elevadas quantidades de resíduos e não são taxados por eles, o que tem que se verificar. ----------

Já nem está a falar de algumas grandes unidades industriais que estão em Vila Franca de Xira e que nalguns casos produzem resíduos que se conseguem ver quando se anda por aí, e que ninguém os taxa.----------

Está-se também a lembrar dos "jet wash" que estão instalados genericamente um pouco de norte a sul e que se conhecem alguns que têm furos ao lado. ----------

Gostavam de saber se é possível, de alguma forma, porque o que viram, e aqui voltam novamente à questão da "legionella", foi que havia entidades do Estado que não tinham sequer registos dos furos que estavam feitos nalgumas unidades industriais, portanto "andaram às cegas" nalguns casos.----------

Há alguns casos onde existem esses furos, onde é percetível a "olho nu" que essa situação lá está, e os membros da Coligação Novo Rumo gostavam de saber se estão autorizados, como é que são taxados, porque há situações em concreto em que o município taxa o utilizador doméstico, e às entidades que ali estão, altamente produtoras de resíduos e de outros efluentes para o espaço público, não taxa de nenhuma forma. ----------

Podem não estar a ver uma outra situação, que lhes falhe, mas era isto que gostariam de avaliar. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo, relativamente aos furos, que a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, se não tem esse registo deveria tê-lo, porque é a agência que licencia esses furos. Todos gostariam de viver num mundo melhor, mas o mundo é aquele que é, o que quer dizer que há muita fuga, e está a falar da fuga de água. ----------

Tomou a palavra o Dr. Luís Vasconcelos, acrescentando, em relação aos grandes consumidores, que há dois patamares que se podem considerar. Em primeiro lugar, não é possível a diferenciação, ou seja, dentro daquilo que são as entidades que estão dentro do sistema, e para esse efeito são aquelas que produzem até 1100 litros por dia. Todas as entidades que produzem acima de 1100 litros por dia estão fora desse sistema, seja por contratação direta com empresas, seja como for, mas não estão incluídas, ou seja, os grandes produtores não estão aqui incluídos.----------

Por outro lado, dentro dos que estão incluídos, ou seja, dentro daqueles que produzem até 1100 litros por dia, não é possível, de forma alguma, qualquer tipo de diferenciação. A única diferenciação que é passível de ser feita, e foi, é a diferenciação entre domésticos e não domésticos, não existe a possibilidade de outro tipo de diferenciação. ----------

Disse o Sr. Vereador Rui Rei que a câmara municipal não devia permitir que se usassem furos, se não é permitido a algumas unidades, devia ser pura e simplesmente proíbido de usar.----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que para melhor avaliação deste assunto deveria ajustar-se já outra reunião, porque este tem que ir à assembleia municipal. -

Esclareceu o Sr. Vice-Presidente que não tem que ir à assembleia municipal, tem é que ser aprovado em reunião de câmara até ao final de novembro, pelo que tem de se fazer uma reunião de câmara até ao final do mês.----------

O ponto 45 tem que ir à assembleia municipal depois da discussão pública e o ponto 44 tem que ser aprovado na câmara municipal até ao final de novembro.-----

O Sr. Presidente referiu que pensa, quanto ao ponto 45, que como é para remessa a discussão pública, não há problema em votar-se, na medida em que todos podem contribuir durante o período de discussão pública para alterações que julguem necessárias, pondo isso à consideração dos Srs. Vereadores. ----------

Sugere a realização de uma reunião extraordinária amanhã, ao fim do dia, considerando que os Srs. Vereadores ainda precisam de refletir sobre o ponto 44.--
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que quando se agendam pontos para a reunião de câmara, quem tem a obrigação de os agendar, nomeadamente os serviços, tem que verificar o que foi aprovado em 2013/11/27, que foi um regimento que diz que este tipo de documentos tem de ter 5 dias úteis para discussão. ----------
Os membros da Coligação Novo Rumo podem aprovar a remessa a discussão pública, não têm problema nenhum, o Sr. Presidente coloca o assunto a votação e os próprios votam. Só está a chamar a atenção que, amanhã, se fosse um outro ponto, alguém fora da câmara municipal podia dizer que foi aprovado indevidamente um ponto, porque não foi respeitado o regimento, não sabe se é o caso e se alguém externo à câmara municipal poder-se-ia fazer. ----------
Reafirmou que os membros da Coligação Novo podem votar a remessa do ponto 45 a discussão pública, sem problema. ----------
Quanto ao ponto 44, do que ouviu, a única questão é que o ponto teria que ser aprovado até ao fim do mês na câmara municipal, não precisa de ir à assembleia municipal. Portanto, presume que o Sr. Presidente não necessita de fazer uma reunião amanhã, porque amanhã não resolve o problema dos membros da Coligação Novo Rumo. ----------
Tomou a palavra o Sr. Presidente, sugerindo o dia 28 de novembro, ao fim do dia, pelas 19h00, tendo merecido a concordância dos Srs. Vereadores. ----------
Nessa reunião extraordinária, como não se vai certamente ter tempo para avaliar mais algum ponto, pois faltam 5 minutos para as 14h00, seriam agendados os pontos que ficam em aberto, inclusivamente uma projeção que iria ser efetuada sobre o orçamento participativo, que também se faria nessa reunião. ----------
---

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia, transitando para a próxima reunião de câmara extraordinária de 2014/11/28. ----------
---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 140
Reunião de 2014/11/19
Procº _____
Deliberação nº 738

1. Assunto: PROJETO DE REGULAMENTO DE SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 608/14, de 12/11, do DASDEDS/DASEP, para aprovação da submissão a discussão pública do projeto do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 608/14, de 12/11, do DASDEDS/DASEP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que o projeto de regulamento vai para discussão pública, mas gostaria de dizer, muito rapidamente, e não vai desenvolver aquilo que era para desenvolver, que o artigo 5º, na parte final, refere "e a respetiva higienização de contentores". Os membros da CDU consideram que devia ser mais incisivo, é muito vago, fala muito "pela rama" nesta parte da higienização. ----------
O artigo 10º, alínea h), também diz, sobre a limpeza, "assegurar a limpeza dos equipamentos de deposição dos resíduos e área envolvente", não define periodicidade, e julgam que deveria contemplar a periodicidade destas limpezas. ---
Sobre a questão da recolha, também não estabelece regras, não há compromissos, a não ser no final, o anexo I, nos cálculos de dimensionamento dos contentores, onde, na fórmula, se fala em 4 dias, e não sabem também qual é normalmente a periodicidade da recolha. ----------
Terminou, referindo que no artigo 27º "transportes de resíduos urbanos", diz que "o transporte de resíduos urbanos é da responsabilidade do município de Vila

Franca de Xira", e depois vem a questão que para os membros da CDU é fundamental, "ou de empresas licenciadas para o efeito e nomeadas para esse fim por esta entidade", sendo esta uma parte importante, completando, "tendo por destino final operadores de gestão de resíduos credenciados". ----------

A parte intermédia que focou, na ótica que têm, não sabem se também é imposição governamental, como foi falado que o município está obrigado a isto e àquilo, sendo verdade que está a algumas coisas, ou se é realmente de modo próprio da câmara municipal. Na sua opinião, e salvo melhor opinião de outros, isto abre a porta a uma concessão, e já nem vão falar da privatização. ----------

Até podem dizer que, na parte do ponto 44, como tem que, no prazo de 5 anos, aumentar as tarifas, já perceberam o que é que este Governo quer, e esperam que não esteja lá esse tempo todo, que é aumentar as taxas para depois melhor poder privatizar, mas isso agora não está em discussão. ----------

No que se refere à questão da concessão, lembram só o que tem acontecido com a recolha dos monos. Já levantaram em reunião de câmara essa questão, em que os munícipes ligam e depois os monos estão lá tempos indeterminados à espera que os vão buscar. A CDU até deu um exemplo, e só uma semana depois de o ter feito em reunião de câmara é que foram lá recolher esses monos.----------

Desenvolveria melhor com mais tempo, mas são estas as questões dos membros da CDU. ----------

Interveio o Sr. Presidente, solicitando ao Sr. Vereador que faça chegar por escrito essas questões, para serem analisadas, e eventualmente serem incluídas no regulamento.----------

Colocou o ponto a votação, tendo o Sr. Vereador Aurélio Marques referido que, pelas razões que explanou, os membros da CDU votam contra.----------

Concluiu o Sr. Presidente que o ponto foi aprovado, com os votos contra dos membros da CDU e os votos a favor dos membros da Coligação Novo Rumo e do PS. ----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.----------

---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 142
Reunião de 2014/11/19
Procº _____
Deliberação nº 739

1. Assunto: COMPRA E VENDA DA FRAÇÃO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL SITA NA RUA SODA PÓVOA, Nº 13, 3º DTO - FORTE DA CASA ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 58/14, de 05/11, do DASDEDS/DDS, para aprovação da venda da fração "AE", sita na rua Soda Póvoa, nº 13, 3º andar dto., no Forte da Casa, inscrita na matriz predial da referida freguesia sob o artigo 3430, e descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira pela ficha nº 1252, da freguesia de Vialonga, a Joaquim Marques Moreira, pelo valor de 21 812,99€, com dedução do valor correspondente a 20%, ficando o valor final da venda em 17 450,39€.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 58/14, de 05/11, do DASDEDS/DDS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 143
Reunião de 2014/11/19
Procº _____
Deliberação nº 740

1. Assunto: COMPRA E VENDA DA FRAÇÃO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL SITA NA RUA BERNARDO SANTARENO, Nº 2, 1º DTO – VIALONGA ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 59/14, de 05/11, do DASDEDS/DDS, para aprovação da venda da fração "D", sita na rua Bernardo Santareno, nº 2, 1º dto., em Vialonga, inscrita na matriz predial da referida freguesia sob o artigo 2688, e descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira pela ficha nº 454, da freguesia de Vialonga, a Estevão Landim da Veiga, pelo valor de 23 777,35€, com dedução do valor correspondente a 20%, ficando o valor final da venda em 19 021,88€. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 59/14, de 05/11, do DASDEDS/DDS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------
---

---

1. Assunto: COMPRA E VENDA DA FRAÇÃO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL SITA NA RUA BERNARDO SANTARENO, Nº 4, 3º ESQ – VIALONGA----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 2244/14, de 05/11, do DASDEDS/DDS, para aprovação da venda da fração "G", sita na rua Bernardo Santareno, nº 4, 3º esq, em Vialonga, inscrita na matriz predial da referida freguesia sob o artigo 2657, e descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira pela ficha nº 218, da freguesia de Vialonga, a Eloisa Helena Vaz da Silva, pelo valor de 27 419,03€, com dedução do valor correspondente a 20%, ficando o valor final da venda em 21 935,22€. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 2244/14, de 05/11, do DASDEDS/DDS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que será feita uma reunião extraordinária no dia 28 de novembro para se tratar dos pontos 44 e dos que ficaram pendentes, pedindo a tolerância dos Srs. Vereadores para se poder falar ainda sobre os pontos 30 e 42, na medida em que, relativamente ao ponto 42, estão presentes elementos da comissão que propôs a doação do espólio do Padre Dr. Vasco Moniz, e seria pouco gentil da parte do órgão não discutir o ponto hoje. ----------

1. Assunto: EXECUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DO SOBRALINHO - ALTERAÇÃO DO PROJETO (ARRANJOS EXTERIORES) ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1530/14, de 05/11, do DOVI/DOVI, para aprovação do projeto de alterações dos arranjos exteriores, com a consequente substituição dos artigos dos capítulos 2, 4 e 10 do Mapa de Quantidades de Trabalho, bem como da alteração do preço contratual, em virtude da menor valia resultante da alteração do Mapa de Quantidades de Trabalho, no valor de (-) 10 720,07€+IVA, ficando a Construtora Udra, Lda. vinculada aos respetivos documentos. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1530/14, de 05/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara municipal para aprovação. ----------
   Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, dizendo que os membros da CDU estiveram a ver a natureza das alterações, e de facto incidem sobre os arranjos exteriores, mas tornaram a verificar que os espaços exteriores, de recreio, de assentos, que integram esta escola, são aparentemente diminutos face àquilo que julgam ser um espaço adequado para as crianças brincarem, ainda mais quando se tem um jardim de infância também integrado no mesmo equipamento, ou seja, onde, inclusivamente, pensam que pedagogicamente será mais interessante ter recreios separados, para que as crianças com modos de brincar diferentes possam ter acesso à sua melhor autonomia, no seu momento de recreio. ----------
   Verificaram que as alterações tinham essencialmente a ver com a impermeabilização de espaços que eram permeáveis e à eliminação de alguns brinquedos que existem no recreio, que são substituídos por pinturas no chão. -------

Assim, será que estas alterações não se relacionam com a falta de espaço do lote? Admitem que, quando o espaço é diminuto, se calhar um brinquedo ocupa muito espaço, e que seja preferível retirá-lo, e admitem, quando não há a possibilidade de fazer recreios separados, que se calhar se terá de ter o recreio mais aberto, para que as crianças tenham mais espaço livre. No entanto, perguntam se estes não são sinais que confirmam que o espaço é muito pouco para aquilo que deveria acolher. ----------

Por outro lado, lamentam a opção da impermeabilização porque, de facto, os espaços públicos, que são geridos pelo município, são potenciais espaços permeáveis, e por muito que se indique um índice de impermeabilização máxima para quem tem uma moradia ou uma empresa, depois não se vão lá ver quantos metros quadrados de cimento a pessoa tem no quintal. De facto, os espaços públicos aonde se inserem equipamentos públicos são espaços privilegiados de infiltração, contribuindo assim para a salubridade dos solos, e manifestamente aqui, também porque o recreio é manifestamente insuficiente, o índice de impermeabilização vai a níveis demasiado elevados para aquilo que seria o desejável. ----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que não conhece nenhuma escola que tenha recreios em relva, que no verão tenham pó e no inverno tenham lama. Portanto, é uma ponderação que também tem que se fazer. ----------

O Sr. Vice-Presidente tomou a palavra, referindo que as alterações têm a ver com a experiência no terreno, bem como com a forma como as crianças brincam nos recreios, e as razões, nomeadamente de segurança, neste processo. ----------

O lote é adequado relativamente ao parque destinado a recreio, e aliás o facto de a escola ser interligada com o pavilhão desportivo do Sobralinho, vem acrescentar qualidade e facilidade para as crianças e para a educação e a atividade física das mesmas. ----------

A retirada de alguns brinquedos resulta da experiência que se tem no terreno, e que se tem vindo a fazer genericamente, um pouco por todo o concelho, porque são elementos que perturbam determinado tipo de atividade no próprio recreio, e introduzem algum nível de insegurança, e nalguns casos as próprias professoras pedem para retirar aquele tipo de elementos e fazer outra coisa, que é pintar no

chão alguns daqueles jogos tradicionais, sendo isso que se tem vindo a fazer um pouco pelo concelho todo, com vantagens para toda a gente, para as crianças, e para a gestão do espaço escolar. É de facto o que motiva estas alterações, e acrescentam qualidade. ----------

Será um espaço de grande qualidade na vila do Sobralinho, que aliás vem resolver um problema grande, dos horários duplos, que ficam resolvidos com aquela intervenção, de maneira absolutamente clara. Portanto, estas alterações são ditadas por essas razões, e só essas. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo-se a uma questão de pormenor, pois não têm nada a contrariar. Na opinião dos membros da Coligação Novo Rumo a ordem do dia está trocada, o que é representado no ponto 30 deveria ser no 29, porque deveria vir primeiro para aprovação este ponto, pois só com esta alteração é que deixam de ser necessários os brinquedos referidos no ponto anterior.----------

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que é provável que o Sr. Vereador tenha razão. ----------

Prosseguiu, perguntando o sentido de voto, tendo a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro respondido que a bancada da CDU se abstém, concluindo então o Sr. Presidente que com a abstenção da CDU o ponto foi aprovado. ----------

---

---

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. ----------

---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 149
Reunião de 2014/11/19
Procº _____
Deliberação nº 743

1. Assunto: DOAÇÃO DO ESPÓLIO DO PADRE DR. VASCO MONIZ PARA INCORPORAÇÃO NO ACERVO DO MUSEU MUNICIPAL, POR PEDRO MIGUEL GIL---------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 422/14, de 04/11, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, para aceitação da doação do espólio do Padre Dr. Vasco Moniz para incorporação no acervo do Museu Municipal, por Pedro Miguel Gil.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 422/14, de 04/11, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano----------Orçam----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara municipal para aceitação.----------
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que em 2013, registou-se o centenário do nascimento do Padre Dr. Vasco Moniz, e realizou-se um vasto programa de comemorações, a que a câmara municipal se associou em parceria com a comissão executiva das comemorações do centenário do nascimento do Padre Dr. Vasco Moniz, com várias iniciativas que não vai agora referir.----------
No final das comemorações foi proposta, pela comissão executiva, a doação do espólio do Padre Dr. Vasco Moniz, cujo fiel depositário é o Sr. Pedro Miguel Gil, que mandatou a comissão para poder celebrar um protocolo com a câmara municipal. Portanto, o que hoje vem à reunião é a aceitação de um espólio que parece muito rico, de uma pessoa muito marcante numa determinada época. Vai ser um espólio muito investigado, muito procurado, que ficará, caso seja aceite esta doação, como espera, como um enriquecimento para o acervo do museu.----------
Tomou a palavra o representante da comissão, agradecendo ao Sr. Presidente por ter antecipado a discussão deste ponto, pois pensa que os trabalhos iriam ser

interrompidos. ----------

A comissão fazia questão de entregar todo o espólio já na próxima sexta-feira, a fim de o museu poder preparar com tempo o eventual encontro que se vai ter, no caso de ser aprovado, no dia 1 de dezembro, com a assinatura do protocolo de doação.----------

O Sr. Pedro Miguel Gil, por questões de saúde, tem dificuldade em movimentar-se, daí não estar presente, também derivado à hora, uma vez que não havia certeza de qual a hora em que seria discutido este ponto. ----------

Por fim, gostaria que todo o espólio fosse tratado, e que a divulgação para o aumento dos valores morais, sociais e inclusivamente políticos, possa ser um ponto para todos os vila-franquenses e não só. ----------

O Sr. Presidente interveio, agradecendo à comissão pelo gesto que teve.----------

Ir-se-á tratar deste espólio, como aliás sempre se trata de qualquer espólio que seja entregue, e que seja depois posto à disposição de todas as pessoas que o queiram analisar. ----------

---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. ----------

---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 151
Reunião de 2014/11/19
Procº _____
Deliberação nº 714

Assunto: ATA EM MINUTA DA REUNIÃO DE CÂMARA ----------

Presente para aprovação a ata em minuta da presente reunião de câmara, com dispensa da sua leitura. ----------

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. ----------

Encerramento às 14h10. ----------

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2014/12/17, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. ----------

---

E eu, _____, Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. ----------

O Presidente da Câmara Municipal,

- Alberto Simões Maia Mesquita -

encerra